

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

***Sujeitos do 33: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e
homicídios na Grande Goiânia***

GUILHERME BORGES DA SILVA

GOIÂNIA
2014

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ Dissertação ☐ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

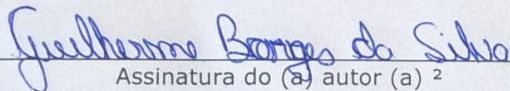
Nome completo do autor: Guilherme Borges da Silva

Título do trabalho: Sujeitos do 33: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do (a) autor (a) ²

Data: 02 / 09 / 2016

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

² A assinatura deve ser escaneada.

GUILHERME BORGES DA SILVA

Sujeitos do 33: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/FCS) da Universidade Federal de Goiás como um dos requisitos para obtenção do título de mestre em sociologia, sob orientação da Profa. Dra Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza.

GOIÂNIA

2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Borges da Silva, Guilherme

Sujeitos do 33: [manuscrito] : um estudo sobre o mercado ilegal
das drogas e homicídios na Grande Goiânia / Guilherme Borges da
Silva. - 2014.

220 f.

Orientador: Profa. Dra. Dalva Maria Borges de Lima Dias de
Souza.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Sociologia, Goiânia, 2014.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras,
lista de tabelas.

1. Drogas. 2. Criminalidade. 3. Tráfico de drogas. 4. Homicídios.
5. Proibicionismo. I. Maria Borges de Lima Dias de Souza, Dalva ,
orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

GUILHERME BORGES DA SILVA

Aos dez dias de setembro de 2014, às 14:00 horas, na Sala 29 da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado do mestrando **Guilherme Borges da Silva**, intitulada *Sujeitos do 33: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia*. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 042/2014-FCS, de 01 de setembro de 2014, pelos seguintes Professores Doutores: Dalva Maria Borges de L. D. de Souza (Presidente/UFG), Camila Caldeira Nunes Dias (UFABC), Ricardo Barbosa de Lima (UFG) – Suplente: Camilo Albuquerque de Braz (UFG). O candidato apresentou o trabalho, os examinadores o arguíram e ele respondeu as arguições. Às 16h horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta, pela qual foram atribuídos ao mestrando os seguintes resultados:

☒ **Aprovado(a)** ☐ **Reprovado(a)**

Dra. Dalva Maria Borges de L. D. de Souza

☒ **Aprovado(a)** ☐ **Reprovado(a)**

Dra. Camila Caldeira Nunes Dias

☒ **Aprovado(a)** ☐ **Reprovado(a)**

Dr. Ricardo Barbosa de Lima

Resultado Final

Aprovado

Reaberta a sessão pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Marcelo Augusto Parrillo Rizzo, Secretário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Marcelo Augusto Parrillo Rizzo

Marcelo Parrillo Rizzo

Dedicatória,

Aos meus amados pais, Gelson e Fátima,
Com todo amor, admiração e carinho.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me proporcionados lindos momentos e grandes encontros durante toda a minha vida.

Deixo aqui meu carinho especial aos meus familiares. Agradeço aos meus pais e meus irmãos por todo apoio, amor e compreensão nos momentos carecidos.

À minha orientadora, professora Dalva Borges de Souza, por ter me acolhido ainda na graduação em suas pesquisas. Obrigado por me fazer apaixonar pelo fazer sociológico, carrego comigo muita admiração e respeito.

Agradeço igualmente aos professores e professoras da Faculdade de Ciências Sociais que contribuíram para a minha formação acadêmica e no desenvolvimento da pesquisa, mas fica aqui meu reconhecimento especial aos professores Ricardo, Dijaci, Telma, Chico Rabelo e Eliane por todas as contribuições, reflexões e provocações.

A todos os funcionários da Faculdade de Ciências Sociais pela disposição e prestatividade, em particular ao Marcelo Rizzo e Daisy Caetano que se tornaram grandes amigos.

Não há como deixar de falar um pouco dos amigos e das amigas que construí na pós. O convívio com eles certamente tornou essa jornada ainda mais grandiosa, obrigado Simone, Raclene, Samara, Joubert, Adriano, Rafael, Marcello, Gabi's e Dione.

Também não poderia deixar de agradecer a pessoa que foi a metade dessa pesquisa. Se não fosse a garra de pesquisadora, a paixão pelo fazer científico, a disposição para o bem e a coragem em enfrentar os medos, com certeza essa experiência não teria sido tão rica e apaixonante. Não foram poucas

as aventuras e os momentos vivenciados, e certamente teremos muitas histórias pra contar lá na frente. Obrigado de coração, Marcilaine.

Quero agradecer também aos amigos Matheus França, Najla Frattari, Sérgio Eugênio, Hytalo Canedo e Chico Vianna por fazerem breves leituras, levantarem questões e por gastarem tempo com a minha pesquisa.

Aos amigos Fernando e Keilla pela disposição, contribuição e auxílio em campo, vocês tiveram papel fundamental para se chegar a esse produto final.

Sou grato a todos os sujeitos que se prontificaram a participar da pesquisa, obrigado por compartilhar comigo as suas histórias.

Aos amigos Victor, Fernando, Emmerson, Arciane, Thiago, Marcelo, Hugo, Diego, Geraldo e João Antônio por serem os companheiros de refúgio dos compromissos acadêmicos.

Agradeço muitíssimo ao Júnior que encontrei ao longo da pesquisa, e que me fez engradecer como ser humano. Obrigado por aguentar a “barra”.

E, por fim, à Universidade Federal de Goiás, instituição que contribuiu de forma especial para minha formação profissional e humana.

A todos e todas, muito obrigado.

Resumo

A ideia de que a violência urbana se associa ao tráfico de drogas se disseminou por quase toda população goiana. As próprias instituições responsáveis pela segurança pública, por todas as dificuldades na elucidação dos crimes, e a mídia televisiva, principalmente os programas policiais, propagam o discurso de que o aumento das taxas de homicídios nos últimos anos se deve à proliferação do tráfico de drogas na Grande Goiânia. Essas afirmações, quando reproduzidas, alimentam a prática de políticas altamente repressivas de enfrentamento ao tráfico de drogas e, com isso, constroem-se no imaginário social discursos acusatórios que identificam alguns sujeitos como mais predispostos à venda de drogas do que outros.

Além disso, os processos acusatórios obscurecem a multiplicidade de arranjos e de indivíduos que estão por trás dessas práticas criminalizadas. E em Goiás não há estudos científicos sobre o tema e, deste modo, a pesquisa aqui apresentada é pioneira em busca de compreender esse fenômeno.

Para desenvolver este estudo, realizei uma viagem propositada por meio do método etnográfico, entrevistas em profundidade e, também, analisei prontuários e inquéritos policiais de presos com o objetivo de compreender as dinâmicas de comercialização e os processos de territorialização do mercado ilegal das drogas na Grande Goiânia. Ao mesmo tempo, me empenhei em identificar quem são os sujeitos que estão inseridos nesse mercado e quais os aspectos morais e os sentidos que atribuem a si mesmos e às atividades que praticam. E, por fim, verificar quando a violência, mais especificamente o homicídio, é uma ferramenta regulamentadora utilizada na resolução dos conflitos e dos desacordos comerciais.

Palavras-chave: drogas, criminalidade, tráfico de drogas, homicídios, proibicionismo

Abstract

The idea that urban violence associated with drug trafficking spread for almost the whole population of Goiás. The institutions responsible for public security, for all the difficulties in the investigation of the crimes, and the television media, mostly the police's TV show, propagate the speech that increased rates of homicides in recent years is due to the proliferation of drug trafficking in the Metropolitan Region of Goiânia. These lines, when reproduced, feed on the practice of punishment's policies to counter drug trafficking and, with it, build the social imaginary accusatory speeches that identifies some ct as more predisposed to selling drugs than others.

In addition, the accusatory process obscures the multiplicity of arrangements and of individuals who are behind these practices criminalized. And in Goiás no scientific studies on the ct and, therefore, the research presented here is a pioneer in the quest for understanding this phenomenon.

To develop this study , we conducted a purposeful journey through the ethnographic method , in-depth interviews and analyzed records and police inquests of prisoners in order to understand the dynamics of commercialization and the processes of territorialization of the illegal drug market in the Metropolitan Region of Goiânia. At the same time, committed itself to identify who are the cts that are entered into this market and what moral aspects and the meanings they attach themselves and criminalized activities that practice. And finally, check when violence, specifically murder, is used as a regulatory tool in conflict resolution and trade disagreements.

Keywords: drugs, crime, drug trafficking, homicide, prohibitionist.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Sexo dos (as) condenados (as) pelo crime de tráfico de drogas do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia/GO	41
GRÁFICO 2: Estado civil dos (as) condenados (as) pelo crime de tráfico de drogas do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia/GO.....	42
GRÁFICO 3: Grau de instrução dos (as) condenados (as) pelo crime de tráfico de drogas do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia/GO.....	43
GRÁFICO 4: Uso de arma pelos (as) condenados (as) pelo crime de tráfico de drogas do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia/GO no momento de suas prisões ...	50
GRÁFICO 5: Equandramento tipológico dos (as) condenados (as) pelo crime de tráfico de drogas do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia/GO	87

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Aspectos demográficos dos municípios da Grande Goiânia e nível de integração ao polo	19
QUADRO 2: Estruturas de comercialização do mercado ilegal das drogas da Grande Goiânia	72
QUADRO 3: Justificativas morais de adesão ao mercado ilegal das drogas da Grande Goiânia	139

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Idade dos (as) condenados (as) pelo crime de tráfico de drogas do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia/GO	38
TABELA 2: Circunstâncias dos homicídios e da tentativa de homicídios dos casos de presos condenados por essas modalidades de crimes do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia/GO.....	168

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Espacialidade do mercado ilegal das drogas a partir do Ato de Prisão em Flagrante da Polícia Militar em Goiânia no ano de 2013.....	113
MAPA 2: Espacialidade do mercado ilegal das drogas e homicídios em Goiânia a partir dos dados do Ato de Prisão em Flagrante da Polícia Militar e da Delegacia de Homicídios referente ao ano de 2013.....	165

LISTA DE FOTOS

FOTO 1: Presídio Odenir Guimarães (POG) do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia/GO.....	35
FOTO 2: Unidade Prisional de Trindade/GO.....	35

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Modelo de organização e sistematização dos dados – aspectos tivos	38
FIGURA 2: Modelo de organização e sistematização dos dados – dinâmicas e moralidades.....	39
FIGURA 3: Modelo de organização e sistematização dos dados – conflitos e predílios	40
FIGURA 4: Estruturas de comercialização dos mercado ilegal das drogas da Grande Goiânia.....	70
FIGURA 5: Rota do produtor-fornecedor do mercado ilegal das drogas da Grande Goiânia	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	24
1.1 O modelo artesanal de pesquisa	25
1.2 As viagens propositadas	28
CAPÍTULO 2	44
2.1 O traficante de drogas como uma categoria de acusação	45
2.2 Os <i>sujeitos do 33</i> e o problema da acusação	53
2.3 O <i>mercado ilegal das drogas</i>	63
2.3.1 O <i>produtor-fornecedor</i>	74
2.3.2 O <i>tráfico organizado</i>	78
2.3.3 O <i>tráfico associado</i>	84
2.3.4 O <i>tráfico atomizado</i>	106
2.4 A dimensão socioespacial	110
2.4.1 A territorialização	110
2.4.2 As disputas de territórios	118
2.4.3 As mercadorias políticas	123
2.4.4 A cadeia e a rua	132
2.5 As justificativas morais de adesão	136
2.6 Outros aspectos morais	145
2.5.1 A família	146
2.5.2 Os ganhos e os gastos	149
2.5.3 Respeitar a palavra	154
CAPÍTULO 3	156
3.1 Drogas e violência	158
3.2 Homicídios: o emprego da tipologia tripartite	167
3.2.1 O modelo psicofarmacológico	169
3.2.2 O modelo econômico compulsivo	173
3.2.3 O modelo sistêmico	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	191

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	201
GLOSSÁRIO	208
ANEXOS	212

INTRODUÇÃO

Introdução

Estudar o mercado ilegal das drogas no Brasil não é nenhuma novidade. Desde os anos de 1970 começaram a surgir estudos e pesquisas em busca de compreender esse fenômeno social que é apontado como o responsável pelo crescimento e alastramento da criminalidade violenta nas cidades brasileiras. Estes estudos se concentraram em regiões economicamente centrais e de grande repercussão midiática, lugares onde foi possível identificar o domínio da comercialização de drogas por parte de grupos criminosos muito bem estruturados sobre parte de territórios dessas cidades, principalmente os “territórios de pobreza” (MACHADO DA SILVA, 2008).

As representações construídas a respeito do tráfico de drogas nessas cidades se disseminaram por todo tecido social brasileiro. Assim, a imagem do tráfico de drogas, divulgada pela mídia e partilhada pelo senso comum, concebeu este mercado como uma atividade criminosa bem organizada e de estrutura hierárquica altamente rígida e definida, em que a criminalização da mercadoria e os conflitos por territórios de venda e os acertos de dívidas suscitaram o surgimento de outros meios que não os legais para regulamentar esse mercado, e o uso da violência seria o meio extremo, porém um dos mais recorrentes entre os indivíduos do tráfico.

Em busca de entender os arranjos do mercado ilegal das drogas em varejo, utilizo Michel Misse (1997) que descreve a preferencial criminalização dessa modalidade de crime. Argumenta que há mercados informais para os quais se reserva o peso preferencial da criminalização, os “ilegais”. Sua análise sugere ainda que o comércio de drogas sofre a criminalização preferencial dentro do quadro dos mercados “ilegais”. Além disso, esse mercado é visto como duplamente informal por ser necessariamente um mercado informal de trabalho, porque a criminalização das mercadorias que ele produz ou vende o alivia da possibilidade de qualquer regulamentação formal das relações de trabalho e das obrigações tributárias e sociais, além de ser um mercado de circulação de mercadorias ilícitas, cuja atividade é, em si mesmo, criminalizada.

Apesar de outros crimes, como a falsificação de CDs e DVDs, serem até mais vistos no cotidiano das cidades, percebe-se que a própria sociedade separa

e distingue o que pode e o que não pode ser tolerado numa relação de troca (MISSE, 1997). Ao mesmo tempo, as múltiplas e complexas redes sociais que se formam pela teia dos ilegalismos se desenvolvem utilizando estratégias legais e ilegais, estratégias essas que relacionam “‘mundos’ que o imaginário moral prefere considerar como inteiramente separados entre si” (MISSE, 1997, p.02).

Dando ênfase nas fronteiras porosas entre o legal e ilegal, Ruggiero e South escrevem em 1997 “The late city as bazaar: drug markets, illegal enterprise and barricades”, neste artigo os autores lançam a metáfora da cidade contemporânea como um bazaar, em que os mercados formais e informais, legais e ilegais se sobrepõem. O “bazaar metropolitano”, dizem os autores, começou a ganhar forma em meados da década de 1980. No caso da Inglaterra e dos Estados Unidos, o momento da virada conservadora de governos que fizeram por desmanchar direitos e garantias sociais foi o ponto de arranque da precarização do trabalho e a redefinição dos mercados urbanos de trabalho.

Em termos gerais, anos de reestruturação produtiva e da chamada flexibilização das relações de trabalho que terminou por esfumçar as diferenças entre trabalho, desemprego e expedientes sociais de sobrevivência, dado principalmente pelas redes de subcontratação e formas diversas de mobilização do trabalho precário (RUGGIERO; SOUTH, 1997).

Assim, descreve Nain (2006), que essas novas formas de trabalho que são projetadas na ponta do capitalismo que reproduz como nunca o “trabalho sem forma”, fazendo, ao mesmo tempo, generalizar os circuitos ilegais de uma economia cada vez mais globalizada dentro do processo de liberalização financeira, abertura dos mercados e a diminuição do poder e do controle estatal, colocando em xeque a binaridade legal/ilegal ou lícito/ilícito, tornando essas fronteiras tênues e frágeis.

Foi também a partir da década de 1980 que as atividades ilícitas mudaram de escala, se internacionalizaram e se reorganizaram sob formas polarizadas entre, de um lado, os empresários do ilícito, em particular do tráfico de drogas e que, a cada local, irão se conectar com a criminalidade urbana comum, e, de outro, os pequenos vendedores de rua, que operam nas margens da economia das drogas e transitam o tempo todo entre a rua e a prisão. Nesse segundo que se encontram os “trabalhadores precários” da droga, que se multiplicam na

medida em que o varejo se expande e se enreda nas dinâmicas urbanas (TELLES, 2009).

A perspectiva do Bazar Metropolitano ganha força no Brasil a partir dos estudos de Vera Telles (2007). Vera Telles toma como ponto de partida as redefinições nas relações entre o legal e ilegal, formal e informal. Assim, coloca que essa transitividade sempre acompanhou a história de nossas cidades, apresenta-se um desafio de construir um jogo de referências distintos do espaço conceitual, principalmente devido as chamadas incompletudes da modernidade brasileira. Telles coloca que o trabalho sem forma e essa trama multifacetada de ilegalismos estão no coração do capitalismo contemporâneo, então é caso de perguntar pelo modo como esses processos se redesenham os mundos urbanos e redefinem os ordenamentos sociais a partir das relações sociais, e relações de poder em situações variadas.

Telles coloca ainda que um ponto importante que não pode ser deixado de lado é o fato de que a vida social hoje parece atravessada por um universo crescente de ilegalismos que passam pelos circuitos da expansiva economia informal, o comércio de bens ilegais e o tráfico de drogas, com suas sabidas capilaridades nas redes sociais e nas práticas urbanas.

Partindo desses apontamentos, é necessário compreender que a própria lógica que constitui a criminalidade urbana varia no tempo e no espaço. Em outras palavras, é preciso levar em consideração que o processo social do qual emergem os mercados ilícitos, no caso o tráfico de drogas, surge em momentos históricos distintos e a partir de contextos sociais específicos e, por conseguinte, ganham os seus contornos também particulares.

Apesar do tráfico de drogas não ser mais um fenômeno recente nas investigações das Ciências Sociais brasileira, buscar compreendê-lo na Grande Goiânia foi uma ação inédita, uma vez que era uma incógnita ainda a ser elucidada.

Em busca dessa empreitada, o caminho percorrido pela pesquisa teve por objetivo compreender a dinâmica de funcionamento do tráfico de drogas da Grande Goiânia e a relação dele com o crime violento, especialmente o homicídio. Dentro desse processo, procurei desmistificar construções hegemônicas realizadas pela mídia e que impera no imaginário social do que é o tráfico de drogas na Grande Goiânia.

Diante disso, para o desenvolvimento dessa pesquisa, o recorte espacial empregado se limitou ao espaço geográfico que é conhecido como a Grande Goiânia, que é formada pela capital Goiânia mais as cidades que se conurbaram a ela: Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Goianira. A opção pela escolha dessas 5 cidades, sendo que no total são 13 cidades que configuram a Região Metropolitana de Goiânia, ocorreu pelo fato de que apenas elas são altamente integradas.

Ainda no processo de exploração de campo percebi também que a dinâmica em que se configura o tráfico de drogas nessas cidades muito se assemelha e, até mesmo, há momentos em que eles se vinculam.

Quadro 1 – Aspectos demográficos dos municípios da Grande Goiânia e Nível de Integração ao Polo

	População	População	Taxa média geométrica de crescimento	Taxa média geométrica de crescimento	Nível de integração ao Polo
Município	2000	2010	1991-2000	2000-2010	2000
Goiânia	1.009.007	1.302.001	1.91	1.77	—
Aparecida de Goiânia	336.392	455.658	7.30	3.08	Muito Alta
Trindade	81.457	104.488	4.66	2.52	Média
Senador Canedo	53.105	84.443	9,27	4,75	Muito Alta
Goianira	18.719	34.060	4.32	6.17	Alta

Fonte: dados de população: Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás; níveis de integração: Observatório das metrópoles.

Essas cidades, nas últimas duas décadas, tiveram grande crescimento econômico e, por isso, tiveram um forte processo migratório, deixando de serem apenas cidades dormitórios.

E quando pensamos no processo de conurbação dessas cidades, ele se torna importante no entendimento da espacialidade do tráfico de drogas por aqui, uma vez que se tem em mente a ideia de que essas cidades fazem parte do trajeto por onde circulam as mercadorias ilegais e os atores envolvidos nesse mercado criminalizado.

Depois de delimitado o espaço territorial da pesquisa, as perguntas que eu me colocava no processo investigativo visaram compreender os arranjos

construídos por esses indivíduos no processo de comercialização das drogas que vai da sua fonte até o consumidor final. E, dentro desse processo, procurei elucidar quais as relações simbólicas construídas e compartilhadas entre os sujeitos envolvidos, desde a percepção sobre si e suas práticas, os aspectos morais em jogo, as regras normativas que estabelecem nas construções dos acordos, como lidam com as desavenças e os não cumprimentos das obrigações e, por fim, como a violência se associa a esse comércio ilícito.

Para dar conta dessa aventura, me utilizei da sociologia artesanal de Becker (1999) por acreditar que esse método de investigação possibilita ao sociólogo a liberdade de se relacionar mais profundamente com a pesquisa de campo, permitindo que o cientista negocie e renegocie com ele mesmo a cada nova imersão no objeto estudado. Mais ainda, o modelo artesanal coloca nas mãos do pesquisador a possibilidade para que ele mesmo produza as próprias teorias e os próprios métodos, pois é a relação de conhecimento dele com o objeto investigado que irá definir, a cada etapa, pelas diversas questões que se apresentam no desenvolvimento da pesquisa, que os resultados sejam os mais confiáveis possíveis.

Para se atingir a maior confiabilidade dos dados foi preciso então que eu levantasse o maior número de informações plausíveis. Em busca desse acervo tive que percorrer o caminho daqueles sujeitos quem vendem drogas, ouvir suas histórias, acompanhá-los em festas, bares, praças e, algumas vezes, fiz visitas em suas *bocas*. Rodei por essas cidades para encontrar os sujeitos da pesquisa, alguns em plena atividade nas ruas e outros encarcerados por conta da venda de drogas, e, dentre os sujeitos presos, alguns com a atividade interrompida e outros que, mesmo de dentro do presídio, continuavam comandando os seus negócios ilegais lá fora. Coletei dados em prontuários de presos e inquéritos policiais, escutei delegados e agentes da polícia, realizei leituras de jornais impressos e digitais, e busquei dados e informações na Secretaria de Segurança Pública, delegacias e presídios.

Acredito que nesse modelo de investigação não devem ser apresentado apenas os resultados alcançados, mas, também, todo processo de construção por qual passou a pesquisa. E isso não inclui apenas as partes favoráveis, é preciso colocar em linhas as dificuldades e as adversidades encontradas em todo processo produtivo. Afinal, parto do pensamento de que é necessário situar

o leitor sobre todos os procedimentos investigativos que vão da desde a elaboração dos instrumentos de pesquisa à exploração e análise de dados.

Partindo dessa compreensão, a dissertação que aqui apresento foi dividida em 3 capítulos mais as considerações finais. No primeiro capítulo, separado em 2 partes, abordei especificamente as perspectivas teóricas e metodológicas no qual este trabalho está embasado; na primeira parte exponho as reflexões de Becker sobre o modelo artesanal de pesquisa, colocando nas mãos do pesquisador a responsabilidade em deixar claro ao leitor o passo-a-passo de construção da pesquisa e, ao mesmo tempo, me deu a liberdade necessária para me guiar nesse processo construtivo. A segunda parte vai tratar das minhas viagens propositadas de campo, procurando mostrar a imersão no objeto estudado, as relações construídas, os caminhos percorridos, identificar quem são os sujeitos da pesquisa e os entraves que encontrei ao longo do percurso.

O segundo capítulo, dividido em 6 partes, trato dos resultados encontrados na pesquisa. No primeiro subcapítulo transcorro acerca das imagens atribuídas pelas mídias e pelos órgãos de Segurança Pública aos sujeitos envolvidos no tráfico de drogas e, no segundo, por sua vez, procurei compreender as percepções que os sujeitos de pesquisa têm sobre si e em relação às atividades que praticam.

No terceiro subcapítulo apresento o que a dinâmica de funcionamento do mercado ilegal das drogas, pelo fato de que as mercadorias ilícitas, ao sair da sua fonte de produção até chegar ao consumidor final, percorrem um longo caminho que, a cada etapa de distribuição e comercialização, ramifica as relações sociais e novos atores sociais se integram. Nesse processo, foi possível verificar quatro estruturas distintas de comercialização das drogas: o *produtor-fornecedor*, o *tráfico organizado*, o *tráfico associado* e o *tráfico atomizado*.

Complementando esta parte, no quarto subcapítulo procurei tratar da dimensão socioespacial em que esse mercado irá se territorializar. Verifiquei que nos últimos anos o processo de territorialização do tráfico de drogas na Grande Goiânia foi marcado por pequenas disputas comerciais em determinadas regiões

das cidades, e essas disputas não tinham por objetivo o controle do território em si, apenas o domínio comercial.

As drogas não são as únicas mercadorias à venda no mercado ilegal, a ilegalidade do empreendimento, seguindo os escritos de Misse (1999), cria outro mercado ilegal por onde circulam as mercadorias políticas. E, além disso, a relação entre a cadeia e a rua não se findam quando os sujeitos vão encarcerados, na verdade muda-se a forma de se relacionar e, até mesmo, a cadeia vira um espaço de comando do tráfico e o lugar em que as redes sociais do crime podem se estreitar.

No quinto e no sexto subcapítulo da segunda parte busquei identificar a dimensão moral dos indivíduos inseridos nesse mercado. Assim, no quinto subcapítulo, por meio das entrevistas, almejei esclarecer as justificativas morais construídas pelos sujeitos no processo de adesão ao tráfico de drogas e, no sexto subcapítulo, por sua vez, desejei compreender as relações morais e culturais que envolvem os sujeitos do tráfico.

Dentro deste sexto subcapítulo, discuti questões ligadas à família, os aspectos econômicos, de poder, status e prestígio. E, por fim, quis compreender os aspectos culturais e morais de uma honra masculina que foi criada ainda no mundo rural e que, dentro da cidade, e, posteriormente, ao se associar à criminalidade urbana, ganha novos arranjos e novos significados, muitas vezes à base do uso da força física como forma de resolução de contendas.

No terceiro e último capítulo procurei analisar a relação entre drogas e violência, especialmente o homicídio. Assim, na primeira parte, parti do entendimento de que não há um único elemento que seja capaz de explicar essa associação, mas na verdade é resultado da soma de múltiplos fatores. Nesse sentido, na segunda parte, utilizando a tipologia tripartite de Goldstein (1985) é possível detectar os momentos que há a irrupção da violência associada à droga. A partir do emprego dessa tipologia pude perceber que a associação entre drogas e violência não deriva apenas da comercialização, quando na verdade ela resulta de três dimensões diferentes e que se sobrepõem, Goldstein divide essa tipologia em três elementos: o psicofarmacológico, o econômico compulsivo e o sistêmico.

Os objetivos que me guiaram na pesquisa em busca de entender a dinâmica de funcionamento do tráfico de drogas na Grande Goiânia e a relação

dele com a criminalidade violenta ajuda não apenas na elucidação de um objeto que ainda não havia sido explorado. Mais ainda, ele vem somar com outros estudos desenvolvidos nos últimos anos pelo Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (NECRIVI) em busca de entender as mudanças nos padrões de criminalidade que emergem com o crescimento urbano no Estado de Goiás e, com isso, de forma mais ampla, contribuir na construção do entendimento sobre o que é atual sociedade goiana e seus processos de urbanização.

**O MODELO ARTESANAL
DE PESQUISA E AS VIAGENS
PROPOSITADAS**

1.1 O modelo artesanal de pesquisa

Em seu conjunto de ensaios “Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais” (1999), Becker afirma sua preferência por um “modelo artesanal de pesquisa, no qual cada cientista produz as teorias e os métodos necessários para o trabalho que está sendo feito” e, ainda mais, considera que “os sociólogos deveriam se sentir livres para inventar os métodos capazes de resolver os problemas das pesquisas que estão fazendo” (BECKER, 1999: 12). Além disso, argumenta que:

Surgem outros problemas na implementação desses métodos, problemas que não podem ser reduzidos desse modo, problemas que envolvem a própria interação do pesquisador com aqueles que ele estuda, ou do pesquisador com os seus colegas e assistentes, que derivam do contexto social no qual qualquer operação de pesquisa tem seu lugar. Estes problemas são igualmente permeáveis à análise, mas a análise não deve confiar apenas na lógica da análise de variáveis ou na teoria da probabilidade e abordagens similares. Deve, ao invés disso, incorporar as descobertas da própria sociologia, tomando os aspectos sociológicos e interacionais do método parte do material submetido à revisão analítica e lógica. Podemos chamar tal enfoque para a metodologia de sociológico. (BECKER, 1999; p. 28)

O enfoque dado por Becker propõe esse esquema de que o conhecimento adquirido pelo sociólogo se dá nessa relação cotidiana com o objeto em estudo. Deve-se, portanto, partir do ponto de vista dos atores estudados para atentar sobre o sentido que eles atribuem às situações vivenciadas e aos símbolos que os circundam e que dão forma àquilo que constroem em seu mundo social. O método etnográfico é visto por Becker como aquele que melhor permite analisar as práticas dos membros em suas atividades concretas e revela regras e procedimentos pelos quais os atores interpretam sua realidade social. Além disso, segundo Minayo e Sanches (1993), ajuda na compreensão das “camadas mais profundas no que se refere ao mundo dos símbolos, dos significados, da subjetividade e da intencionalidade” (MINAYO; SANCHES, 1993; p. 245).

Assim, a observação, as entrevistas e a descrição – que compõem a perspectiva etnográfica – são as principais ferramentas desse modelo de

pesquisa. E cabe ao pesquisador tornar-se sensível às sutilezas que encontra no campo de investigação, precisando estar suscetível para rever concepções e conceitos que esse “mundo” a ser investigado tem a dizer. É a relação do pesquisador com os sujeitos pesquisados que permite que as dúvidas se esvaíam, que se desconstruam certezas e que outras questões sejam levantadas. A sensibilidade do pesquisador em campo tem que atentar para os detalhes, as palavras não ditas, os olhares disfarçados e, até mesmo, para um tom de voz mais brando etc.

Pais (2003) afirma que nesse modelo de pesquisa “o esforço de teorização aparece indissociável da prática de pesquisa”, dado pela “necessidade em dar resposta a dilemas e interrogações concretas que desafiam a imaginação sociológica” (PAIS, 2003; p. 41).

Como esse modelo de pesquisa apresenta dificuldades e entraves para o pesquisador, Becker (1999) reflete sobre a necessidade de deixar explícitos os resultados negativos com os quais a pesquisa se depara, mostrar todas as dificuldades e os (des)caminhos pelo qual o pesquisador percorreu. Alerta que o pesquisador não deve encobrir as barreiras e as dificuldades encontradas em campo e mostrar apenas o que deu certo. É função do sociólogo deixar claro todo andamento da pesquisa para aqueles que não participaram dela, por meio de uma descrição sistemática de todos os passos do processo.

Se o ponto de vista dos atores é fundamental nesse modelo de pesquisa, como então aplicá-lo quando os sujeitos pesquisados praticam atividades criminalizadas em um mercado também criminalizado? De que forma o pesquisador acessa o universo e os códigos desses sujeitos e de suas práticas?

Desde o início acreditei na impossibilidade de uma imersão pura como propõem as etnografias clássicas, pelo fato dessas terem como um de seus elementos centrais a participação do pesquisador no cotidiano dos nativos, comportando-se e compartilhando das mesmas experiências, aproximando-se da realidade a ser investigada.

Quando a ideia de imersão do pesquisador em objetos de práticas criminosas foi utilizada em estudos nas Ciências Sociais, colocaram-se problemas éticos irreversíveis. Afinal, ao participarem de tais atividades criminalizadas, os pesquisadores poderiam ser julgados e condenados pelas

mesmas práticas como qualquer um de seus informantes, mas, acreditava-se que, assim, haveria maior aceitabilidade pelos sujeitos do grupo em questão.

Luic Wacquant, em seu livro *Carnal Sociology* (2004), ao pesquisar um grupo de boxeadores negros habitantes de um gueto norte americano, afirma que a melhor maneira de se chegar ao objeto é por meio de uma imersão iniciatória e, logo depois, uma conversão do pesquisador ao contexto e ao cotidiano dos sujeitos pesquisados para assim compreender as suas reais práticas. Pois isto, “permite que o sociólogo se aproprie na e pela prática dos esquemas cognitivos, estéticos e éticos que aqueles que habitam este cosmos executam nas suas ações cotidianas” (WACQUANT, 2004; p.8)

Contrariando essa perspectiva da imersão, Alba Zaluar (2009) coloca que as pesquisas que se enveredam em estudar comportamentos criminosos por meio da realidade dos atores que a constroem não podem se dar puramente pela observação participante, pois:

Além de todos os problemas práticos e éticos aos quais a inserção na sociedade estudada pode levar, esta inclusão, em última análise, significaria negar o lugar do observador e, portanto, qualquer objetividade. Ficaria apenas a participação no binômio da observação participante. (ZALUAR, 2009; p. 563)

Assim, a saída mais pertinente foi utilizar uma estratégia onde eu pudesse fazer o exercício de aproximar e distanciar do “mundo” dos sujeitos atuantes no tráfico de drogas, até mesmo porque a passagem de um lado para o outro não é tão rigorosa quanto se imagina, pois são fronteiras tênues que separam a legalidade da ilegalidade como já foi apontado inicialmente. Assim, seguindo os passos de Alba Zaluar (2009), optei por fazer uma “viagem propositada”. Esse modelo propõe que o cientista social:

[...] como viajante procura conhecer previamente o seu campo e se prepara como pode para ele. Não que surpresas estejam suprimidas, mas "saber entrar" e "saber sair" são procedimentos fundamentais [...] permanecendo outro e conhecendo o nativo para conhecer-se melhor na diferença. Participar e observar, ser de lá e estar cá, registrar lá e escrever cá [...] (ZALUAR, 2009; p. 566).

O texto escrito pelo cientista social seria a ponte entre os dois “mundos”. Cabe a ele observar, interpretar e descrever para os que não pertencem àquele “mundo” as situações vivenciadas nesse outro lado obscuro pelas conjunturas da ilegalidade que emergem em suas práticas cotidianas. Ou seja, o objetivo então nesse modelo de pesquisa é desfazer construções simbólicas, principalmente aquelas enviesadas por padrões midiáticos, e iluminar as relações vivenciadas por esses outros sujeitos a partir de suas próprias falas e de suas rotinas.

Foram as “viagens propositadas” no cotidiano dos sujeitos estudados que contribuíram para que eu pudesse criar estratégias e, até mesmo, me possibilitou certa malícia investigativa para atingir os fins almejados. Afinal, são diversos os problemas e as dificuldades encontradas em campo, pois só de estudar grupos à margem da lei, que enfrentam perseguição policial e problemas com a justiça, diversos riscos e problemas surgem e que não estão dentro da previsão do pesquisador, porque a “arte de se relacionar e a criatividade em fazer as perguntas certas a pessoas certas não se aprende em textos acadêmicos, mas na experiência vivida” (ZALUAR, 2009; p. 568).

1.2 As viagens propositadas

Sempre afirmo que a pesquisa não se iniciou quando entrei no mestrado, na verdade o tema sempre me chamou muito a atenção justamente pelo tráfico de drogas possuir certo protagonismo nas justificativas criadas pelos órgãos de Segurança Pública e pela mídia como um problema social extremamente grave que repercutia diretamente no aumento das taxas de homicídios das cidades goianas.

Ao participar de pesquisas pelo Núcleo de Estudos sobre Criminalidade, Violência e Justiça Criminal (NECRIVI) eu percebi que as representações criadas a respeito do tráfico de drogas se alastraram por todo tecido social como uma atividade altamente perigosa em que quase todos os problemas se resolviam por meio da violência.

Por outro lado, na região que nasci e fui criado em Goiânia tive o convívio com pessoas que eram envolvidas com o uso e/ou venda de drogas, mas a imagem que eu tinha delas era totalmente diferente da imagem perversa que estava sendo compartilhada no imaginário social.

As inquietações que me colocavam não eram em favor de exercer uma defesa das pessoas que vendiam drogas, mas sim em tentar compreender o outro lado da moeda. E o que esses sujeitos têm a dizer sobre si? O que os leva a aderir a essas atividades juridicamente criminalizadas? São sujeitos maus e que agem de forma truculenta visando apenas o enriquecimento? Todos eles ganham dinheiro? Foram diversas perguntas que me guiaram a essa pesquisa, e muitas outras acabaram se colocando ao final do estudo.

Um dos primeiros dilemas ocorreu ainda no processo de elaboração da pesquisa, na definição do próprio objeto de estudo. Não é tarefa simples explicar e convencer os familiares e amigos que seu objeto de estudos envolve diretamente pessoas que vivem da comercialização de drogas ilícitas, ainda mais pelo fato dessa figura ser diariamente demonizada nos noticiários como sujeitos que agem a partir de comportamentos perversos e impiedosos, sem nenhuma relação de alteridade, visando apenas o alcance de lucros imensuráveis.

Entretanto, por saber que a violência nesse mercado é real, porém não tão exacerbada como se coloca, foi preciso criar uma série de mecanismos para tentar amenizar e evitar qualquer risco que este tipo de pesquisa poderia proporcionar, desde horários delimitados, lugares escolhidos para os encontros,

preservar o anonimato dos sujeitos da pesquisa nas mais diversas situações, deixar avisado outras pessoas de confiança onde eu estava e que horas voltaria, entre outros.

Por mais que estivesse próximo de indivíduos que participavam da comercialização de drogas, nunca tive real conhecimento sobre as atividades ilegais que eles praticavam. Apesar de esses indivíduos serem familiares ao meu cotidiano, as atividades praticadas por eles me apresentavam como desconhecidas. Gilberto Velho em 1987 já alertava sobre os panos que as vezes encobre a nossa visão sobre o social, assim:

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido (VELHO, 1987; p.126).

A minha viagem propositada me gerou de início uma dupla sensação. De um lado, alimentou a minha curiosidade investigativa em busca de desvendar, esmiuçar e compreender os arranjos construídos pelos indivíduos que fazem parte dessa lógica mercadológica dos psicoativos. Por outro lado, gerou certo medo e receio de não conseguir acessar de forma profunda as informações necessárias para a construção da pesquisa. Afinal, conviver com esses sujeitos no cotidiano é uma coisa, outra era querer saber sobre as atividades que realizam e que normalmente procuram encobrir.

Procurei construir um acervo de informações e dados oriundos de diversas fontes, sobretudo do campo etnográfico, com entrevistas em profundidade e anotações no caderno de campo, e a análise de prontuários e inquéritos policiais de pessoas presas pelos crimes de tráfico de drogas, tentativa de homicídio e homicídios. Como forma de incrementar e enriquecer esses dados entrevistei informalmente alguns agentes policiais e delegados e realizei leituras de jornais impressos e digitais sobre casos de apreensão de pessoas envolvidas com o tráfico de drogas, homicídios e grupos de extermínio.

No desenvolvimento da pesquisa o emprego do método etnográfico pode ser compreendido em dois momentos distintos. Primeiramente, ao iniciar a pesquisa, ele foi utilizado com o objetivo de se chegar até os sujeitos com os quais havia um contato anterior à própria pesquisa e que estavam envolvidos

com a venda de drogas. Acreditei que, ao utilizar a metodologia de bola de neve¹, a cada novo contato estabelecido no processo investigativo outras pessoas seriam indicadas para a pesquisa. Entretanto, esse modelo se mostrou inviável porque os entrevistados procuravam encobrir de outras pessoas envolvidas no tráfico de drogas que estavam participando da pesquisa, até mesmo para evitar qualquer tipo de problema de desconfiança entre os demais, sobretudo por conta do receio que os indivíduos nos mercados ilícitos têm em relação à prática de *caguetagem*.

Assim, outra dificuldade apresentada de início foi construir uma rede de contatos que me pudesse dar uma direção em relação ao campo da pesquisa. Na verdade, pessoas que eu acreditava que seriam abertas a participar da pesquisa, por participarem da minha rede de conhecidos e amigos, se tornaram totalmente desconfiadas e, por isso, preferiram não contribuir. Não sei se foi falta de capacidade minha em convencê-los ou a própria tentativa de distanciamento era justamente para que não eu não pudesse construir outro tipo de percepção sobre eles, por isso era melhor não aprofundar mais do que nas relações de amizades e querer compreender suas atividades ilegais.

Ironicamente, como diria aqueles que pactuam com acidentes no percurso etnográfico, nos (des)caminhos da pesquisa foram justamente aqueles indivíduos desconhecidos, que me foram indicados por pessoas de minha rede de amizade que consomem algum tipo de substância ilícita, que me salvaram no desespero da falta de participantes para iniciar a pesquisa. Mesmo eu sendo estranho para tais pessoas naquele momento acabei obtendo algum sucesso e consegui construir uma boa relação de confiança, e, somente assim, que consegui, em um primeiro momento, percorrer as tramas ilegais e o cotidiano daqueles indivíduos que viviam desse mercado criminalizado.

De início deixava claro que meu interesse não era saber nomes de pessoas, mas sim entender a experiência de vida de cada um deles. Em alguns momentos a confiança foi estabelecida imediatamente e em outras ocasiões não consegui ter acesso a informações que me eram cessadas ou, até mesmo, não tinha capacidade naquele momento de compreender o que se passava. Como

¹ O modelo bola de neve funciona a partir da compreensão de que você inicia o campo por meio de um entrevistado que tem o papel de indicar outros sujeitos que possam dar informações importantes para a pesquisa e, com isso, constrói-se uma rede de contatos de indivíduos que formam o perfil necessário para formar o quadro de participantes de uma determinada pesquisa.

era um estranho ali, apesar das tênues fronteiras, era preciso mais tempo para poder experimentar dos mesmos significados, gestos, códigos e símbolos dos grupos que estava tentando me inserir.

Como não dava para participar ativamente do cotidiano dos meus entrevistados, o processo de elucidação de campo requeria mais tempo do que tinha para a produção final dessa dissertação. Então no processo de escrita deste trabalho me inquieto porque tenho mais dúvidas do que esclarecimento para apresentar, pois ainda existem pontos que devem ser ligados e nós que devem ser desembaraçados que apenas o tempo permitirá e me dará tais condições. Afinal, uma pesquisa de dissertação na acaba quando você passa pela banca de defesa, ela precisa ser continuamente revisitada e, até mesmo, para dialogar e ajudar a entender as transformações no mundo social.

Além disso, essa dinâmica comprovou que não existem roteiros lineares no desenvolvimento da pesquisa. Houve momentos que precisei ficar calado, para evitar qualquer tipo de confusão, sobretudo quando acompanhei algum dos entrevistados em alguma entrega de drogas, pois acreditei ser melhor que a informação de que eu era um pesquisador ali ficasse apenas entre eu e ele, por isso, para ambas as partes, era melhor evitar colocar as cartas na mesa, tanto para preservar o meu sujeito naquele momento quanto a mim e, também, para poder ter certeza que não teria outros problemas naqueles momentos das minhas viagens ao campo.

Sobre o campo, a primeira parte foi então realizada no período de março de 2012 até junho de 2014 com indivíduos que atuam no mercado das drogas e que, no momento da pesquisa, se encontravam em liberdade e em plena atividade ilegal. Com esses sujeitos foi possível participar de festas, sentar em mesas de bares, conversar em praças e, em algumas ocasiões, quando possível, pude visitar e conhecer *bocas*.

Em diversos momentos tive certa preocupação com o que poderia acontecer em campo, ainda mais depois de ouvir algumas questões de violência e perseguição sofridas pelos participantes da pesquisa. E o medo era menos em relação a eles e mais por conta de outras pessoas envolvidas, afinal o pesquisador era um estranho ali no meio. Para evitar qualquer risco, seja com outras pessoas que vendiam drogas ou, até mesmo, com a polícia, procurei

durante todo estudo manter sigilo das informações encontradas em campo, tanto visando a segurança dos sujeitos participantes quanto a do pesquisador².

Nessa primeira fase entrevistei 7 pessoas, sendo 6 homens e 1 mulher. Os sujeitos que participaram na primeira etapa atuam de diversas maneiras e em várias regiões da Grande Goiânia. Pelo fato deles atuarem em práticas juridicamente criminalizadas, as entrevistas aconteceram informalmente, sem registros de gravação e sem a necessidade de assinatura da documentação exigida pelo comitê de ética. Entretanto, os pesquisados estiveram cientes em todo o momento sobre as pretensões da pesquisa. A pesquisa foi submetida à avaliação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás e foi registrada na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Uma das dificuldades encontradas no período de avaliação do comitê de ética foi justamente deixar claro quais os motivos para pedir a ausência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esse processo demorou por volta de 5 meses, pois arquivos iam e voltavam, sempre pedindo uma nova argumentação, e quase sempre ligado à segurança no campo. Essa demora não me impediu de ir a campo, porém o cuidado era redobrado devido aos dilemas éticos da pesquisa que condicionam a preservação dos participantes acima de tudo. Além disso, não poderia esperar a aprovação de fato para fazer uma breve exploração do campo até mesmo por conta da criminalização desse mercado não saberia se até a saída das permissividades burocráticas meus sujeitos estariam em liberdade, o que dificultaria mais ainda as minhas viagens propostas.

Antes mesmo ao desenvolvimento da pesquisa em si, no processo de exploração do campo, após algumas conversas que tive com os prováveis informantes da pesquisa, ficou claro que a ilegalidade do empreendimento investigado e a forma como os sujeitos procuram encobrir essas práticas criariam dificuldades e, até mesmo, poderia impossibilitar a investigação caso as entrevistas ocorressem por meios formais e/ou por aplicação de questionário, visto que seriam mal vistas e provavelmente recusadas. Mais ainda, ao invés de

² Apesar de surgir propostas para entrevistas, tanto na mídia televisiva como impressa, decidi no momento da pesquisa ficar no anonimato de forma que preservasse todo andamento da pesquisa e, sobretudo, não gerar nenhum tipo de desconfiança por parte dos sujeitos que toparam contribuir com esse estudo.

me permitir acesso mais adequado às informações sobre eles, a formalidade dos recursos investigativos poderia comprometer no afastamento dos participantes e, também, na própria espontaneidade dos depoimentos a serem colhidos.

Outro motivo igualmente importante para o anonimato dos entrevistados foi a minha própria segurança devido à delicadeza do objeto em questão. Assim, preservar o anonimato dos sujeitos investigados, além de garantir maior segurança às duas partes, possibilitou uma maior confiança na relação entre os entrevistados e eu.

Diante dos resultados alcançados na primeira fase e as dificuldades de se chegar a novos informantes me conduziram até a segunda etapa de desenvolvimento da etnografia, o presídio. É preciso confessar que existia um temor em pesquisar dentro do presídio, não apenas pelas questões burocráticas e as dificuldades para desenvolver pesquisa nesse espaço, tinha o receio de que haveria dificuldade em conseguir informações por parte dos entrevistados, principalmente se eu fosse visto como um agente do Estado.

Assim, selecionei 2 presídios para desenvolver a segunda parte etnográfica, o Presídio Odenir Guimarães (POG) do complexo Prisional de Aparecida de Goiânia e a Unidade Prisional de Trindade.

Foto 1: Presídio Odenir Guimarães (POG) do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia/GO



Fonte: Randes Nunes/ A Redação

Foto 2: Unidade Prisional de Trindade/GO



Fonte: Alaor Félix/ TJGO

Nessa etapa realizei mais 11 entrevistas, sendo 8 homens e 3 mulheres. Nessa fase gastei mais 3 meses do processo burocrático de organização de papéis até a permissão para desenvolvimento da pesquisa dentro do presídio O campo, por sua vez, só consegui começar em janeiro de 2014 e foi até o final do

mês de maio do mesmo ano, com visitas de 2 a 3 vezes por semana, e com revezamento entre os dois presídios.

Diferentemente do que ocorreu com os sujeitos em liberdade, as entrevistas com os indivíduos encarcerados tiveram registro de gravação, porém, da mesma forma que antes, não foi necessária a assinatura do termo de consentimento, pelo mesmo fato de preservar os participantes da pesquisa.

A aproximação com os sujeitos pesquisados no ambiente prisional só foi possível porque em ambos os lugares havia conhecidos que trabalhavam diretamente com os detentos, a intermediação dessas pessoas foi imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa. Afinal, elas tiveram o papel de explicar e convencer tais sujeitos para que eles participassem da pesquisa. A relação de confiança e a clareza de que as informações passadas ficariam em total sigilo contribui muito para o sucesso das entrevistas que, com o desenvolvimento da pesquisa, quebrou todos os receios anteriores.

Em ambos os presídios, para se evitar qualquer constrangimento, as entrevistas foram realizadas em salas isoladas e somente com a minha presença e do participante da pesquisa. No começo, por mais receoso que o participante estivesse, procurei construir uma relação amistosa entre as partes até deixar claro que o objetivo maior era ouvir a experiência deles sobre as atividades criminalizadas que os levaram ao encarceramento. Para não ir diretamente ao assunto, busquei construir uma relação mais amigável por meio de questões que envolvia seu histórico familiar, a infância e a adolescência, até eles mesmos, sozinhos, chegarem ao assunto do tráfico de drogas.

Acredito que ter dado voz aos atores que atuam nesse mercado ajudou no entendimento dos sentidos que eles atribuem às situações vivenciadas e aos símbolos que os circundam e que dão forma àquilo que constroem seu mundo social, colaborando na compreensão das camadas mais profundas do mundo dos símbolos, dos significados, da atividade e da intencionalidade e, ao mesmo tempo, questões mais amplas que envolvem economia, política, justiça e segurança pública.

Além da etnografia, o segundo recurso metodológico que utilizei foi a coleta de informações em prontuários de presos e presas pelos crimes de tráfico de drogas, tentativa de homicídio, homicídio e latrocínio da POG e do Presídio Feminino Consuelo Nasser, ambos pertencentes ao Complexo Prisional de

Aparecida de Goiânia. A opção pela coleta de dados nesses prontuários ocorreu a partir da ideia de que as informações contidas eram mais precisas, principalmente pelo fato de que os sujeitos já tinham sido condenados por seus crimes e, portanto, acreditava, apesar de toda problemática dos processos acusatórios e da produção de inquéritos, que houve um mínimo de investigação realizada.

A coleta dos dados ocorreu em dois momentos. A primeira etapa ocorreu antes mesmo do desenvolvimento desse estudo, foi no ano de 2008 na pesquisa “Violência Urbana no Estado de Goiás” sob coordenação da professora Dalva Borges de Souza e do professor Francisco Chagas Evangelista Rabelo. A segunda etapa de coleta de dados nos prontuários dos presos aconteceu de janeiro a junho de 2014.

Ainda utilizei informações coletadas a partir da leitura de narrativas das peças finais dos inquéritos policiais da Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos (DENARC) e da Delegacia de Homicídios (DH) de Goiânia e Aparecida de Goiânia. Tanto os dados coletados nos prontuários dos presos como as narrativas dos inquéritos me ajudaram na compreensão sobre a atuação de parte dos sujeitos envolvidos no tráfico de drogas e a relação da violência com esse mercado criminalizado.

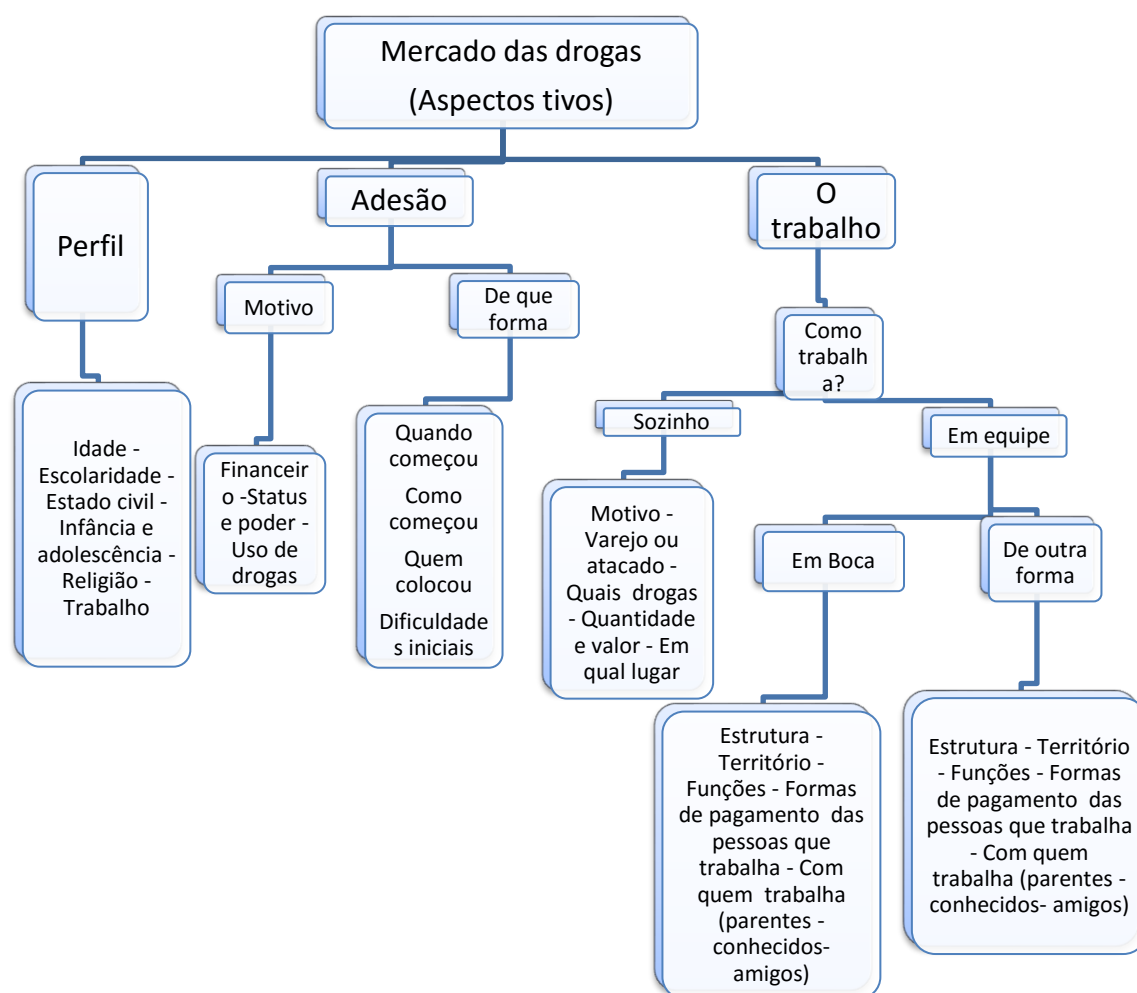
Outras informações eu consegui na Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás e na própria Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos (DENARC). Em ambos os lugares a maior parte dos dados adquiridos não tinha passado por nenhum processo de sistematização, eram informações brutas e desconstruídas, desorganizadas e com a falta de muitos elementos³. Essas informações, após um logo processo de sistematização, possibilitaram a criação

³ Na tese “Os dados sobre homicídio doloso em Goiás como um problema sociológico” Michele Cunha Franco (2015) descreve bem o problema de produção de dados sobre crimes em Goiás, no caso da tese o homicídio. Contudo, podemos levar essa produção de dados da Secretaria de Segurança Pública de Goiás para a relação de produção de dados de outros crimes, como o tráfico de drogas por exemplo. Assim, entre os seus achados, pela falta e os problemas de produção de dados destaco: a) não havia uma articulação institucional no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, quer quanto à produção ou quanto à utilização e intercâmbio dos dados gerados pelas polícias Civil e Militar; b) o acesso e até mesmo a produção dos dados pareciam dependentes mais de características idiossincráticas daqueles incumbidos da produção ou que poderiam possibilitar esse acesso do que a regras claramente definidas. Ou seja: c) . praticamente inexistia uma articulação interna na Secretaria de Segurança Pública, quer entre Polícia Militar Polícia Civil , quer entre delegacias da Polícia Civil, e que essa articulação inexistia entre a Secretaria de Segurança Pública e o Ministério Público, e entre este e o Poder Judiciário.

de mapas que ajudassem no entendimento da espacialidade por onde irá se territorializar o tráfico de drogas na Grande Goiânia.

Como forma de organizar e sistematizar os dados, construí um esquema que pudesse me situar e ajudar no processo de análise de todos os dados produzidos ao longo da pesquisa. Essa divisão pode ser percebida nas figuras 1, 2 e 3 por meio dos blocos de temas e subtemas. O primeiro trata de aspectos tivos (perfil, adesão e percepção sobre o trabalho no mercado ilegal das drogas).

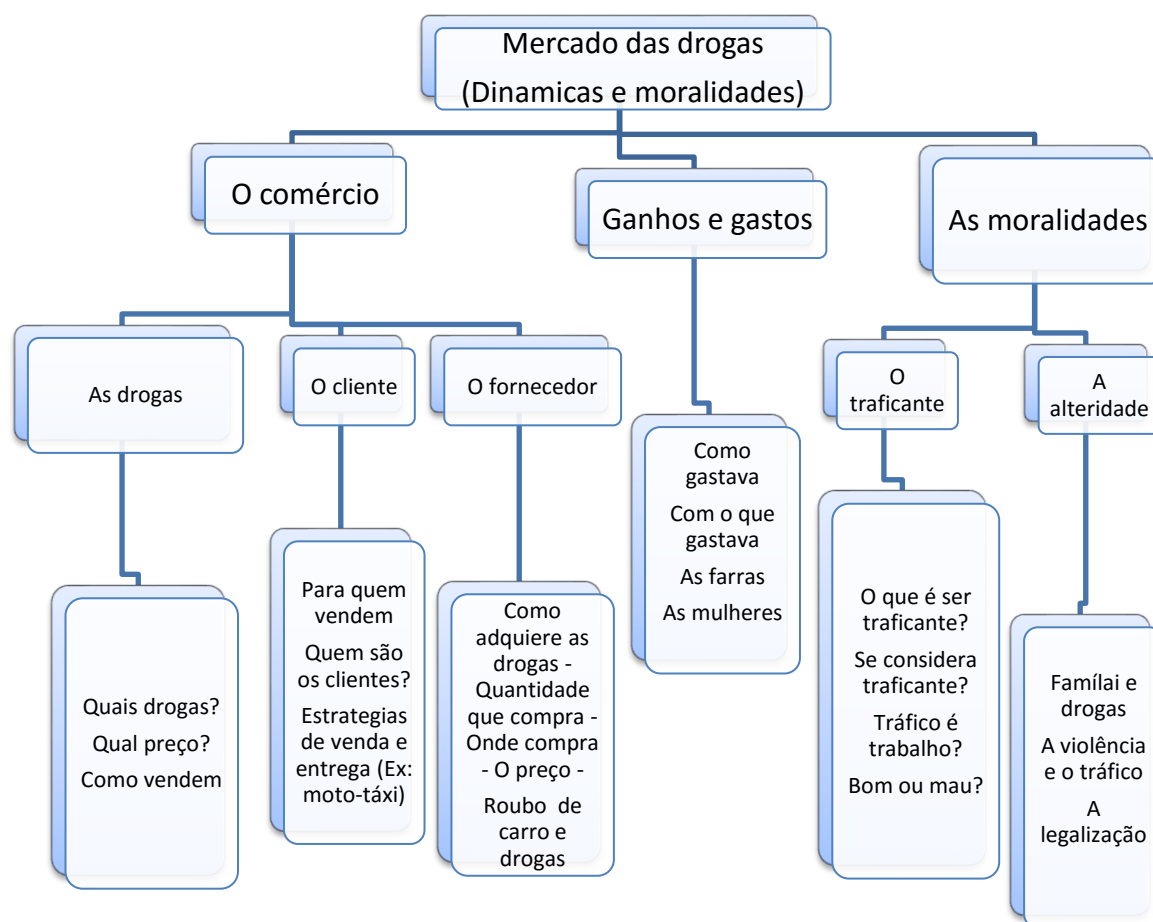
Figura 1 . Modelo de organização e sistematização dos dados – aspectos tivos



Fonte: Pesquisa Sujeitos do 33: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia, 2014

Na segunda estrutura procurei sistematizar as dinâmicas e as moralidades compartilhadas entre os indivíduos que atuam nesse mercado. Assim, busquei entender como se estruturam e como se percebem enquanto sujeitos que comercializam substâncias ilegais e criminalizadas.

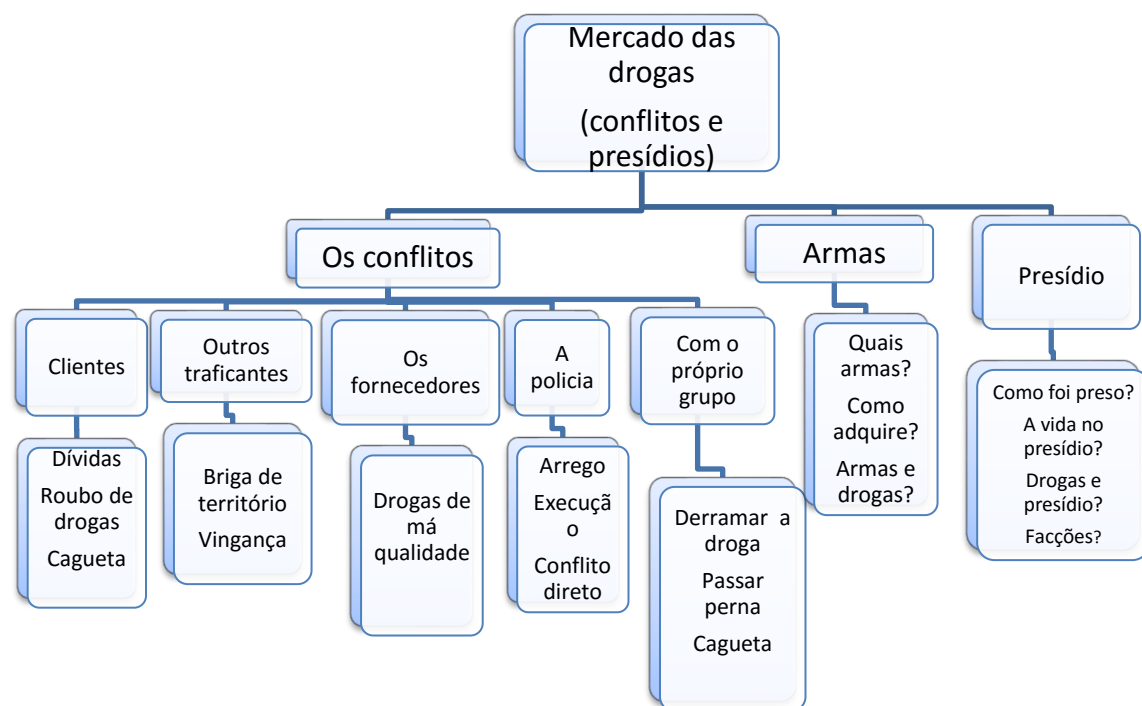
Figura 2. Modelo de organização e sistematização dos dados – dinâmicas e moralidades



Fonte: Pesquisa Sujeitos do 33: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia, 2014

No terceiro bloco a separação dos temas e subtemas se deram a partir das relações conflituosas que pude encontrar nesse mercado ilegal e, também, a relação entre a rua e o presídio, e, com isso, busquei entender as dinâmicas mais violentas do tráfico de drogas.

Figura 3. Modelo de organização e sistematização dos dados – conflitos e presídios



Fonte: Pesquisa Sujeitos do 33: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia, 2014

Quando se trata do tráfico de drogas não é nenhuma novidade afirmar que os sujeitos envolvidos em sua maioria são homens e menores de 24 anos, e cada vez mais essa idade tem se reduzido. Entretanto, não há como ter uma ideia real da quantidade desses sujeitos e nem o quanto movimentam em drogas e em dinheiro, uma vez que se tem ideia apenas a partir daquelas pessoas que foram presas e das mercadorias apreendidas.

Os números que se tem apenas ajudam na elucidação, como será demonstrado no decorrer da dissertação, de quais sujeitos envolvidos na comercialização de drogas são mais investigados e sofrem maior repressão pelo Estado e, conseqüentemente, passam pelo processo social de construção do que é considerado um traficante de drogas na Grande Goiânia.

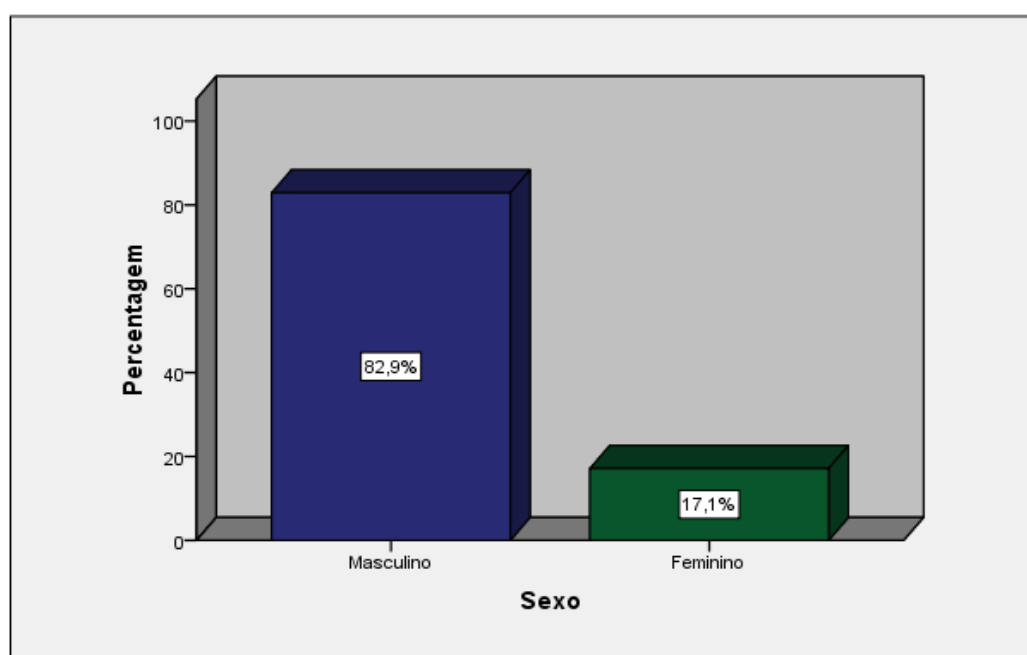
Tabela 1 – Idade dos condenados pelo crime de tráfico de drogas no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia

	Frequência	Porcentagem
18 - 24 anos	175	43,4
25 - 31 anos	115	28,5
32 - 38 anos	71	17,6
39 ou mais	42	10,4
Total	403	100,0

Fonte: Pesquisa Sujeitos do 33: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia, 2014

Os dados coletados a partir da leitura dos prontuários de presos do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia apontam que grande a maioria dos sujeitos condenados pelo crime de tráfico de drogas, 43,4%, possuem menos de 24 anos. Cabe lembrar ainda que os dados falam apenas de indivíduos maiores de 18 anos e, portanto, aqueles sujeitos menores de idade que são apreendidos comercializando drogas não estão nesse montante. Ainda mais, pelas entrevistas é perceptível que a idade de adesão ao mercado das drogas acontece cada vez mais cedo entre os garotos, hoje ocorrendo a partir dos 12 e 13 anos de idade.

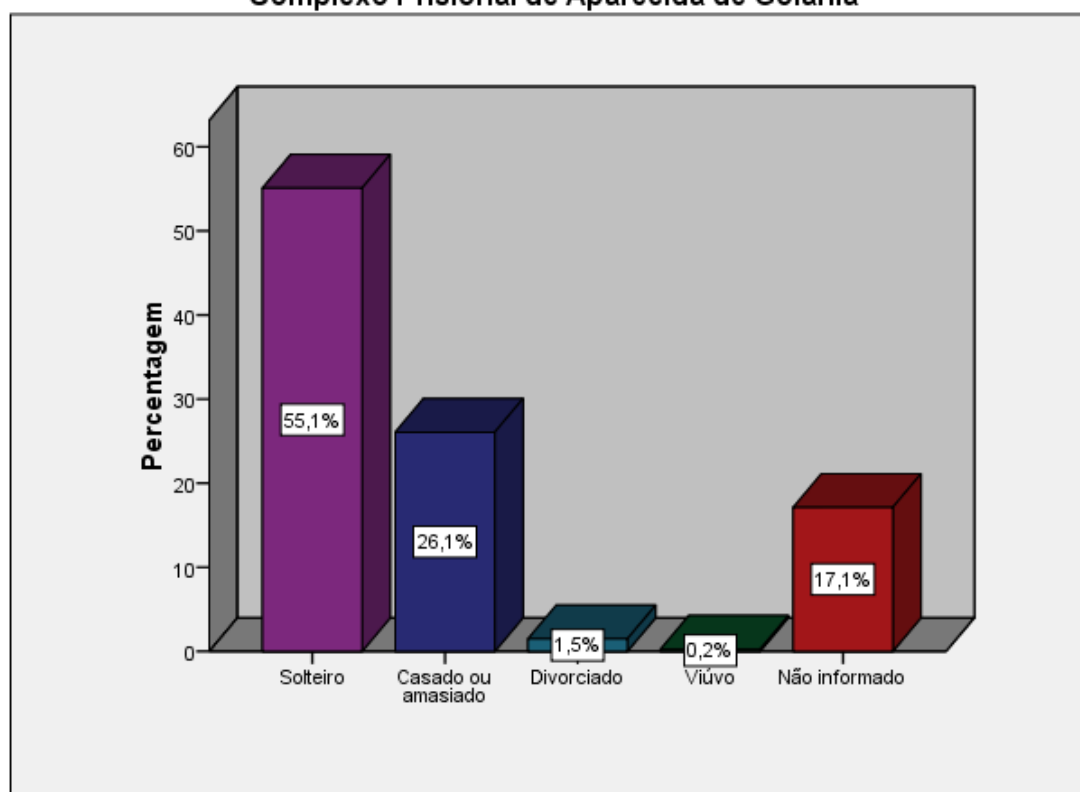
Gráfico 1 - Sexo dos condenados pelo crime de tráfico de drogas do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia



Fonte: Pesquisa Sujeitos do 33: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia, 2014

E como já foi mencionada, a maior parte das pessoas envolvidas no tráfico de drogas são do sexo masculino, esses números podem ser observados quando comparado com a quantidade de mulheres condenadas pela prática do mesmo crime. Do total de pessoas condenadas pelo crime de tráfico, 82,9% são homens e apenas 17,1% são mulheres. Além disso, 55,1%, dessas pessoas são solteiras, seguidas pelas casadas ou amasiadas, 26,1%, e 17,1% não possuem informações sobre os estados civis em suas fichas.

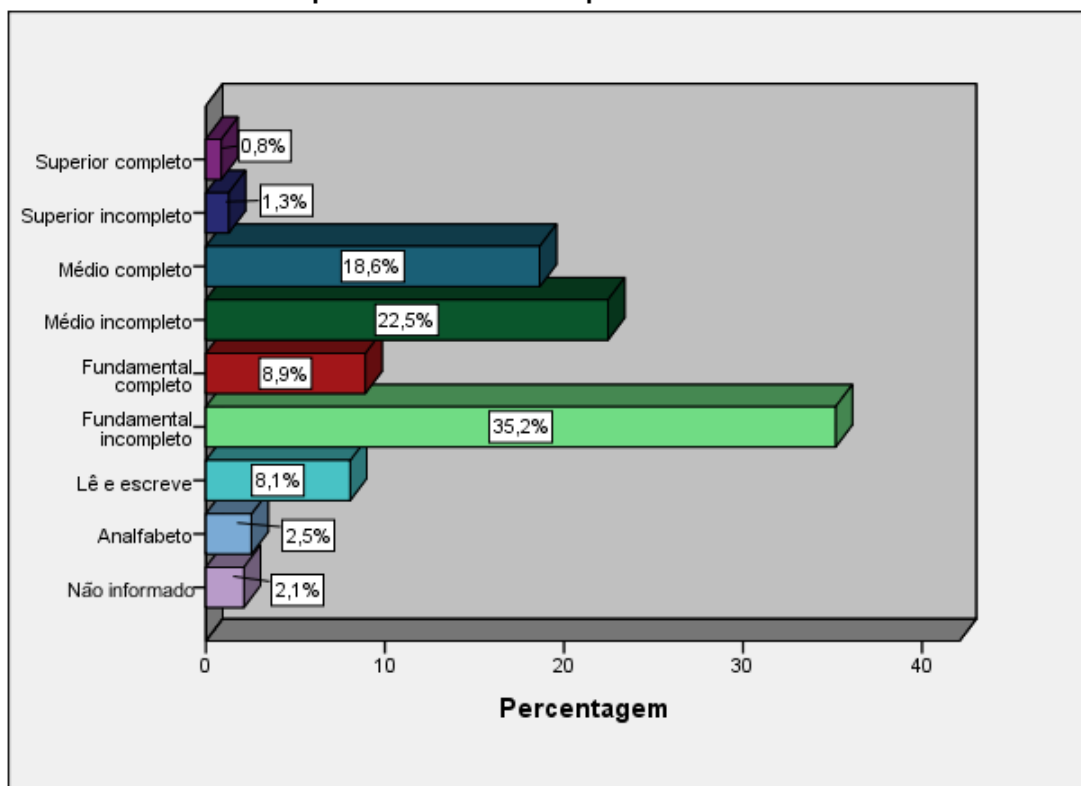
Gráfico 2 - Estado civil dos condenados pelo crime de tráfico de drogas do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia



Fonte: Pesquisa Sujeitos do 33: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia, 2014

Constatei também que a maior parte dos sujeitos condenados por tráfico de drogas tem pouco grau de instrução educacional. Os dados apontam que 35,2% deles possuem apenas o ensino fundamental incompleto e 22,5% o ensino médio completo. Esses números se confirmam mais ainda ao verificar que as ocupações deles fora do tráfico demandam pouco conhecimento técnico e são consideradas profissões marginalizadas e mal remuneradas, como servente de pedreiro, costureiro, serralheiro, serviços gerais etc.

Gráfico 3 - Grau de instrução dos condenados pelo crime de tráfico do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia



Fonte: Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia.

Um dos problemas encontrados nos prontuários dos presos é a falta de informações sobre o perfil do encarcerado, dado pela falta de preenchimento dos formulários que, nas maiorias das vezes, se encontram em branco. Entretanto, sem quantificar, pude constatar por meio das fotos que a maioria dos encarcerados pelo crime de tráfico de drogas são pessoas negras e jovens, confirmando as pesquisas nacionais sobre população carcerária no Brasil.

Além disso, igualmente sem possibilidade de quantificar, a maior parte desses sujeitos foi presa portando pouca quantidade de drogas, abrindo leque para discussão sobre o emblemático problema de uso e tráfico. Tal discussão, como veremos ao longo da dissertação está associada aos mecanismos de controle repressivo e as construções sociais que selecionam e tipificam pessoas, a partir de características físicas e aspectos socioespaciais, que devem ou não ser enquadradas como sujeitos do 33.

Os números apresentados até o momento não conseguem revelar a realidade que há por trás do tráfico de drogas na Grande Goiânia, porém eles ajudam na explicação de que o combate que é realizado para conter essa modalidade criminosa não atinge toda a sua dimensão, na verdade, como será analisado na primeira parte deste trabalho, existe uma parte dela que é mais investigada e os indivíduos que estão inseridos nesse contexto se tornam os alvos preferenciais do polícia e do sistema de justiça criminal.

CAPÍTULO 2

O MERCADO ILEGAL DAS DROGAS E OS *SUJEITOS DO 33*

2.1 O traficante de drogas como uma categoria de acusação

P – O que significa ser traficante pra você?

R – Ah, pra mim hoje é umas piores pessoas na vida, é um cara que contribui e muito para o fracasso, porque o tráfico ele detona, um dos piores crimes, só perdi pro estupro. (Mulher, 35 anos)

Tornou-se cada vez mais frequente ler ou assistir nos noticiários operações policiais em que ocorrem apreensões de pessoas ou o desmantelamento de grupos que se associaram para a prática de atividades ligadas à comercialização de drogas ilícitas. Essas políticas repressivas derivam de representações sociais que estão intimamente associadas com narrativas difundidas pelas mídias, sobretudo aqueles programas de caráter policialesco, e por instituições responsáveis pela Segurança Pública que propagam a existência de uma “epidemia” do tráfico de drogas. Esses discursos afirmam que o mercado ilícito das drogas é o grande responsável pelo aumento das taxas de criminalidade nos últimos anos na Grande Goiânia e que os indivíduos que se associam a ele são “bandidos” que precisam ser caçados e colocados atrás das grades.

As explicações que se lançam sobre esse mercado criminalizado acabam focando o olhar mais sobre os sujeitos que a ele aderem do que às próprias práticas criminosas. Não importa saber como o sujeito se envolveu com a criminalidade, nem como ela ocorre e muito menos o que eles têm a dizer sobre suas práticas. Argumentam-se apenas da necessidade de que esses “bandidos” estejam presos e longe das “pessoas de bem”.

As falas punitivistas ganham corpo nas mídias e na sociedade, mas também nas próprias práticas policiais que, apesar de estarem em um contexto de Estado democrático de direito, ainda estão sujeitas a um modelo inquisitorial e continuam a agir a partir de valores autoritários e seletivistas (KANT DE LIMA, 1989). Essa caçada tem seus alvos preferenciais a partir da criação de um estereótipo que idealiza um perfil específico que é tido previamente como criminoso e, somado a isso, a localidade onde ocorrem as batidas é outro componente importante para essas ações repressivas diferenciadas e mais enfáticas. Essa seletividade perversa gera estigma social, marginaliza determinados grupos e legitima ações que descriminam as populações das áreas mais pobres (MACHADO DA SILVA, 2008).

A partir da compreensão de que as camadas menos abastadas são mais vigiadas do que as classes economicamente dominantes o resultado então é a existência de maior apreensão de drogas e de pessoas que moram nas regiões mais carentes. As imagens dessas apreensões e os discursos em relação a esses sujeitos envolvidos com esse comércio ilegal são absorvidos pela população e pelas instituições de modo geral que começa a tipificar certos indivíduos que seriam mais predispostos ao cometimento de crime do que outros, ao ponto de se criar no imaginário social uma ideia espúria e enviesada de que pessoas de classe média que se envolvem com drogas são usuárias enquanto os indivíduos pobres são rotulados como traficantes. Afinal, é preciso levar em consideração o fato de que até mesmo a pobreza também é uma representação que pode ganhar vários contornos. Deve-se, portanto, compreender quem e onde constrói essas representações.

A própria lei de drogas 11.343, em seu artigo 28, acaba reiterando esse comportamento seletivista ao colocar nas mãos do policial a decisão e o poder sobre o destino do sujeito que é pego em flagrante portando drogas, visto que não existe nenhum critério que distingue o usuário do traficante. Qualquer quantidade de drogas achada com o indivíduo pode ser utilizada para enquadrá-lo como traficante e, mais ainda, não se exigem provas de que ele realmente as comercialize e, justamente por isso, muitos usuários são presos e condenados como traficantes. Além do próprio estigma social sobre determinados grupos sociais, abre-se espaço, como veremos mais à frente, para a constituição de outro mercado ilegal que transita negociações de caráter político.

A construção da imagem do traficante de drogas passa principalmente pelo protagonismo midiático que define padrões de concentração de poder penal. O que hoje aparece nas manchetes, amanhã se torna ação de todo aparato jurídico e criminal do Estado.

Nesse sentido, Aknaton Souza (2015) apresenta que uma das formas mais excludentes do controle social é justamente o aprisionamento de indivíduos que cometem comportamentos desviantes e essa é a principal via para se tratar as drogas no Brasil. Assim, ele analisou que os operadores do Sistema de Justiça Criminal participam ativamente e diretamente no processo de acusação de quem é ou não traficante, assim ele diz que:

A representação dos operadores, sobre os sujeitos envolvidos com as drogas permite que o SJC funcione de forma dinâmica, auxiliando no processo de acusação, uma vez que eles são tidos como: a) usuários, doentes, sujeitos que possuem problemas morais, ausência de controle, irresponsáveis que procuram fugir dos problemas através das drogas, hedonistas. Que se não cometeram crime não de cometer, exceto se tiverem uma estrutura familiar. b) traficantes, criminosos que espalham o mal e a imoralidade pela sociedade, acabando com a juventude, fazendo com que os jovens se tornem zumbis, prostitutas, assaltantes, que devem ser contidos, para proteger a sociedade. Todavia como apresentado, embora a separação entre traficantes e usuários exista na representação dos operadores, na prática, ela é muito tênue, sendo difícil imaginar um usuário de drogas que não realize nenhum momento atos que podem ser tidos como de traficância. Assim, os sujeitos acusados como usuários geralmente possuem alguma “estrutura familiar” que transforme sua condição de perigo iminente para perigo eventual. Normalmente os usuários são sujeitos envolvidos com maconha ou cocaína – drogas sintéticas são raras tanto no uso como no tráfico – com trabalho formal ou estudantes. Os traficantes por sua vez, eram sujeitos pobres, sem escolaridade, moradores de periferia, boa parte usuários de crack. (SOUZA, 2015, p. 125)

Esses discursos não apenas reproduzem estigmas como também alimenta uma política repressiva sobre as drogas que já se mostrou inviável e desqualificada. Nesse sentido, a política de guerra às drogas funciona como mecanismo que vitimiza milhares de pessoas todos os anos, sobretudo policiais, traficantes e moradores das áreas de pobreza.

Ainda na mesma linha de raciocínio, Rosa (2012) vai argumentar, por meio da análise das escritas de Foucault, que os efeitos da política repressiva deriva de dispositivos que constroem e legitimam discursos que são engendradas no meio social e são reproduzidos, por pessoas e instituições, verdades sobre determinados temas, objetos etc.

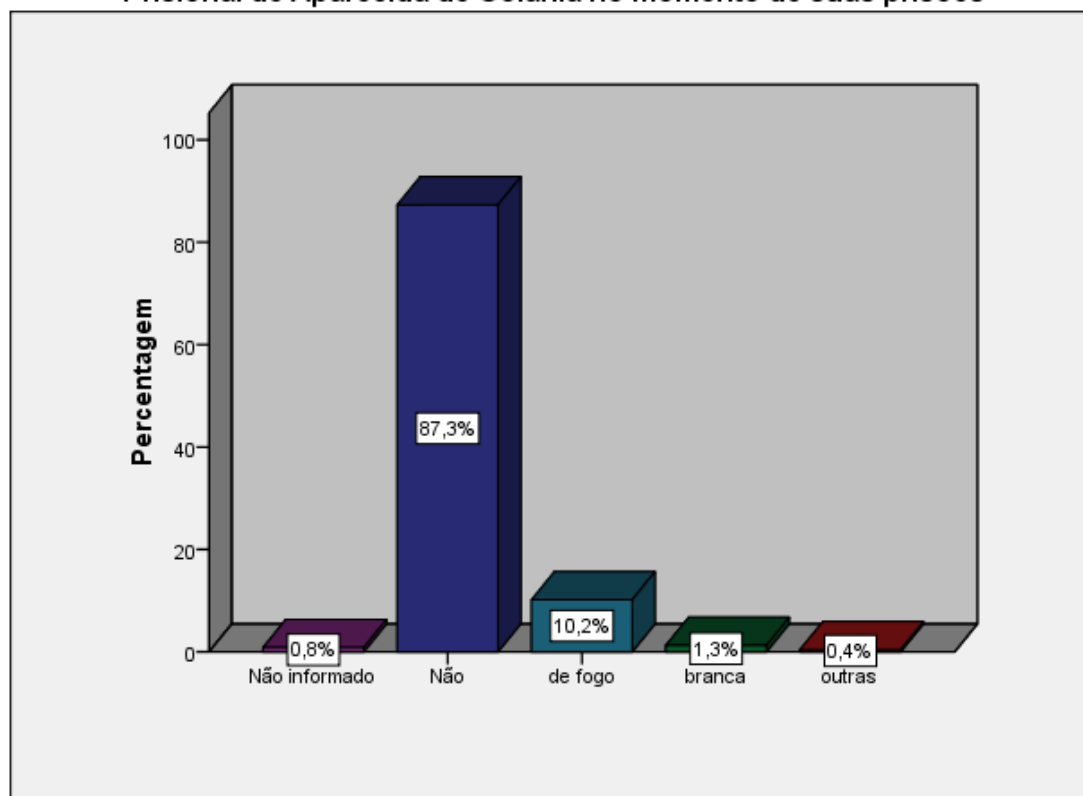
Nesse sentido, Rosa alerta que o proibicionismo das drogas resulta da força do poder e saber medicinal ainda nos anos de 1890 por meio de decretos que determinou o controle de vendas de alguns produtos de caráter venenoso e, assim, foi posto como crime contra a saúde pública. Assim o autor descreve que:

Portanto, o surgimento das primeiras políticas proibicionistas ocorreu de forma mais intensa no momento em que o consumo de drogas passou a ser reconhecido pela comunidade médica como algo perigoso à saúde humana. Através da cruzada puritana que anunciava o aumento do uso maléfico de determinadas substâncias em detrimento do importante lugar de deus, resultando na intensificação da repressão e do controle sobre as drogas pro meio de políticas que restringiam o consumo das drogas que modificavam os estados de consciência. (ROSAS, 2012, p.34)

Rosa (2012) alerta ainda que o proibicionismo tem seu fruto em aspectos religiosos e morais que se casaram perfeitamente com o discurso sanitarista como argumento de proibição e repressão. Como efeito desses dispositivos de controle, constrói-se no imaginário social uma necessidade latente de combater esse mal que se aponta e que no imaginário social vem crescendo. Assim, os discursos de empreendedores morais ganham destaque e fazem verdadeiras cruzadas a fim de combater esse mau que aparece cotidianamente nas manchetes dos jornais.

Nesse processo, começa a construir políticas sobre drogas no Brasil, quase sempre importada do modelo norte-americano, e cada vez mais sob aspectos repressivos. Entre os efeitos mais perversos está a construção social da figura do traficante nos aparatos de controle social do Estado, na mídia e espalhado por todo tecido social.

Gráfico 4 - Uso de armas pelos condenados pelo crime de tráfico do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia no momento de suas prisões



Fonte: Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia

Mesmo que os dados apontem que 87,3% dos indivíduos condenados pelo crime de tráfico de drogas não portavam armas no momento de suas prisões e, mais ainda, 97,5% deles não se utilizaram de comportamentos violentos, mesmo assim justificam-se as ações de guerra ao tráfico de drogas através da necessidade de resolver o problema da violência de nossas cidades.

Dessa forma, as representações sociais construídas sobre a criminalidade, principalmente em relação ao traficante de drogas, são tidas como verdades absolutas, eles são considerados o tipo ideal do bandido na atualidade. Seguindo ainda essa ideia, a visão atribuída ao traficante de drogas, em especial os das áreas periféricas, segue padrões e roteiros semelhantes e que se vinculam, por sua vez, à estrutura social como um todo. É nesse contexto que Misse (2006) chama a atenção para a necessidade de pensar acerca da “criminalidade pobre”, que tem ampla visibilidade dada pelo grande interesse da mídia e, com isso, acaba causando maior reação moral e social.

Ao escrever sobre o conceito de sujeição criminal, Misse procura elucidar que as representações feitas aos pobres acabam os colocando como culpados pela criminalidade urbana. Em outras palavras, o bandido é sempre o pobre, mesmo que a maioria dos pobres não cometem crimes. Ao mesmo tempo, alerta o autor que por mais que indivíduos que não são pobres cometam crimes jamais serão representados como bandidos.

Assim, procurando mostrar que o crime é uma construção social, Misse argumenta que o crime não deriva de fatos objetivos, e sim fruto de interpretação que nasce a partir de um determinado acontecimento social. Portanto, o crime deve ser visto como um complexo e específico processo de construção social.

Para tal, proponho que se compreenda a construção social do crime em quatro níveis analítico interconectados: 1) a criminalização de um curso de ação típico-idealmente definido como 'crime' (através da reação moral à generalidade que define tal curso de ação e o põe nos códigos, institucionalizando sua sanção); 2) a criminação de um evento, pelas sucessivas interpretações que encaixam um curso de ação local e singular na classificação criminalizadora; 3) a incriminação do suposto sujeito autor do evento, em virtude de testemunhos ou evidências intertivamente partilhadas; 4) a sujeição criminal, através da qual são selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um tipo social cujo caráter é socialmente considerado "propenso a cometer um crime". Atravessando todos esses níveis, a construção social do crime começa e termina com base em algum tipo de acusação social (MISSE, 2003; pp.120-121).

Portanto, torna-se necessário compreender o processo de construção social do crime para entender o próprio protagonismo dado hoje em dia aos traficantes de drogas na criminalidade urbana da grande Goiânia. Michel Misse (2003) distingue a criminalidade real da demanda de incriminação. A princípio a criminalidade real não existe, pois ela só vai se tornar factual quando houver a conclusão de um processo jurídico que irá definir tal ação como crime. Por outro lado, a demanda de incriminação ocorre quando atores sociais selecionam e nomeiam eventos como crime, mesmo que eles não passem pelo processo formal de criminação.

E um dos principais problemas da criminologia positiva é o de considerar a transgressão como uma característica de quem transgrediu e não como um processo acusatório que passou pelo processo legal de criminalização. Assim, a partir do momento que se retira a análise sobre a ação praticada para o sujeito que transgrediu, esse modelo acaba reproduzindo o processo de sujeição criminal. A produção da sujeição criminal é quando se produzem classificações “estáveis”, “recorrentes” e “legítimas” que associam práticas sociais criminalizadas a determinados sujeitos, que na maioria das vezes estão relacionadas com a situação socioespacial, socioeconômica, cor, gênero e faixa-etária.

[...] a sujeição criminal é o processo social pelo qual identidades são construídas e atribuídas para habitar adequadamente o que é representado como ‘um mundo à parte’, o ‘crime’. Há sujeição criminal quando há reprodução social de ‘tipos sociais’ representados como criminais ou potencialmente criminais: bandidos” (Misse, 1999; p. 66)

Aproximado dessa análise Athayde, Soares e Bill vão argumentar no livro “cabeça de porco” (2005) que:

tudo aquilo que distingue a pessoa, tornando-a um indivíduo; tudo o que nela é singular desaparece. O estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos [...] [...] muitos jovens pobres, especialmente os negros, transitam invisíveis pelas grandes cidades brasileiras, deixando de ser percebidos como são para serem notados como bandidos. (ATHAYDE; SOARES; BILL. 2005, p. 175)

Foi nesse contexto que se forjou a imagem que se atribui aos traficantes. Eles são considerados sujeitos “sem nenhum limite moral, que ganha a vida a partir dos lucros imensuráveis à custa da desgraça alheia, que age de forma violenta e bárbara” (D’ELIA FILHO, 2007, p.118). São indivíduos que não possuem história, são bandidos por excelência, estão concentrados em nossas periferias e devem ser combatidos a qualquer preço. As suas mortes são comemoradas nos noticiários, não causam comoção e não tem porque serem investigadas. O traficante virou uma categoria única e universal, atua nas periferias das cidades e se comportam de forma homogênea.

2.2 Os sujeitos do 33 e o problema da acusação

Pra vocês isso não é serviço, mas pra nós é. A gente fica de noite, a gente fica de madrugada na rua, a gente chega em casa cansado, você pensa que não cansa? Cansa, a gente cansa. A gente paga aluguel, água, energia, farmácia, tem despesas. Às vezes isso pra você não é trabalho, mas pra mim é. Não é tão fácil. A gente rala de madrugada, a gente leva tapa na cara, a gente leva tiro, a gente sai pra rua arriscando de perder a nossa vida. Pra quem tá do lado de fora acha fácil, mas não é. (Homem, 30 anos)

Dar voz aos sujeitos envolvidos na comercialização das drogas permitiu desmistificar construções que são tidas como verdades absolutas, foi uma maneira de compreender esse mercado criminalizado e seus arranjos pelos próprios sujeitos que nele atuam e, com isso, entender esse fenômeno social por meio de seus atores. Ouvir sobre a dinâmica de venda das drogas pelos próprios indivíduos que as comercializam permitiu compreender o outro lado da moeda, o jogo da alteridade, se colocar do lado de lá e trazer para o lado de cá a visão de mundo desses sujeitos, quem são? Como agem? E o que tem a dizer sobre suas práticas? Fazer esse exercício foi olhar para além das estruturas, dos rótulos e do estigma, foi tentar entender aquilo que não quer se entendido, apenas combatido.

Não é possível afirmar se suas falas estão baseadas em fatos verdadeiros ou falsos, até mesmo porque não era fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, o que torna relevante é que as experiências por eles contadas permitiram compreender não apenas as atividades por eles construídas, mas também questões mais amplas que envolvem economia, política, justiça e segurança pública e o Estado.

Uma análise compreensiva sobre o mercado das drogas se faz necessária num cenário ainda não explorado como é o caso da Grande Goiânia, é preciso esclarecer essas relações para desmistificar a acusação social hegemônica que se tem em relação a esse tipo de crime e aos sujeitos que nele se envolvem. Portanto, partir da percepção dos próprios indivíduos que fazem parte desse

mercado ajudou na compreensão do processo de construção do tráfico pelo lado de dentro, como negociam suas identidades, como interação nas relações de compra e venda das drogas, quais estratégias adotam para atingirem o sucesso e como lidam com os fracassos, isto é, que sentido atribui a si mesmos e a esse mercado.

Para não reproduzir a negatividade que a categoria traficante carrega, a opção da pesquisa foi chamar os indivíduos que estão inseridos no mercado das drogas de *sujeitos do 33*. No Código Penal Brasileiro o artigo 33 descreve como prática criminosa quem importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

A opção pelo uso da categoria *sujeitos do 33*, além de quebrar todo estigma criado em relação à categoria traficante, permite dar um sentido mais abrangente, pluralizando as formas que esses indivíduos pensam e agem no mercado das drogas. Desfaz esse olhar de categoria única e homogênea, e permite entender que esse modelo de crime é bem mais complexo do que parece e que seus atores são múltiplos. Ao utilizar os *sujeitos do 33* como categoria de análise para falar sobre os indivíduos que estão envolvidos no tráfico de drogas ajuda também metodologicamente por ela possibilitar que abarque tanto os sujeitos que aceitam o processo acusatório que culminam nas identidades de traficantes ou bandidos quanto aqueles que recusam severamente essas categorias de acusações.

Essa saída metodológica se mostrou necessária porque apenas uma pequena parcela dos entrevistados defendeu a identidade de traficante para si e parte desse lugar para se colocar estrategicamente no mundo. Essa identidade forjada a partir do processo de incriminação que começa com uma acusação social não acaba quando o sujeito é condenado, mas ela avança quando os próprios indivíduos assumem essa identidade e começam a se perceber a partir do processo de incriminação pelo qual passaram.

Eu levei a vida de traficante como uma vida de bandido profissional. Pra mim tudo tinha que tá certo, se não tá certo a gente tem que resolver. (Homem, 43 anos)

A sujeição criminal então é mais do que o estigma ou os rótulos postos a determinados indivíduos, é “a fusão plena do evento com o seu autor” e, ainda mais, “é todo um processo que segue seu curso nessa internalização do crime no sujeito que o suporta e que o carregará como a um ‘espírito’ que lhe tomou o corpo e a alma” (MISSE, 2008, p.381).

Me tornei bandido no tráfico, e cabeça de bandido frita, muita coisa pra se pensar e, como tem que fazer as coisas escondidas, é muito segredo pra se carregar sozinho, aí é de pirar. (Homem, 22 anos)

Ser traficante ou ser bandido é inseparável do sujeito que carrega essa identidade e, como consequência dessa relação, constrói-se, segundo alguns entrevistados, um mundo à parte, o crime, e nele separam-se os “bandidos” dos “não bandidos”. Ainda mais, participar desse mercado é caminhar em meio a segredos, não apenas pelo fato dos comportamentos serem juridicamente criminalizados, mas, principalmente, por ser um tipo de atividade em que a confiança é uma relação de difícil construção e constantemente quebrada de acordo com a própria dinâmica desse mercado.

Não é porque alguns dos entrevistados aceitam para si o processo de acusação que acreditam que as atividades que praticam são consideradas moralmente corretas, na verdade existe uma consciência moral de caráter hegemônico sobre as suas práticas e de que elas são criminosas e condenáveis. E justamente por isso acreditam que devem se comportar de maneira que a vida no crime exige deles.

P – A TV fica falando que traficante tem que ser preso e que são todas pessoas más. Você acha que esse aumento da violência que eles colocam é responsabilidade do tráfico?

R – Olha um pouco eles têm razão porque assim traficante já não é profissão é errado fazer isso, vender droga já é errado só que tem as diferenças de traficantes. Tem aquele traficante bonzinho que faz tudo que você quer tudo o que você gosta. Já o traficante malvado. Então tem varias diferenças

P – Você é o bonzinho ou o malvado?

R – Eu era a malvada. (Mulher, 20 anos)

Ser traficante malvado não é apenas um comportamento praticado para se obter o sucesso no crime, mas é, antes de tudo, uma posição estratégica para se garantir no mercado ilegal. No crime é preciso ser respeitado e, na maioria das vezes, ele só é obtido por meio de condutas mais intensas e que implica até mesmo no uso da violência quando necessário.

O processo de sujeição criminal acaba construindo e reproduzindo tipos de comportamentos que devem ser praticados por aqueles que estão envolvidos no crime, caso contrário tem-se a ideia de que dificilmente se consegue atingir o sucesso. Em outros termos, não é só a acusação de quem está do lado de fora do universo do bandido, mas entre os próprios *sujeitos do* 33 existe uma compreensão de que é necessário certos tipos de condutas para se dar bem no mercado das drogas.

Entretanto, é importante colocar em evidência que a maioria dos sujeitos da pesquisa, mesmo que boa parte deles tenha passado por todo processo legal de incriminação, não aceita o processo de acusação que os define como traficantes ou bandidos e, por isso, negocia uma identidade diferente daquela que se construiu no imaginário social em relação a quem comercializa drogas.

Dessa forma, eles desenvolvem um esforço de “limpeza moral” (MACHADO DA SILVA) criando argumentos que procuram destacar algumas características positivas que acreditam possuírem e que não seriam encontradas em um traficante ou procuram realçar alguma característica negativa que é atribuída aos traficantes e que defendem não carregar.

P - Você se considera traficante?

R - Não.

P - Por quê?

R - *Aviãozinho*, traficante não, traficante tem as cobiças do poder.
(Homem, 18 anos)

O traficante então é visto como um indivíduo ambicioso que não mede esforços em busca do dinheiro e do poder, enquanto eles, mesmo não negando a participação na dinâmica desse mercado, apresentam-se como sujeitos humildes e portadores de um tipo moralidade que pode ser encontrado também na representação que eles constroem do que seja um cidadão de bem. Não é que queiram justificar as suas práticas criminais, mas sim uma tentativa de mostrar que a imagem dessa moral maligna presente no traficante de drogas não pode e nem serve para eles.

P – Me diz uma coisa, você se considera um traficante?

R – Não.

P – Por quê?

P – Porque tem muito mais traficante, porque as pessoas faz muita coisa errada, rouba e mata, eu sempre fiz as coisas certinho e não dou prejuízo. Eu pego e pago, tem outros que pega e não paga ou mata o outro por causa daquilo. (Homem, 34 anos)

Os traficantes então não são percebidos pelos entrevistados apenas pelo ato de comercializarem drogas, mas, sobretudo, a partir da concepção de que são indivíduos que não possuem princípios morais e, por isso, agem sem qualquer relação de respeito e alteridade e, se for necessário, utilizam de comportamentos violentos para atingir o sucesso no crime. Para contrapor a sua imagem àquela que é atribuída aos traficantes, alguns entrevistados argumentam que possuem princípios morais que de certa forma são compartilhados pelos indivíduos que não fazem parte do crime, e, reiteradamente, se esquivam por meio de falas como: “nunca fiz mal a ninguém”, “pago o que devo”, “não dou prejuízo a ninguém”.

Eu nunca fui traficante, eu traficava, mas não era traficante. Eu era uma formiguinha de um general que tem vários soldados. (Homem, 40 anos)

A identidade de traficante também não lhes cabe por acharem que ela não serve para explicar o seu lugar no tráfico, pois o traficante sempre é alguém que está acima deles na cadeia de distribuição das drogas. A relação entre identidades e posições no mercado das drogas se dá por meio de negociações estratégicas que dinamiza o próprio funcionamento desse mercado e que serão analisadas cuidadosamente à frente e à parte.

P – Então o que é um traficante para você?

R – Pra mim é aquele que vive disso mesmo, que sai daqui, pula pro exterior, pula pro interior, enche o carro aí, esse é o traficante mesmo.

P – Porque você acha que você não é?

R – Eu sou um começo, é, eu sou um pequeno traficante. Porque você vender uma pedra já é um traficante. (Homem, 34 anos)

Além dessa imagem negativa que compartilham sobre o traficante, outros entrevistados vão dizer que traficantes não são os que estão na ponta de baixo do mercado, mas sim “os homens de terno e gravata” que conseguem lucros imensuráveis e que normalmente não vão presos. Em outros termos, seriam aqueles que estão na raiz do fornecimento das drogas e que nem sempre estão envolvidos diretamente na comercialização, mas possuem estruturas e pessoas que atuam dentro do mercado e que estão subordinados aos *patrões das drogas*.

Por outro lado, eles vão dizer que o traficante, aos olhos do Estado, é sempre aquele sujeito pobre e que está na ponta do varejo desse comércio.

Então, no tráfico quem vem preso é pobre. Quem é traficante? É pobre. Leonardo Mendonça? É alguma coisa [...] [...] por isso que falo pra você, droga é um lazer, se for prender todo mundo, entendeu? Só que quando eles começou a prender filho de juiz, pegava eles com droga, passava a mão, e só pobre vindo preso, só pobre vindo preso por uso de droga, aí eles resolveram modificar. Hoje pegar alguém usando droga vai pra delegacia, quem vai pra delegacia? Vai pra delegacia quem é pobre, quem não tem dinheiro. (Homem, 35 anos)

Mesmo que volta e meia neguem a identidade de traficante para si, eles compreendem que praticam a mesma atividade ilegal daqueles que eles

denominam como traficantes, e, por isso, acabam aceitando a ideia de que de uma forma ou de outra também são traficantes. Quando isso acontece, eles procuram argumentar que existem traficantes e traficantes e que, portanto, é preciso se distinguir do estigma que eles próprios compartilham do que seria um traficante de drogas.

Olha, eu não me considero uma pessoa má não. Eu sou assim, tenho o coração até bom demais. Às vezes até discuto com uma pessoa e até brigo, mas tenho coragem de chegar na pessoa e pedir perdão e até se o erro for da pessoa eu trago o erro pra mim. Só que tem pessoas também que não são assim. Seres humanos são diferentes. A gente não pode fazer acepção de pessoas. Algumas fazem, mas eu acho que é fraquejado. Mas tem outras pessoas que matam por causa de 5 reais, entendeu? Tem pessoas que merece ser presas, tem pessoas que merece sei lá, não matar, mas tem que pagar por aquilo. Tem traficante aí que manda matar 30 e até 40 pessoas por nada e até quem não tem nada a ver. Aquele que não faz nada paga o preço por aquele que faz muita coisa. (Homem, 34 anos)

Mesmo tendo a compreensão de que são sujeitos envolvidos no crime, um dos entrevistados diz que o comportamento violento não pode ser generalizado. Esses comportamentos, portanto, estariam eram intrínsecos ao biológico de algumas pessoas que ele considerava perigosas, mesmo que o mercado de drogas, a seu ver, exigiria esse tipo de conduta mais agressiva.

Na realidade é o seguinte, o tráfico em si ele carrega com ele, isso porque depende de pessoa por pessoa, às vezes eu não tenho a maldade e nem a intenção, mas outra pessoa já tem e vai usar. E é assim, se você deixar cair no seu lado, quem vai tomar as consequências é você, então você tem que ter uma certa energia ou ser mais duro com quem é enérgico, se não for, ficaria ruim pro seu lado e como eu nunca fui uma pessoa enérgica, então eu sempre tive problema e continuo tendo, porque eu não sou perigoso e nem vivo do crime, mas eu tô no crime. (Homem, 52 anos)

Além da própria limpeza moral que muitos dos entrevistados buscam fazer para não serem identificados como traficantes, eles argumentam ainda que as práticas mais condenáveis realizadas apenas por alguns traficantes acabam generalizadas para todos os indivíduos que comercializam drogas, seria um tipo de informação depreciativa que a mídia constrói em que muitos responderiam pelo comportamento de poucos e, por isso, querem se diferenciar desse tipo de acusação.

Mais ainda, alguns entrevistados apontam que esse tipo de acusação realizada pela mídia e pelo Estado se deve também às condições socioeconômicas de quem a recebe. Portanto, segundo alguns dos sujeitos pesquisados, ser considerado traficante passa também por um processo de pertencimento social a determinados segmentos sociais, haja vista que, para eles, aqueles sujeitos que se envolvem com drogas pertencentes às classes mais abastadas não são investigados e nem mesmo a mídia procurar apurar os fatos. Por outro lado, a criminalidade praticada por sujeitos pobres vira assunto recorrente dos telejornais e é severamente combatida pelos agentes da segurança pública.

P – Então você não se vê como traficante?

R - Como um trouxa, um esperto que queria viver no meio de tudo isso. Porque os traficantes mesmos não estão presos e nem associados eles estão. Recentemente teve uma apreensão de um helicóptero ai, do deputado, aquele tanto de pasta-base, aquilo que é a pedra, pelo cálculo que nós fizemos ali, pra ele iria render mais ou menos uns 500 a 600 milhões de reais livre. E o que aconteceu? Até o avião dele foi recolhido, porque ninguém sabia, só conversa fiada. Então a mídia ajuda nisso também, a mídia se fosse um pobre traficante igual são presos hoje a justiça permite e a televisão faz isso. A televisão, principalmente a televisão vive de misérias. Esses programas sensacionalistas que existem ai pra mim é a maior tristeza do mundo, expõe o cara lá e começa a arrebentar o cara, mas o intuito do apresentador não é fazer um trabalho pra sociedade não, ele tá visando a audiência e o dinheiro só. Só isso e mais nada, porque quando desliga ali, vira tudo mocinho. (Homem, 40 anos)

A mídia não apenas generaliza os traficantes numa categoria única, mas também, juntamente com o sistema de justiça criminal, define quem deve ser considerado ou não traficante. E nesse processo ela assinala que esse mercado se projeta como uma prática realizada, principalmente, por sujeitos moradores da periferia e, apenas uma vez ou outra, ela exhibe casos de tráfico de drogas que ocorrem nas classes economicamente dominantes, e nem sempre os colocam como traficantes e, muitas vezes, nem mesmo encontram os sujeitos que devem ser apreendidos.

A apuração sobre os casos de tráfico de drogas se aplicam, sobretudo, na sua última ponta de distribuição, isto é, na sua forma varejo, pois nela onde se concentra maior presença de violência e que, por isso, acaba causando maior repercussão social e clamor por punição. Assim sendo, as narrativas construídas sobre o tráfico de drogas quase sempre reduzem o complexo de relações e arranjos a um processo simples de comercialização que ocorre apenas na última ponta do varejo entre quem vende e quem usa.

A redução do mercado das drogas a alguns atores e a poucas formas de relação empobrece toda uma dinâmica complexa de interações, identidades e arranjos por onde circulam as mercadorias e os *sujeitos do 33*. Ao mesmo tempo, esconde que existem outros tipos de relações e atores durante o processo de distribuição das drogas que são menos vistos que na ponta do varejo, e nem por isso menos importantes para a compreensão do que seja tráfico de drogas na Grande Goiânia.

É necessário, portanto, até mesmo para melhor compreensão da ponta do varejo, analisar esse mercado a partir de um processo de relações de comercialização e distribuição das drogas que a cada etapa mantém relações específicas e arranjos diferenciados de acordo com a necessidade que esse mercado lhes impõe. É um mercado ilegal que nasce numa fonte de distribuição das drogas que vai se ramificando e delineando novos arranjos a partir de novas comercializações que, por sua vez, ganham novos personagens que vão traçando novos percursos e expandindo o tráfico de drogas.

As interações entre vendedores e compradores não apenas expandem esse mercado, mas ramificam também as relações entre outros vendedores e compradores que vão se desencadeando em outras interações de venda e compra, e é nesse processo que o atacado e o varejo se tornam parte de um

mesmo todo, construindo uma dinâmica específica de comercialização e distribuição das drogas na Grande Goiânia.

2.3 O mercado ilegal das drogas

O negócio é o seguinte, eu pegava as drogas com um cara e repassava pra outros caras que saiam vendendo. Esse cara que eu pegava a droga pegava de outro cara que ia lá embaixo buscar essas drogas, meio que vai passando de mão em mão, aí só no final que chega no cara que vai usar. (Homem, 22 anos)

O mercado ilegal das drogas se aproxima de um modelo de comércio comum que se estrutura em um formato de rede que se inicia pelos grandes fornecedores e, a cada distribuição das drogas, ele se ramifica e enlarguece as relações comerciais e a dinâmica espacial, chegando até o mercado consumidor. Essa forma de distribuição ramificada das drogas amplia não apenas o próprio mercado, criando novos ganchos por onde as drogas irão percorrer, mas, também, multiplicam-se os atores e os tipos de interações para que essa droga saía da sua fonte e chegue até ao consumidor final. As etapas de distribuição podem ser diversas, como aponta uma das entrevistadas:

Toda vida eu mexi com grande quantidade. Eu nunca tinha tido envolvimento com noiado. Porque eu fazia só entregar e tudo e recebia. Não tinha envolvimento. A pessoa também que comprava de mim também não. Até chegar lá na biqueira passa por várias mãos. (Mulher, 33 anos)

A dinâmica ramificada do mercado das drogas agencia várias etapas de distribuição que não segue uma ordem padronizada, vai depender da posição dos atores dentro desse mercado e as estratégias que utilizam visando o lucro a ser obtido. Por exemplo, podem existir dois sujeitos distintos que comercializam os mesmos tipos e as mesmas quantidades de drogas, mas o primeiro deles busca a droga diretamente com o fornecedor fora do Brasil enquanto o segundo é o quarto na rede de distribuição e as drogas lhes são entregues em mãos. Essa dinâmica de abastecimento das drogas não se deve apenas à posição na rede de distribuição, na verdade há todo um processo de riscos e escolhas que estão em jogo. Por mais que buscar as drogas diretamente com o fornecedor aumente

o lucro, a partir da compreensão de que não existiria o lucro obtido a cada novo repasse, o risco de ser pego e as drogas apreendidas é grande e, portanto, o prejuízo seria bem maior.

Pra pegar lá embaixo tem que ser no dinheiro. Agora aqui, se eu não quero descer, pra ficar uns 30 dia, 40 dia, não, eu não vou descer, vou ligar pra ter a droga aqui na minha mão, dando exemplo, ai ligo pro senhor e falo “e ai, bem? Como tá a família? Como tá o senhor?” “Bem” “Bem, então, tô precisando de umas” ele falava “quantas peças tá querendo?” ai eu “não tenho dinheiro, quero pegar fiado, você vai fazer a quanto?” “ah, eu vou fazer a 8, vou fazer a 7, quanto que você quer?” “desce 5 peças de roupa”, ai ele desce e a gente vai e revende pra poder pagar ele, ai já é fiado. Mas já quando a gente desce lá embaixo ai já é dinheiro. Uma porque o preço é barato e outra é que a gente é do Estado do Goiás e os caras da Bolívia, Paraguai, os caras tão lá. E maconha lá com 50 reais você pega 5 quilos, aqui da um pedaço pequeno, lá da uma bolsa [...] [...] Vou lá no Paraguai e pego, é melhor do que pegar na sua mão, se você pegar de 1 mil e passa a valer 7 mil e vou passar por 10, sendo que posso pegar lá de 1 mil sem precisar de você, posso descer e pegar de 1 mil, e vender por 10 e ganhar 9 mil. (Homem, 21 anos)

Os arranjos construídos nesse mercado vão depender também das estratégias adotadas pelos *sujeitos do 33* no processo de compra e venda das mercadorias. O lucro é colocado em questão quando existe maior ou menor risco de ser pego, assim, criam-se outras estratégias de forma que a *casa não caia*.

Teve uma época, foi 1 ano que eu fui direto, depois eu parei porque pagava quase o mesmo preço aqui, porque a gente vai conhecendo o esquema, é melhor pegar aqui na porta. (Homem, 17 anos)

E não é apenas a inserção dos *sujeitos do 33* que definirá os caminhos de aquisição de drogas, as próprias redes construídas dentro desse mercado contribuem nas estratégias de compra e venda. O contexto de oferta e demanda de um tipo específico de droga, além da dimensão socioespacial onde ocorre a

comercialização das drogas, articulam outros componentes que dão formas específicas de organização das atividades de venda das drogas. Essas mudanças, por sua vez, modificam as próprias relações sociais entre os indivíduos e reestruturam a própria dinâmica e os arranjos construídos para o sucesso do empreendimento.

Você fica sabendo que em tal lugar tem várias bocas, entendeu? Então cê vai naquele lugar e fica sabendo qual a melhor droga, cê começa a pegar com um e já conhece o outro ao redor e assim vai entrando. Geralmente é assim, geralmente assim, que através de um cê conhece outro que vende mais, uma droga mais barata, uma qualidade melhor, mas às vezes. (Homem, 34 anos)

A partir do momento que os *sujeitos do 33* se inserem nas redes de comercialização das drogas abre-se possibilidades de arranjos que vão se articular com os objetivos empregados para se alcançar o sucesso no empreendimento ilegal. E como discutiremos mais à frente sobre as justificativas morais de adesão dos *sujeitos ao 33* não se deve apenas ao sucesso financeiro, mas, também, a outros fatores associados ao status, ao poder, ao uso de drogas etc.

P – Mas e aí, como é que você buscava essas drogas?

R – Quando você está no crime, você conhece ladrão, você conhece receptador, você conhece estelionatário, você conhece o traficante, então você tudo é quanto é modalidade do crime, aí você passa a viver no subcrime. Então no subcrime tudo que você quiser, você tem em sua mão, basta ter o dinheiro. Você chegar basta ter o dinheiro, tudo, né? Hoje se eu quiser nascer de novo, eu consigo. Eu consigo uma certidão de nascimento, eu consigo uma identidade, eu consigo um CPF, eu consigo um título de eleitor, eu consigo uma legalização legal batido pelos carimbos judicial e oficial. (Homem, 40 anos)

Está associado a esse mercado, mesmo com a recusa da acusação da categoria de traficante ou bandido, implica desenvolver certos tipos de relações que são compartilhadas apenas por quem eles acham que estão envolvidos

totalmente no crime, como um dos entrevistados explica. As relações construídas no tráfico de drogas, entendendo ele como parte de quem vive do crime, se dão principalmente pelos interesses financeiros e menos por relações afetivas.

P – Você disse que no tráfico tem sempre que estar atento e disse que utilizou armas, como que é isso?

R – Então, o tráfico movimenta tudo, ele vende droga, ele vende arma, ele vende carro.

P – Mas como você conseguiu adquirir a arma?

R – Por meio das drogas, você vende e compra.

P – Mas é fácil comprar?

R – É ué, você tem uma relação com o crime. É tipo você estar dentro de um hospital, você está na sua área, então tudo ali é mais fácil, se você pegar um leigo, ele não vai saber pegar esses medicamentos e distribuir esses medicamentos pras pessoas certas. O tráfico é isso, é doutorado no sistema. (Homem, 30 anos)

O mercado ilegal das drogas, como veremos mais adiante, movimenta relações com outros tipos de criminalidades e mercadorias. Se por um lado existe a própria movimentação das substâncias ilícitas, associa-se a elas também o tráfico de armas, os roubos de carros – principalmente para troca de drogas no Paraguai e Bolívia –, pequenos furtos e assaltos realizados por usuários, especialmente os usuários de crack, com o objetivo de trocar por drogas. Na outra ponta, movimenta-se também um mercado político onde está em negociação a proteção de pessoas associadas ao tráfico de drogas, seja por eles próprios se armando ou comprando a proteção ou a permissão de agentes estatais que vendem a sua força de trabalho de forma ilegal, ou, também, os próprios arregos, extorsões e roubos praticados por policiais contra os *sujeitos do 33*.

O varejo desse mercado é a parte mais evidente desse tipo de empreendimento. Nela é onde se encontra a maior parte dos *sujeitos do 33* e, igualmente, o momento em que há maior visibilidade na sociedade ao ganhar certa notoriedade no dia-a-dia das pessoas. Afinal, o varejo é a parte desse mercado criminalizado que é visto pelos bairros, praças, bares, nos noticiários e

nas políticas ostensivas da polícia, e que, por isso, a parte que há a maior apreensão de sujeitos envolvidos nessa atividade.

Por outro lado, o atacado é mais complicado, pois segue roteiros mais silenciosos e que poucas vezes se escuta falar, uma parte mais complexa de ser entendida e enfrentada. Os casos de apreensão de grupos que atuam no atacado quase sempre só ocorrem após meses e, até mesmo, anos de investigação, visto que são estruturas que agem de forma estratégica e com menos relações de comercialização, porém movimentam maior quantidade de mercadorias e dinheiros em suas transações.

Até mesmo para o desenvolvimento da pesquisa houve dificuldades maiores para se atingir os dados sobre o atacado das drogas. Primeiro pelo fato de existir menor número de casos apreendidos e as informações mais difíceis de serem acessadas e, com isso, de encontrar os *sujeitos do 33* que estejam inseridos nesse contexto do tráfico de drogas. Em segundo, pelo fato desses sujeitos, quando encontrados, se silenciarem por estarem ainda vinculados a esquemas de comercialização de drogas que exige um tipo de fidelidade em que a *caguetagem* tem um alto custo, mesmo sabendo que as informações passadas seriam confidenciais.

Enfim, é importante salientar que os arranjos construídos nesse mercado ganham contornos diferenciados a partir das próprias características socioeconômicas e socioespacial por onde ocorrem as comercializações dos entorpecentes e, ao mesmo tempo, as características de cada tipo de droga e do mercado consumidor envolvido contribuem no processo de territorialização das drogas que vai além da perspectiva física.

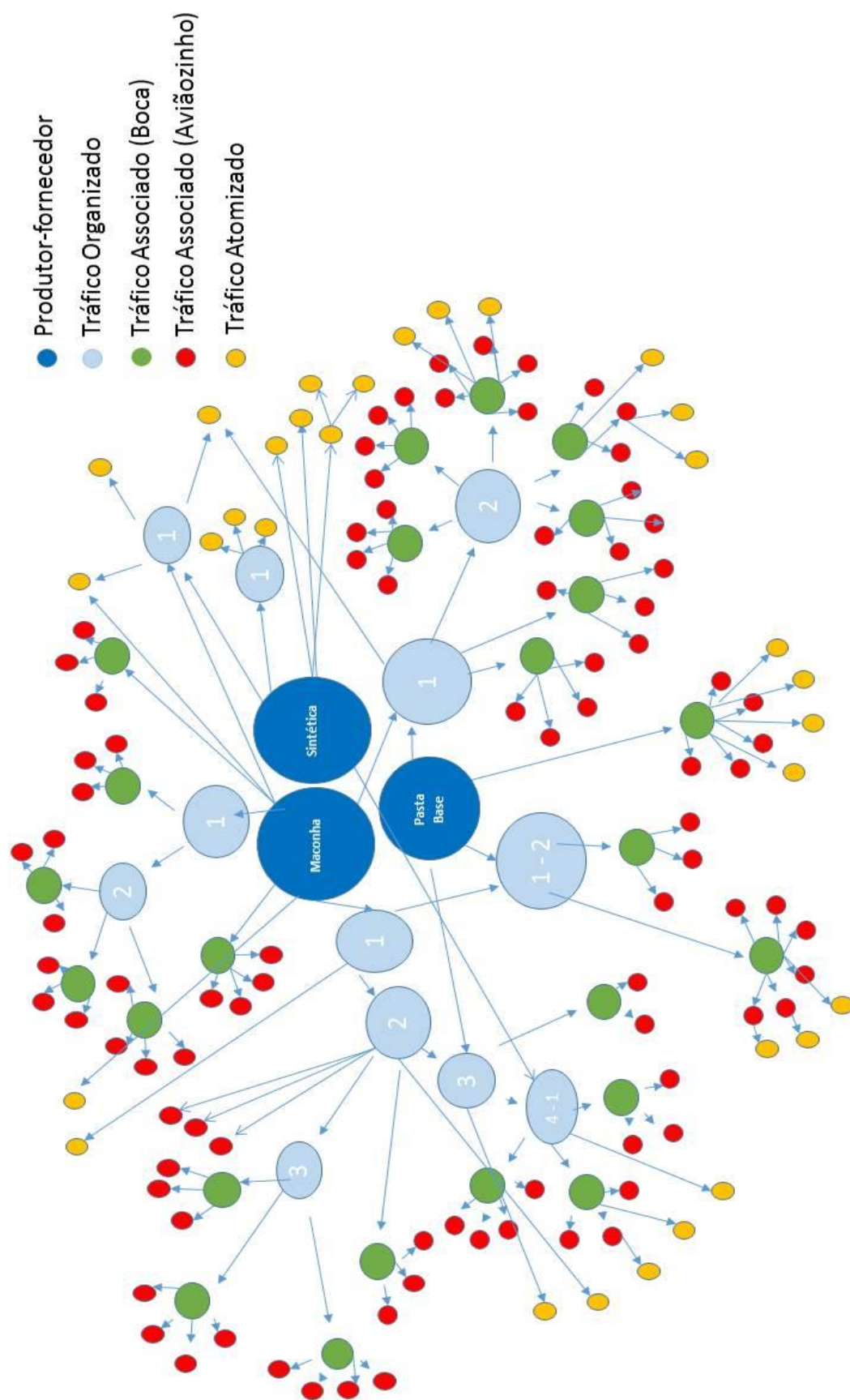
Nesses itinerários de drogas e dos *sujeitos do 33* que é possível perceber semelhanças e diferenças nas dinâmicas de comercialização nas áreas mais e menos abastadas. Na ponta inicial de distribuição das drogas, o atacado, o percurso das distintas drogas acaba se assemelhando, as diferenças começam a serem evidenciadas com a distribuição das drogas que vai passando por uma diversidade de relações de compra e venda até chegar ao seu consumidor final.

A comercialização das drogas constrói quatro tipos de estruturas diferentes e que se articula com a própria dinâmica do mercado ilegal das drogas. De um lado, na ponta de distribuição das drogas, o atacado, existe uma estrutura que denomino de **produtor-fornecedor** das drogas por onde começa

esse mercado ilegal e que, na maioria das vezes, repassa as drogas para grupos que chamo de **tráfico organizado** e, com o processo de distribuição, que ramifica e dinamiza esse mercado, chegando ao varejo das drogas, ele ganha dois tipos de características que chamo de **tráfico associado** – dividindo em *boca* e *aviãozinho* – e o **tráfico atomizado**, e, como veremos mais adiante e separadamente, essas 3 últimas estruturas se referem a modelos de trabalhos criminosos e de organização em que compõem o mercado ilegal das drogas na Grande Goiânia.

Essa cadeia de comercialização das drogas não segue padrões específicos, podendo existir arranjos diversos e que podem ser feitos e refeitos de acordo com históricos de sucesso e fracasso. Por exemplo, um sujeito que comanda uma boca ao invés de pegar as drogas de outros que estão acima dele na cadeia de comercialização decidiu buscar diretamente no *produtor-fornecedor* das drogas e, com isso, conseguiria a droga mais barata e, conseqüentemente, obteria maiores lucros. Ou também, pode ocorrer que o seu fornecedor tenha caído nas mãos da polícia e, por isso, teve que buscar outro grupo para lhe fornecer as mercadorias. Na figura 1, pra modelo de explicação, é possível perceber como os arranjos podem ser múltiplos e não seguem modelos prontos, afinal depende dos interesses dos *sujeitos do 33* e dos acontecimentos dentro desse mercado.

Figura 4 – Estruturas de comercialização do mercado ilegal das drogas da Grande Goiânia



Fonte: Pesquisa Sujeitos do 33: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia, 2014

O *produtor-fornecedor* é a parte mais obscura na dinâmica de comercialização das drogas do mercado ilegal, como ele ocorre para além do território nacional – Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia – acaba que o repressão fica a cargo da Polícia Federal nas fronteiras que, dificilmente, desbarata grupos inteiros. Por outro lado, sabe-se que funcionam como organizações bem estruturadas e que comandam grandes carteis do narcotráfico na América Latina.

Pensando nas estruturas presente do *mercado ilegal das drogas* da Grande Goiânia, o primeiro deles, o *tráfico organizado*, vai se articular, principalmente, por meio de relações verticais de caráter empregatício e que segue uma dinâmica hierárquica de modelo industrial que distribui funções específicas que estão de acordo com a venda da força de trabalho e que segue padrões corporativos de relações comerciais. Nesse núcleo fornecedor das drogas as funções são diversas e dependentes do tamanho das articulações por onde irão percorrer as comercializações dos entorpecentes.

Do outro lado, na sua forma varejo, o mercado ilegal das drogas vai se estruturar por meio de duas dinâmicas distintas. Primeiramente, o *tráfico associado* que se atribui a grupos, principalmente nas periferias, que atuam em *bocas* e que, por sua vez, constrói verdadeiros exércitos formados por *aviãozinhos* por meio de relações verticais que, apesar de existir certo grau de mando e submissão nas relações com o *patrão da boca*, não possuem caráter empregatício e, por isso, são relações mais autônomas e pouco obrigatórias que estão conexas principalmente por acordos comerciais estabelecidos em torno da fidelidade na compra e venda das drogas. Essas relações de mando e submissão, como serão analisadas mais adiante, mesmo que o pagamento quase sempre seja feito com drogas, se dão muito mais pelo fornecimento das substâncias ilícitas do que o respeito a uma hierárquica de subordinação que pouco existe. Como a relação comercial ocorre quase sempre de maneira fiada cria-se um vínculo entre as parte que se dá pelo fornecimento das mercadorias e das obrigações que esse tipo de relação comercial impõe às partes

A outra estrutura do varejo das drogas, o *tráfico atomizado*, ocorre por toda região da Grande da Goiânia, mas, principalmente, no tráfico realizado por indivíduos pertencentes à classe média, por meio de relações horizontais, e na maioria das vezes os *sujeitos do 33* irão agir isoladamente e de forma *freelance*,

dependendo apenas de suas redes de contatos tanto para conseguirem as drogas quanto para revendê-las, não existindo nenhum tipo de obrigação ou submissão com o fornecedor.

Quadro 2 – Estruturas de comercialização do <i>mercado ilegal das drogas da Grande Goiânia</i>				
	Produtor Fornecedor	Tráfico Organizado	Tráfico Associado	Tráfico atomizado
Tipos de atuação	Atacado	Atacado/Varejo	Varejo/Atacado	Varejo
Onde atuam	Fora do Brasil - Principalmente Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai.	Dentro do Brasil - Principalmente Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.	Na Grande Goiânia, nos setores, bairros, quadras, pontos fixos e ruas.	Por toda cidade, não se territorializa.
Tipos de relações	Relações hierárquicas de caráter empregatício	Relações hierárquicas de caráter empregatício	Relações hierárquicas sem caráter empregatício	Relações horizontais e momentâneas com a própria rede social.
Tipos de atores e funções	São múltiplos atores que vão desempenhar funções a partir das habilidades técnicas	São múltiplos atores que vão desempenhar funções a partir das habilidades técnicas	<i>Patrões e aviãozinhos</i> , as funções são distribuídas a partir do fornecimento das drogas e das relações de confiança.	O indivíduo atua sozinho e desempenham todas as funções.
Consumidor	Podem vender para: o <i>tráfico organizado</i> o <i>tráfico associado</i> o <i>tráfico atomizado</i> e normalmente não vendem para os usuários	Podem vender para: o <i>tráfico associado</i> o <i>tráfico atomizado</i> para outros grupos do <i>tráfico organizado</i> e normalmente não vendem para os usuários	Podem vender para: o <i>tráfico atomizado</i> para outros grupos do <i>tráfico associado</i> e usuários	Podem vender para: outras pessoas do <i>tráfico atomizado</i> e usuários

Fonte: Pesquisa Sujeitos do 33: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia, 2014

Apesar de existirem esses quatro tipos de estruturas de atuação dentro do mercado ilegal das drogas, é preciso compreender que fazem parte de um mesmo processo e que não é bom de serem analisados separadamente, mas em um conjunto que se faz e se desfaz de acordo com os sucessos e os fracassos dos *sujeitos do 33*. E é importante salientar que esses arranjos só são possíveis por conta das redes de fornecimento das drogas que vão sustentar as

relações comerciais que, por sua vez, criam relações morais de respeito e confiança dentro desse mercado. As relações de confiança entre os *sujeitos do 33*, como trataremos no decorrer do texto, ocorrem por meio de apelos morais de honra e de respeito aos acordos, pois elas são as formas de se garantir que os comportamentos dos envolvidos não extrapolem para condutas mais agressivas.

A flexibilidade desse mercado não apenas dinamiza as relações, mas também as próprias estruturas em que os *sujeitos do 33* estão inseridos. Esses arranjos estão diretamente relacionados com os tipos de drogas e o contexto social onde elas são comercializadas. Da mesma forma, a própria separação dessas quatro estruturas do mercado ilegal das drogas é mais uma ferramenta didática e elucidativa para apresentar as dinâmicas construídas pelos *sujeitos do 33*, pois essas estruturas também estão em jogo dependendo dos objetivos empreendidos e, também, a partir do histórico de sucesso e de fracasso. Dito de outra forma e exemplificando, é comum que os indivíduos que agem isoladamente no *tráfico atomizado* comecem a construir uma estrutura mais complexa na medida em que o sucesso vai sendo alcançado, podendo ou não, dependendo dos interesses e das estratégias adotadas, chegar a outros modelos de tráfico, como o *associado* ou *organizado*.

Da mesma forma, existem casos de pessoas que atuam no *tráfico por associação* ou no *tráfico por organização* que, por levar um grande prejuízo ou com a desestruturação de um grupo ou de uma boca, precisam se reerguer e, por isso, podem ou não recomeçar no empreendimento de forma individualizada até conseguir atingir os seus objetivos. Mais ainda, é comum que outros tipos de atividades criminosas sejam utilizados para reverter essas situações e, até mesmo, pra sanar dívidas que ficaram pendentes, assim, os roubos e assaltos são as medidas criminosas mais recorrentes. Isto é, os próprios arranjos estão de acordo com os históricos de sucessos ou fracassos desses sujeitos e os interesses que os guiam dentro do tráfico.

As histórias de sucesso e fracasso não apenas ajudam compreender os arranjos construídos para empreenderem as comercializações, mas também a própria territorialização desse mercado. A territorialização não pode ser entendida apenas como espaço físico por onde circulam as drogas, mas, também, como espaço simbólico por onde percorrem os *sujeitos do 33*.

Para compreender melhor a dinâmica espacial do mercado ilegal das drogas é necessário entender as negociações de identidades entre os *sujeitos do 33* a partir de cada uma das estruturas de comercialização que formam o tráfico de drogas da Grande Goiânia – o *produtor-fornecedor*, o *tráfico organizado*, o *tráfico associado* e o *tráfico atomizado* – e como elas estão diretamente relacionadas com o próprio espaço físico por onde essas drogas circulam e com o processo de territorialização desse mercado. Os arranjos construídos irão depender não apenas dos percursos das drogas, mas, também, das negociações de identidades de acordo com o sucesso e o fracasso nesse comércio, e são elas quem irá definir quem é quem na hora de fazer o 33.

E é nessa oscilação de identidades e das regras morais que os *corres* surgem como movimento de comercialização das drogas e que vão traçando caminhos e, ao mesmo tempo, vão definindo e redefinindo identidades. Os *corres* é a ação desse comércio por onde circulam pessoas, identidades, mercadorias que, por sua vez, vão configurando estruturas igualmente maleáveis que são feitas e desfeitas a partir da própria dinamicidade que esse mercado exige. Os *corres* não é apenas uma categoria e nem simplesmente o ato de vender drogas, é um elemento central por qual percorrem os *sujeitos do 33*.

Porque o cara pega a droga e já sai correndo, tá ligado? Ele já toma um rumo. Ele tem que fazer os *corres* porque não pode segurar a droga por muito tempo, o troço é rápido e a gente tem que fazer os *corres*.
(Homem, 14 anos)

Fazer os *corres* não é simplesmente o ato de venda e entrega de drogas, essa categoria representa também a própria dinamicidade que os *sujeitos do 33* empreendem em suas ações e na configuração que estabelecem em suas relações. Fazer os *corres* imprime movimento ao próprio mercado, de que os indivíduos estão em constante mobilidade e interação, agindo e delineando estruturas com pouco grau de durabilidade e que se reorganizam de acordo as necessidades que lhes apresentam.

Os *corres* não pode ser confundido apenas como a prática do tráfico de drogas em si, na verdade os *corres* são as ações dos *sujeitos do 33* que vão além da própria comercialização dos ilícitos, significa, também, o respeito aos compromissos e a obrigação de resolver os conflitos que esse mercado lhes apresenta. Isto é, os *corres* não é apenas a ação física do comércio, mas, também, um dever moral que lhes é imposto a partir do momento em que aderem ao tráfico. A dinâmica resultante dos *corres* flexibiliza não apenas o *modus operandi* da atividade no tráfico, mas as próprias estruturas de comercialização do mercado ilegal das drogas como um todo.

2.3.1 O produtor-fornecedor

A fonte de comercialização das drogas, o *produtor-fornecedor*, é a parte mais complicada de se chegar, não somente pela organização em si, que é muito bem estruturada e possui uma dinâmica empresarial pouco explorada. Além disso, essa estrutura de *produtor-fornecedor* não foi possível de ser encontrada no *mercado ilegal das drogas* da Grande Goiânia, ela se localiza numa dinâmica mais complexa do narcotráfico internacional que ajuda a entender a rota do tráfico até chegar às cidades pesquisadas.

Essa face do mercado ilegal das drogas movimenta centenas de milhões e milhares de toneladas todos os anos, e seus chefes, conhecidos como os “barões” das drogas, quase sempre comandam os negócios sem ao menos estar diretamente envolvido. Eles coordenam grupos muito bem organizados com estruturas empresariais que tem grande renda no mercado ilegal, e, ao mesmo tempo, possuem empresas legais de fachada para lavarem o dinheiro do tráfico e, assim, constroem verdadeiros impérios financeiros à base da produção e comercialização de drogas.

Figura 5 – Rota do produtor-fornecedor do mercado ilegal das drogas da Grande Goiânia.



Fonte: Pesquisa Sujeitos do 33: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia, 2014

Na figura 2 é possível perceber que cada uma das drogas possui uma rota de comercialização até chegar ao varejo do tráfico na Grande Goiânia. A principal produtora de pasta base é a Colômbia e a Bolívia que revendem para o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, mas elas também podem ser adquiridas nesses outros dois Estados, justamente por ser fronteiriços, e

também do Paraguai que, por sua vez, recebe a pasta-base da Colômbia e da Bolívia. Em relação à rota da pasta base um dos entrevistados diz:

É o seguinte: eu pagava pra trazer. Pagava 300,00 da Bolívia para o Brasil. Do Mato Grosso até aqui pagava mais 1.000,00. Saia 1.300,00 de cada quilo. Mas, vinha tudo mexida a droga, chegava faltando. Nesse meio não tem confiança em lugar nenhum. Meio assim que é perigoso. Eu já escapei da morte várias vezes. Igual eu ia lá na fronteira e tudo os Bolivianos eles não são confiáveis. Se você vai com dinheiro eles te tomam o dinheiro, se você vem com a droga eles te tomam a droga. Eu fazia o seguinte: eu ia lá sem nada, sem dinheiro e negociava com boliviano e vinha embora. Lá é perigoso mesmo. Pra ir com dinheiro e vim com drogas é do mesmo jeito. (Mulher, 33 anos)

O mais comum é que a pasta base seja refinada após ser vendida para pessoas do *tráfico organizado* ou do *tráfico associado*, ganhando assim dois mercados distintos, o do crack e o da cocaína. Outro fator problemático encontrado nessa relação de compra do *produtor-fornecedor* é a falta de segurança em adquirir a droga, apesar da certeza dos bons lucros ao comprar diretamente da fonte, corre-se o risco de ter o dinheiro ou a droga roubada, além da própria possibilidade de ser pego pela polícia no carregamento das substâncias ilícitas.

P – Vocês tinha contato com o cara do Paraguai lá né?! Mas vocês iam buscar ou ele trazia. Ah não você falou que tinha um *aviãozinho*

R – É. Eles que traziam, era muito arriscado né, aí deixava mais pra eles. (Mulher, 20 anos)

Além disso, outra estratégia adotada é utilizar *mulas* que são contratados para irem a esses locais somente para fazer o transporte das drogas depois do negócio fechado.

Eu tava vendendo droga e comecei a ver que tava dando lucro. Ai eu descobri que maconha os cara tava buscando no Paraguai. Ai um cara falou assim “você vai lá buscar pra mim e tal”, ai eu fui e busquei. Ai eu comecei a buscar droga lá, Paraguai não, Campo Grande. Eu buscava a droga lá e eu vendia aqui em Goiânia. Buscava lá e revendia aqui em Goiânia. (Homem, 33 anos)

Da mesma forma, existem casos em que os próprios *sujeitos do 33* negociam e compram as drogas e, no local em que as adquirem, contrata-se alguma pessoa, principalmente motoristas de ônibus ou caminhão, para fazer o traslado das substâncias para o Brasil e, quando se chega a um local seguro, elas são entregues e o pagamento pelo serviço realizado.

Em relação à maconha, hoje o principal *produtor-fornecedor* do mercado goiano é o Paraguai que, além de produzir, também as adquirem, sobretudo, da Bolívia e do Peru. Paraguai também é o principal fornecedor de drogas sintéticas que normalmente tem as suas rotas de produção e distribuição vindas de países europeus.

P – E onde vocês buscavam a droga? O fornecedor?

R – É, só que o nosso fornecedor ele era do Paraguai, a gente não conhece ele não, era sempre por telefone, ai veio os *aviãozinho* que trazia a droga pra gente, a gente ia no lugar, buscava e ia pra casa

P – E era o mesmo fornecedor de maconha e cocaína?

R – É o mesmo

P – E quantos que vocês compravam mais ou menos a quantidade?

R – Era 50, 150 quilos, nós trazia muito porque a gente distribuía pros meninos tudinho daqui de Trindade. (Mulher, 20 anos)

Na tentativa de evitar os riscos de sofrer qualquer tipo de roubo ou apreensão das drogas, alguns entrevistados que as adquirem diretamente da fonte preferem que elas sejam entregues em mãos, diminuindo os riscos de prejuízo e de serem pegos, mas, por outro lado, aumentam-se os preços das mercadorias pelo fato do risco passar a ser do *produtor-fornecedor*.

Os *sujeitos do 33* que atuam no *tráfico organizado* são os principais clientes do *produtor-fornecedor*, mas, também, como veremos, os indivíduos do

tráfico associado e do *tráfico atomizado* realizam esse tipo de transação juntamente com a fonte de comercialização das drogas antecipando as relações de distribuição e, com isso, aumenta-se o lucro. Apesar da existência desses casos, eles são mais raros de serem encontrados.

2.3.2 O tráfico organizado

Segundo a peça em audiência, a DENARC, há muito investigava as condutas perpetradas pelos denunciados, contando para tanto com a autorização judicial para a quebra de sigilo telefônico para todos os envolvidos para a elucidação do caso, cujo objetivo final era desbaratar a organização criminosa que se associava para fins de tráfico de drogas.

Costa dos autos que João era o chefe da organização e articulava todos os negócios do grupo. Ele mesmo se encarregava da tarefa de buscar grandes quantidades de drogas no Estado do Mato Grosso do Sul, o que ocorria aproximadamente duas vezes por mês.

Apurou-se ainda que, em determinadas ocasiões, João era auxiliado por Maria, sua companheira, e também, Joana, a qual mantinha contato com outros traficantes no Mato Grosso do Sul (na divisa com o Paraguai), os quais não foram identificados.

Conforme apurado, a droga era adquirida por “atacado” e, chegando a esta cidade, era estocada no endereço supramencionado e posteriormente comercializada a grupos menores da cidade de Goiânia, Distrito Federal e algumas cidades de Minas Gerais.

Por sua vez, Maria, além de auxiliar seu amásio em algumas viagens, era a pessoa que cuidava das finanças da organização (era a “tesoureira” dos negócios), sendo que os pagamentos provenientes das transações ilícitas eram realizados em conta corrente de sua titularidade.

Restou também apurado que o papel de Pedro na organização era fundamental, sendo que ele, com uso de documentos pessoais falsos, alugava a casa onde foi localizada e apreendida. Além disso, Pedro, de forma esporádica, realizava o transporte das drogas do Estado do Mato Grosso do Sul para esta cidade e, chegando aqui, negociava o repasse de alguns “produtos” e a forma de pagamento destes com terceiros interessados.

É dos autos que Pedro era considerado o braço direito de João e, na ausência de Maria (quando esta acompanhava seu amásio até o Mato Grosso do Sul), era o principal responsável pelas movimentações

financeiras do grupo, bem como aquele que, por vezes, delegava aos outros integrantes da organização a tarefa de vigília e manutenção do local do depósito das drogas. Outra função levada a efeito por Pedro era o de realizar um verdadeiro “controle de qualidade” da mercadoria, momento em que separava as unidades “boas” das “ruins”, chegando até reclamar junto aos fornecedores.

Contam os autos que José também possuía importante posição na organização criminosa, sendo que, além de outros serviços pessoais realizados para João, cabia-lhe o recebimento de algumas “mercadorias” e ainda a demonstração de amostra do “produto” a possíveis compradores nesta cidade (Aparecida de Goiânia) e também em Goiânia. José ainda recebia alguns pagamentos e, em algumas ocasiões, dirigia-se até a “casa do depósito” para verificar o local e também proceder a vigília das drogas.

Apurou-se também que Paulo era irmão adotivo de Maria e também integrava o grupo criminoso, contudo, valia-se de realizar serviços suplementares e de importância reduzida para João e sua companheira. E, por fim, Francisco que tinha apenas a tarefa de vigiar o “estoque” das drogas. (Prontuário número 14)

A principal característica do *tráfico organizado* é que seus arranjos de comercialização se aproximam de um modelo empresarial com divisões de trabalhos bem definidas e estão submetidas a uma organização hierarquizadas de caráter centralizado que apresentam modelos mais ou menos rígidos em que a autonomia dos envolvidos quase não existe e, ao mesmo tempo, há certa vigilância nas realizações de cada atividade e as relações entre *patrão* e empregado se dão por meio de acordos salariais ou pela participação nos lucros obtidos pelo grupo criminoso.

As funções ocupadas pelos sujeitos no *tráfico organizado* variam de acordo com o tamanho do grupo. Como no caso exemplificado, é possível perceber que a organização é centralizada em torno de um indivíduo que desempenha o papel de coordenação do grupo e deliberando aos demais outras funções de acordo com as relações de confiança. Portanto, as funções não ocorrem pela habilidade técnica para desempenhar determinado posto, mas sim pelas relações de confiabilidade para exercer atividades que não podem ser delegadas a qualquer um, como, por exemplo, a função de tesouraria.

Da mesma forma que o *produtor-fornecedor* das drogas, existe certa dificuldade em encontrar *sujeitos do 33* que estejam envolvidas no *tráfico organizado* e, com isso, conseguir informações mais precisas sobre as dinâmicas de funcionamento desse tipo de estrutura. Ainda mais, muitos *patrões* envolvidos nessa estrutura de tráfico possuem vida social de classe média e classe média alta, tendo influência até mesmo nos meios políticos. Além disso, muitos desses chefes também não se envolvem diretamente nos esquemas, ficando a cargo de pessoas de sua confiança coordenar os esquemas de comercialização desse mercado.

Outro fator que dificulta é que, mesmo com a possibilidade de entrevistar alguns sujeitos que estejam presos e que fazem parte dessa estrutura de tráfico, eles possuem uma conduta de silenciarem, pois existe muito medo de serem considerados delatores e, ainda, pelo fato de que o grupo do qual participam continua a atuar na comercialização das drogas e a pagar suas despesas dentro do presídio e com advogados.

Uma coisa que é passível de ser identificada é que a estrutura do *tráfico organizado* se torna cada vez mais evidente no mercado ilegal das drogas. Como veremos no processo de territorialização dele na Grande Goiânia, exerce papel importante de controle comercial sobre determinados espaços das cidades. Em um dos casos recentes, a operação “O poderoso chefão”, teve a apreensão de um grupo composto por cinco pessoas coordenadas por um indivíduo que já se encontrava preso no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia e que ordenava todas as atividades da organização de dentro do presídio.

O grupo era investigado a mais de um ano pela polícia civil goiana, além do líder do grupo, as demais pessoas ocupavam funções que iam desde os cuidados financeiros do grupo, gerência do tráfico, repasse das drogas até chegar aos “químicos” que, por sua vez, as refinavam e, posteriormente, eram repassadas às bocas. No total foram apreendidas 14 armas de alto calibre, 451 quilos de pasta base que, segundo os dados da polícia, iriam gerar aproximadamente 1,3 milhões de pedras e movimentar por volta de R\$ 13 milhões de reais.

Mas, se tratando de grandes traficantes, que trazem toneladas de drogas de outros Estados e países, o esquema funciona

diferente. Eles não costumam ter local determinado de ação porque fornecem para vários outros traficantes de médio e pequeno porte. No caso da prisão de André Luiz, a Polícia Civil conseguiu identificar onde era o laboratório e o dono. André foi preso em casa. “Mas isso foi possível porque tínhamos prova de que a droga era dele. Normalmente ele não está na rua, mas em casa de luxo, andando em carros caros, longe de suspeitas”. O grupo dele comercializa cerca de 200 quilos de pasta-base da droga por mês. Isso corresponde à média mensal de R\$ 2 milhões mensais. Ele e o grupo distribuíam a pasta-base para 42 pontos em Goiânia e Aparecida.

André era investigado desde o ano passado, quando estava preso. E, mesmo de dentro do presídio, ele coordenava as ações. Com o grupo dele, foram encontradas diversas armas de uso restrito. Em um apartamento na Vila Rosa, encontraram fuzis israelenses, metralhadores e pistolas de uso da Força Nacional. Também foram encontradas munições e as drogas em outro apartamento do grupo, no Parque Amazônia. Ele e mais quatro pessoas foram presas na operação denominada Poderoso Chefão. Após o refino da droga, entregavam nas bocas.

Cada quilo de pasta-base pode produzir dez quilos de crack, que pode corresponder a uma média de três mil pedras. O carregamento trazido pela dupla poderia produzir mais de 1,3 milhão de pedras. Como o preço médio das pedras gira de 10 reais, eles arrecadariam média de R\$ 13 milhões. (Notícia 6: LIMA, Cristiana. O Hoje, 02 de mar. de 2014).

Para o funcionamento da estrutura do *tráfico organizado*, além das distribuições de funções e tarefas, é necessário que ele articule um tipo de proteção que garanta o domínio de comercialização das drogas sobre os territórios onde se localizam os seus clientes. Então, se torna normal, não apenas na estrutura do *tráfico associado*, como veremos na questão da territorialização do *mercado ilegal das drogas*, que os grupos do *tráfico organizado* se armem com o objetivo de garantir a prevalência nos negócios e, ao mesmo tempo, para evitar o roubo de mercadorias por outros grupos de traficantes.

Enquanto o *produtor-fornecedor* trabalha normalmente com apenas um tipo de mercadoria, ou no máximo dois, no *tráfico organizado* ele não é limitado, uma vez que essa estrutura funciona como armazenagem de distribuição de substâncias ilícitas que irá depender das demandas que o mercado consumidor

lhe coloca. Aqui pode existir ou não uma escala de repasse entre estruturas maiores para estruturas menores do *tráfico organizado*, podendo ser desfiado por vários grupos até chegar ao varejo do tráfico. Essa dinâmica de repasse aumentaria o preço das mercadorias pela necessidade de se ter o lucro em cada etapa.

P – Mas nisso você vendia direto pra outra traficante? Não era no varejo não né, pouquinho quantidade pra um e pra outro?

R – Não, não, eu só entregava acima de 10 quilos. Então eu já sabia pra quem eu ia entregar.

P – Então você vendia pras bocas né?

R – Exatamente. Eu vendia pra uma boca X e aí se ramificava, entendeu? (Homem, 43 anos)

Até chegar ao *tráfico associado* ou ao *tráfico atomizado* pode passar por uma longa distribuição entre grupos de *tráfico organizado*, como é possível perceber na figura 1, ou, algumas vezes, pode ser que essa relação seja direta, principalmente quando grupos começam a crescer e a dominar certos territórios nas cidades. O processo de crescimento dentro do tráfico será tratado quando for analisada a estrutura do *tráfico associado* na Grande Goiânia.

Outra característica que define o *tráfico organizado* é que ele distribui as drogas por todas as regiões da Grande Goiânia, em alguns casos, como analisaremos mais à frente, ele mantém certo domínio sobre determinados territórios da cidade a partir das relações comerciais que estabelecem com as bocas no *tráfico associado* e, ao mesmo tempo, ele também fornece para outros indivíduos que trabalham sozinhos por meio do *tráfico atomizado*. Por isso, entende-se que o *tráfico organizado* age tanto como fornecedora de drogas nas áreas mais nobres quanto nas periferias da Grande Goiânia, o que varia são os tipos e as qualidades de substâncias comercializadas.

É preciso entender que os grupos do *tráfico organizado* geralmente surgem a partir de uma tendência que se deve ao crescimento de grupos do *tráfico associado* em que os chefes ou donos de bocas deixam de trabalhar no varejo do tráfico e começam a atuar no atacado, e as suas antigas bocas e as novas que se abrem passam a ser controladas por seus antigos *aviãozinhos*,

que viram os novos donos das bocas, e aquela relação anterior passa ocorrer principalmente pelo fornecimento das drogas, em que se exige uma relação de fidelidade entre o *tráfico organizado* e o *tráfico associado*, caso contrário pode existir uma relação conflituosa em que o primeiro, se achar necessário, toma a boca para si e coloca outra pessoa pra comandar.

Uma das entrevistadas, que comandava um grupo com estrutura de *tráfico organizado*, diz ter começado os *corres* como *aviãozinho* para uma boca, com os constantes lucros e o crescimento das vendas decidiu montar sua própria boca, e assim, seu antigo fornecedor, além de sustentar as drogas da própria boca, começou a fornecer a ela quantidades maiores e, dessa forma, ela já foi colocando outras meninas e meninos para trabalhar como seus *aviãozinhos*. Durante esse período ela conheceu outro traficante com quem manteve um relacionamento amoroso e, depois de algum tempo, decidiram expandir os negócios. Eles deixaram de atuar na boca e seus *aviãozinhos* começaram a montar pequenas bocas e, assim, ela e o marido, por sua vez, se tornaram os fornecedores das drogas dessas pequenas bocas, deixando o varejo e passando a atuar no atacado. Mesmo assim, nessa transição, eles decidiram continuar utilizando estrategicamente alguns *aviãozinhos* para fazer esse tráfico direto no varejo e, em algumas festas particulares, eles mesmos vendiam as mercadorias.

P – Porque vocês só traficavam em rua?

R – É. A gente ficava na cidade em geral

P – Essa pessoa que estavam com vocês ficavam onde?

R – Eram espalhados, cada setor tinha dois, três, quatro, porque não podia ficar todo mundo numa só região senão não bastava.

P – E vocês forneciam em outras bocas?

R – Fornecia

P – A quantas bocas que vocês forneciam?

R – Quatro. Que a gente buscava, fornecia pras quatros, e os quatros liberavam para os outros meninos. (Mulher, 20 anos)

Essas pequenas bocas não surgem do nada, na verdade existe uma demanda de consumidores e uma análise das possibilidades de sucesso do empreendimento no território onde ela será instalada. E cada vez que o sujeito cresce nos *corres*, montando novas bocas ele vai deixando gradualmente o

varejo do tráfico e começa a atuar em um pequeno atacado. Ele sai de uma estrutura de *tráfico associado* e se torna chefe no *tráfico organizado*, e os *aviãozinhos*, que ficavam na ponta da distribuição, dependendo do grau de relação de confiabilidade, podem ou não trabalhar com ele nessa nova estrutura ou estarão no comando dessas novas bocas.

P – Você chegou a montar uma boca?

R – Montei 3 boca tudo aqui em Trindade, tudo em pontos diferentes. Era tudo meu, a casa, os barracos.

P – Tudo funcionava ao mesmo tempo?

R – Tudo funcionava ao mesmo tempo, só que eles pegava a um preço e eu vendia a eles a um preço, e eles vendia a outro. (Homem, 21 anos)

Esse modelo de crescimento, como veremos, expande o *mercado ilegal das drogas* e, ao mesmo tempo, acirra as disputas pelo controle de territórios. E esse processo de abrir bocas e colocar *aviãozinhos* no comando dos novos empreendimentos muda toda configuração do próprio mercado. Se antes os *aviãozinhos* agiam em relação ao comando da boca, alguns deles vão passar a comandar pequenas bocas e o antigo dono da boca, por sua vez, passa a lhes fornecer as drogas, deixa de agir no *tráfico associado* e passa a atuar no *tráfico organizado*. Para compreender melhor essa relação de crescimento dentro do *mercado ilegal das drogas* é necessário mostrar a dinâmica de funcionamento e quem são os *sujeitos do 33* que atuam na estrutura do *tráfico associado*.

2.3.3 O tráfico associado

2.3.3.1 Padrões e aviãozinhos

Consta dos autos que policiais civis lotados na DENARC, cerca de 20 dias antes dos fatos ora narrados receberam denúncia anônima de tráfico de drogas que estaria ocorrendo numa certa pizzeria em Goiânia.

Visando apurar a veracidade dos fatos noticiados, dirigiram-se os agentes para o citado endereço, onde, por volta das 21h30min, viram quando a pessoa de João chegou, conversou com o indiciado Pedro, sócio proprietário da pizzeria e, após receber algo deste, saiu

rapidamente do lugar. Resolveram os agentes abordar João, sendo encontrada com o mesmo uma porção de cocaína. Indagado a respeito da droga, informou João tê-la adquirido pelo preço de R\$ 10,00 do indiciado Pedro. Diante de tal informação, retornaram os agentes para a pizzeria, onde abordaram o indicado Pedro, que confirmou a entrega de droga a João, sendo com ele encontradas dentro de sua carteira mais duas porções de cocaína. O indiciado Pedro, ainda, mostrou aos policiais mais sete porções da droga, que estavam escondidas no banheiro da pizzeria.

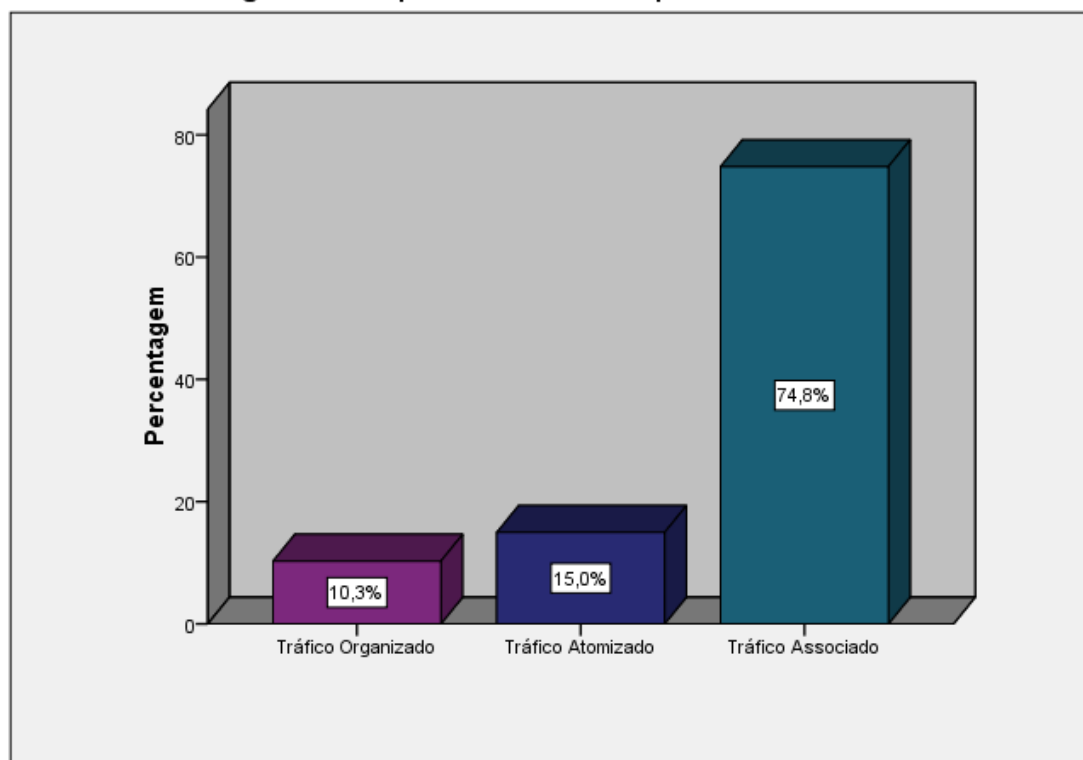
Questionado sobre a origem da droga encontrada informou o indiciado Pedro tê-la adquirido do indiciado Paulo que mantinha uma boca e que sempre lhe repassava as drogas.

Incontinente, para a residência do indiciado Paulo, se deslocaram os agentes, onde ficaram de campana. Por volta das 22h30min, viram o indiciado Paulo, em companhia de sua namorada, a adolescente Maria. Resolveram abordar os dois, apreendendo, dentro do bolso da blusa que Maria usava, duas porções de crack que, segundo ela, pertencia ao indiciado Paulo. Prosseguindo com as diligências, entraram os agentes na casa do indiciado, onde foram encontradas, escondidas debaixo de uma pia, mais quatro porções de cocaína, quatro porções de maconha e uma porção de haxixe.

Diante dos fatos, foi dada voz de prisão aos indiciados Pedro e Paulo. (Prontuário número 78)

O tráfico associado é a estrutura de comercialização do mercado ilegal das drogas mais evidenciada pela sociedade e a mídia e, ao mesmo tempo, a mais combatida por agentes da segurança pública. Essa dinâmica, por ganhar maior notoriedade nas representações cotidianas, acaba influenciando a percepção social como um todo do que seria o tráfico de drogas na Grande Goiânia e, assim, como se discutiu anteriormente sobre o processo acusatório da categoria traficante, criaram-se rótulos sobre determinados grupos que os definiriam como predispostos ao cometimento desse tipo específico de crime.

Gráfico 5 - Enquadramento tipológico dos condenados pelo crime de tráfico de drogas do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia



Fonte: Pesquisa Sujeitos do 33: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia, 2014

A partir da coleta de dados no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia constatou-se que a maior parte dos condenados por tráfico de drogas, 74,8%, atuam na estrutura do *tráfico associado*, seguido de 15%, do *tráfico atomizado*, e, apenas, 10,3%, do *tráfico organizado*. Mesmo com a compreensão de que a maior parte dos sujeitos envolvidos no *mercado ilegal das drogas* pertence a essa estrutura, também é de conhecimento que essa é a faceta mais enfrenta pela força do Estado.

Essa percepção social fica evidente porque a estrutura do *tráfico associado* ocorre, sobretudo, nas periferias das cidades por meio dos *patrões* das bocas que constroem verdadeiros exércitos de jovens e adolescentes que trabalham para eles como *aviãozinhos*. Portanto, *aviãozinhos* e *patrão* são os sujeitos que protagonizam essa trama. São categorias nativas e, também, não fixas, que vão variar dependendo das justificativas criadas para as suas ações. Ser *aviãozinho* ou ser *patrão*, da mesma forma que esse mercado, é um próprio movimento dessas categorias que não vai depender apenas da posição que se

ocupa nesse jogo, mas, sobretudo, uma forma de se identificar a partir das relações de mando e submissão que se estabelecem em relação ao outro.

Apesar de existir certo grau de mando e submissão nessas relações, elas não possuem caráter empregatício e, portanto, são relações mais autônomas e pouco obrigatórias que estão conexas principalmente por acordos comerciais estabelecidos em torno da fidelidade de compra e venda da droga. Essas relações de mando e submissão se dão muito mais pelo fornecimento das drogas do que o respeito a uma hierárquica de subordinação que pouco existe. São esses acordos em torno do fornecimento das drogas que sustentam as relações de mando e submissão que, por sua vez, criam relações morais de respeito e confiança dentro desse mercado, desde que os esses sujeitos aprendam a respeitar a palavra e os compromissos estabelecidos no tráfico.

A boca é chefiada por esse *patrão* que, além de ser responsável pela aquisição das drogas, é quem coordena e distribui as funções dos *aviãozinhos* que vão atuar, principalmente, nas ruas e, outras vezes, na própria boca, dependendo da relação de confiança construída com o chefe. A dinâmica de funcionamento de uma boca pode variar de acordo com o seu tamanho, e as funções internas são diversas, mas quase sempre passa pela gerência, organização do estoque e a distribuição das drogas entre os *aviãozinhos*.

P – Como que é?

R – Quando você entra numa boca você já vê, o que sempre te recebe é o soldado, o que está sentado é o gerente e o que recebe o dinheiro é o traficante. Então eu chego na boca aqui, então eu vou compro essa pedra aqui, antes de eu pegar ela eu pago, pago pra você aí já pego e saio. (Homem, 18 anos)

Os *aviãozinhos*, além de desempenhar os serviços dentro da boca, vão agir, principalmente, fazendo os *corres* dos entorpecentes nas ruas, em pontos estratégicos, que vai desde cruzamentos entre avenidas, boates, bares e até pontos comerciais. Enquanto a boca normalmente é uma casa alugada e, portanto, fixa a um determinado espaço, os *aviãozinhos* são as peças móveis que dinamizam o *tráfico associado*, e ambos vão se territorializar de acordo com os interesses do *patrão* e o crescimento da boca.

P – Agora sobre os clientes, os cara que compravam de vocês. Como que vocês faziam essas entregas? Eram vocês mesmo que faziam ou os *aviãozinho* que trabalhavam pra vocês?

R – Assim o mais vips que eram os mais ricos ai a gente que atendia

P – Era quantidade maior?

R – É ai a gente mesmo levava. Agora pequenas quantidades os meninos mesmo que levavam, os *aviãozinho* que a gente tinha, a gente entregava pra eles e eles levavam. Cada um tinha um radio e se não desse fazer um corre ali passava pro outro. (Mulher, 20 anos)

As funções desempenhadas dentro da estrutura do *tráfico associado* vão depender também, além das relações de confiança, do grau de importância dos acordos comerciais. Enquanto as comercializações menores ficam a cargo dos *aviãozinhos*, as maiores transações geralmente são realizadas pelos próprios *patrões*. Além disso, o tráfico feito pelos *aviãozinhos* não se restringe a pontos fixos, mas, também, a certos eventos e festas em que há demanda de drogas ilícitas.

P – Você falou que vocês faziam muito em festa. Que tipo de festa?

R – Essas festas que rolam som automotivo, sertaneja, essas festas, todas essas que a gente ia a gente levava cocaína. (Homem, 16 anos)

Além dos próprios *aviãozinhos*, é bastante comum na estrutura do *tráfico associado* o uso de moto-taxistas e de taxistas que fazem as entregas de drogas para *patrões* de bocas, seria uma parte importante do *delivery* da comercialização das drogas.

Eu tenho os meus motoboys de confiança, eles faz as entregas quando preciso, eu pago uns 80 reais por viagem quando a quantidade é grande, a polícia não para eles. Os motoboys não recusam esses servicinhos, pois eles demoraria 5 viagens para ganhar o que ele ganha em apenas 1. O que eles ganham não conseguem sobreviver apenas com essas viagens com passageiros. Com os motoboys o risco de perder a droga é

menor e também ser pego no flagra diminui muito, uma forma de fazer o corre mais de boa e mais seguro. (Homem, 26 anos)

O *aviãozinho* é quem dinamiza a estrutura do *tráfico associado*, percorrendo ruas, praças, bares, boates, festas e, por isso, são os que mantêm relação direta com o consumidor. Como já foi dito, grande parte dos *sujeitos do* 33 que atuam no *tráfico organizado* e no *tráfico associado* começaram no *mercado ilegal das drogas* como *aviãozinhos* e, com a obtenção de sucesso nos *corres*, cresceram e se tornaram *patrões* de bocas ou chefes de grupos organizados do tráfico.

A adesão dos sujeitos na estrutura do *tráfico associado* vai variar de acordo com os interesses que os guiaram para começar os *corres*. E essas adesões passam por um processo de alegação em que procuram justificar os motivos de suas entradas no *mercado ilegal das drogas*.

2.3.3.2 Por onde que se começa

É possível dizer que a maior parte dos sujeitos que fazem os *corres* no mercado ilegal das drogas se encontram na estrutura do *tráfico associado*, até porque ela é a parte que tem maior facilidade de adesão e que, normalmente, começa ainda na fase de criança para a adolescência e por meio dos serviços de *aviãozinho*.

Tudo começou quando tava com 10 anos de idade. Meu pai era um verdadeiro pé-de-cana, a gente tinha muita dificuldade financeira dentro de casa, faltava alimentação e roupa. Sempre desejei ter as coisas, mas era impossível. A grana dos meus pais era muito curta e não dava para as despesas da casa. Sempre tive vontade de ter as coisas, queria muito um bom chinelo e umas roupas maneiras. Ai um traficante da região me pediu para eu fazer algumas entregas para ele. Ele me passava uma caixa de sapatos e me falava onde tinha que entregar, mas que eu tava proibido de olhar o que tinha dentro da caixa. Não olhar fez com que a minha curiosidade só ficasse grande ai decidi abrir. Ai na hora vi que era drogas. Ai cheguei nele depois e bati a real, que era tenso. Ai me disse

que tinha que ficar calado e que seria beneficiado caso fizesse esses “corres” pra ele, aí seria o bebê dele, seria protegido por ele e ele me daria o que eu tava precisando. (Homem, 22 anos)

A adesão ao *tráfico associado* pode ocorrer de duas formas, a primeira delas é quando *patrões* pedem para que garotos e garotas da região onde esteja instalada a boca comecem a fazer pequenos serviços de entrega e, em troca, gratificam-nos com presentes que vão desde roupas, brinquedos e bicicletas. A troca do serviço prestado por gratificações constrói um tipo de vínculo social que aproxima grupos até então distantes à base da proteção e da assistência mútua.

P – Como você chegou a trabalhar com droga?

R – Ah, isso foi antes dos 10 mesmo. Com uns 10 anos o rapaz chegou em mim, cara doido que morava no setor.

P – Ele tinha boca?

R – Tinha boca, só que ele tinha mais esses menininhos fazendo *aviãozinho* mesmo. Aí ele falou que tava precisando de uns moleques, aí falei “depende, pra que que você quer?” “pra vender droga” “uai, que que é?”. Aí ele começou a mostrar pra mim, quantas pedras que eu ganhar em cima de 10. Aí ele foi conversando comigo. (Homem, 30 anos)

Em outros casos, a relação entre o *patrão* e o *aviãozinho* já é puramente econômica, mas sem vínculo empregatício, cujos ganhos ocorrem por meio dos serviços prestados e o pagamento, na maioria das vezes, é realizado por porções de drogas acima daquelas quantidades que o *aviãozinho* irá entregar.

A adesão nem sempre parte do *patrão* aliciando os *aviãozinhos*, existem casos em que esses meninos e meninas oferecem suas forças de trabalho de acordo com os seus interesses em jogo, que estão de acordo com os motivos e as justificativas que os levam a aderirem ao 33.

P – Tinha mais pessoas que trabalhavam pra vocês ou era só vocês dois?

R – Tinha, nós fornecia pra eles. Era os meninos, os *aviãozinho* que fica na rua

P – Ele tem o vínculo, mas não é empregado?

R – É, não é empregado isso. Era seis, sete, nos pegava era mais esses meninos mais novinho. Sempre são menores de idade, menina também. Eu mesmo nunca ofereci, eles vinham me procurar. Ouviam pelas boca de outras pessoas sei lá o que passa na mente dessas pessoas chegava na gente ou chegava no menino “Ow eu tô sem dinheiro e tô afim de vender uma droga, me ajuda aí”, aí a gente dava um prazo e um pedaço, aí a gente esperava o dinheiro. (Mulher, 20 anos)

Além disso, é muito comum, pelas redes de amizade dos *aviãozinhos*, que os novos meninos e meninas que entram para a dinâmica do *tráfico associado* sejam indicados pelos próprios amigos que trabalham para o *patrão* da boca. Um dos *patrões* entrevistado vai dizer que muitos dos garotos que começaram na boca para ele foi a partir das relações de amizades de seus *aviãozinhos* com os amigos de infância.

Outras vezes garotos das redes de amizade dos *aviãozinhos* chegam diretamente no *patrão* da boca e se oferecem para fazer alguns *corres*.

Mas chegava os meninos te indicando?

Muitos, muitos, muitos. Te muitas pessoas falava assim “nossa, tem um ponto ali assim e assim, eu queria vender uma droga lá”, aí eu falava “como que é? Quem que administra o lugar lá?”. Tanto é que eu não me jogava *patrão*, eu nunca me joguei como *patrão*, sempre como *aviãozinho*, eu falava “o cara tá me fortalecendo assim, eu posso ver se ele pode fortalecer você do mesmo tanto”, mas nunca, eu que tava pegando a droga e pondo no cara. Tudo é na lábia, pra você se mostrar mais baixo e não superior. Quanto mais alto, maior o tombo. (Homem, 21 anos)

Há também, como afirmou um dos *patrões* entrevistados, uma observação em relação ao comportamento dos meninos e das meninas, seja nas ruas ou em festa, em busca de encontrar novas pessoas pra trabalhar como *aviãozinhos*, principalmente aqueles que se destacam pela atitude. Portanto, a atitude, se torna um elemento importante na hora de selecionar quem vai trabalhar pro *patrão*, pois é preciso, segundo o entrevistado, um comportamento de esperteza e saber lidar com as piores adversidades.

P – Eu fiquei imaginando aqui, como é que você escolhia os meninos pra trabalhar pra você?

R – Não, isso é os frevos, as festas que você faz. Você vê a atitude da pessoa, você sai assim, você pode tá com mil reais no bolso e falar assim, chegar no cara, “tô precisando de um dinheiro, eu tenho um ponto ali fácil” “demorou”, muitos você acha desse jeito. (Homem, 26 anos)

A maior parte dos sujeitos que se envolvem nessa ponta do varejo do mercado das drogas entra ainda adolescente e, em sua maioria, são garotos⁴ a partir dos 10 anos de idade que, devido a pouca idade, são os mais vulneráveis aos aliciamentos e por estarem numa fase importante de construção de identidade em que o consumo é fator determinante de pertencimento e prestígio entre os próprios meninos e as garotas. Além disso, a menoridade se torna estratégica pelo fato de chamarem menos atenção da polícia.

As relações que os *aviãozinhos* estabelecem com o *patrão* da boca, como já foi dita, apesar de ser uma relação vertical e hierárquica, não são de caráter empregatício. O fornecimento das drogas é o elemento de ligação entre as duas partes que se firmará por meio da confiabilidade que vão construindo a cada nova entrega das substâncias ilícitas.

Ai teve até um certo ponto que parei de pegar a pedra com ele picado e comecei a pegar no pedaço, já pegava pra mim mesmo. (Homem, 34 anos)

A adesão pelo fornecimento das drogas pode ocorrer de duas formas, primeiro, como já colocado, por meio de serviços de entrega em que os *aviãozinhos* irão ganhar a partir da quantidade vendida, nesse caso, quase sempre, eles ficam com uma parte do total das drogas a ser entregue, cabendo a eles a decisão de consumirem ou revenderem a parte que ganham.

⁴ Ao mesmo tempo em que esse estudo foi realizado, a minha colega Marcilaine Martins da Silva Oliveira está desenvolvendo o trabalho intitulado de “‘Donas da boca?’ Um olhar sobre a presença das mulheres no tráfico de drogas”, cujos resultados mostram que a adesão de mulheres no *mercado ilegal das drogas* tem se tornado muito frequente. Se antes a adesão delas ocorria a partir de relações afetivas com pessoas que eram envolvidas no tráfico, hoje o número de mulheres que se envolvem por decisões próprias se tornou mais frequente, um processo que tem acompanhado o surgimento de certo protagonismo feminino na criminalidade urbana.

A outra forma é o *patrão* repassar uma pequena quantidade de drogas ao *aviãozinho* e, caso a devolução do dinheiro seja correta, nos novos repasses aumenta-se a quantidade de drogas e o nível de confiança nessa relação.

P – Como foi que começou a vender?

R – Ai eu comecei a usar merla e fazia tipo, a gente explicito, talvez vocês teja fazendo isso, vocês deve conhecer um pouco, vocês deve ter ido na DENARC né? Então, eu era tipo um *aviãozinho*. Eu ficava o dia inteiro, o traficante gostava de me passar a droga na casa dele, tinha uns *aviãozinho*, uns moleques do setor, os moleque mais conhecido, que era envolvido no crime, igual eu, eu ficava naquela, ficava beirando um bar, beirando alguma coisa, onde não tinha traficante e nem droga.

R – Você disse que ficava ali perto de um bar como *aviãozinho*, mas como foi que começou? Um cara te chamou pra trabalhar com ele?

P – Não, eu fazia porque queria usar droga. Tipo assim, ele não pedia, traficante nenhum pede pra alguém ajudar ele. Ele só quer vender a droga. E ficar com medo de que? Da polícia. Porque a polícia vai ali pra que? Pra pegar o dinheiro, se ele não der o dinheiro vai prender ele [...] [...] Mas eu ficava ali, pelo meu vício, pela minha droga, por vontade de usar minha droga, de conseguir a minha droga, ficava ali esperando um chegar ali e pedir tanto. Eu ia lá e pegava metade do tanto, pegava um pouco, tirava o dele e pegava o meu. E nessa eu ia juntando o meu. Eu ia fumando ou se eu passo pra fumar eu ia parar no tempo, ou senão eu ia tirando o dinheiro. Chegava a noite eu ia lá e pegava o meu, o cara via que toda hora eu ia lá, ele via “não, esse moleque aí tá me ajudando”, “eu não tô precisando sair daqui”, “ele não trás ninguém aqui”, “eu posso confiar nele”, “se a polícia pegar ele, ele vai apanhar na rua e inventar qualquer outra história ou falar alguma coisa”, “a polícia tortura ele, bate nele, mata ele, mas não dá nada pra mim”. (Homem, 33 anos)

A partir do momento que se constrói essa relação de confiança os *aviãozinhos* são vistos pelos *patrões* das bocas como os seus “bebês”.

P – Você faz entrega de drogas como?

R – Eu não faço entrega de droga, eu só olho ela. Eu só faço o contato, eu ligo, chegou pra mim, quem faz as entrega são os meus bebês

P – Porque Bebê?

R – Bebê é modo de falar, de tratar os funcionário assim, de bebê, é o carinho que a gente pede “mata fulano”, aí a gente chama de bebê. (Homem, 22 anos)

O bebê precisa ser alimentado no tráfico e a relação de confiança é a base de crescimento. A cada repasse da grana correta, se não dedurar, se não derramar a droga, tudo isso conta no crescimento no *tráfico associado*, e, portanto, maior vai ser a moral do bebê com o *patrão* e, conseqüentemente, a posição dele dentro do grupo. Em contrapartida, alguns *aviãozinhos* vão dizer da admiração que construiu em relação aos seus *patrões*.

P – Vocês meio que idealizavam o cara, mas também eles davam atenção pra vocês né?

R – Pelo menos era gente boa o cara. Se a gente tivesse precisando de alguma coisa ele tava do nosso lado. Se alguém te batesse, como eu não tinha muito ninguém, não tinha pai, minha mãe vivia trabalhando, ele me ajudava. Se mexesse com um muleque aí e tal, ele colocava uma arma em minha mão, aí fala “mete a *Bala* desse cara” ou “vamo lá e tal” e assim vai. (Homem, 26 anos)

O *patrão* não exerce apenas uma relação comercial, mas, também, um tipo de vínculo afetivo, de cuidado e proteção, que muitas vezes o *aviãozinho* não vivenciou no âmbito doméstico. Essas redes de sociabilidade são importantes para situar o seu lugar no tráfico de drogas e os tipos de relações que irão estabelecer. E os símbolos e as interações que compartilham que determinam o sentido atribuído às suas próprias ações que, por sua vez, estarão relacionadas com os “vínculos de acordo com o grau de importância em sua vida, seja por proporcionar ajuda financeira, sobrevivência, suporte material ou de serviço, solidariedade, apoio social, afetivo, emocional e econômico” (MEDEIROS, Regina, 2008, p. 02). Contudo, para que esse tipo de relação tenha durabilidade é necessário que se respeite os compromissos e, sobretudo, a palavra no “mundo bandido”, porquanto ela quem separaria os homens dos meninos no tráfico.

Além disso, a forma de repasse das drogas do *patrão* para os *aviãozinhos* fideliza a relação entre as partes, uma vez em que se compreende que essas

transações quase sempre ocorrem de maneira fiada e com prazos determinados a serem cumpridos. Dito em outras palavras e exemplificando, o *patrão* coloca nas mãos de um de seus *aviãozinhos* certa quantidade de drogas e o pagamento delas deve ser realizado no prazo de uma semana, caso contrário, se não existir uma argumentação contundente que justifique o atraso da dívida, as relações entre eles se desgastam e, dependendo do grau e dos acúmulos de problemas, medidas mais rigorosas podem ser tomadas por parte do *patrão*. As relações conflituosas no *mercado ilegal das drogas* serão tratadas especificamente no terceiro capítulo.

2.3.3.3 As dinâmicas de comercialização

A boca, como já foi dita, é o espaço fixo onde ocorrem as comercializações do *tráfico associado*. As bocas se localizam, sobretudo, nas periferias da Grande Goiânia, e suas transações seguem roteiros de acordo com o tamanho de sua estrutura. As funções dentro dela podem ser múltiplas, mas sempre realizadas por *aviãozinhos*.

Uma das estratégias adota pelo *patrão* da boca é *mocozar* a droga. *Mocozar* significa criar um esconderijo, normalmente buracos nos quintais, onde a droga vai ser enterrada e, apenas uma pequena parte, ficaria então disponível visualmente para a comercialização.

Fui pego dentro da boca da minha irmã pitando crack, eu tava fumando janjão, aí de repente bateu uma lombra, tinha um quilo de maconha em cima da mesa e 1 quilo de crack que tinha acabado de receber do *patrão* que tinha apresentado pra ela daqui de Goiânia. Eu não brinco com a droga, eu fui lá peguei a droga, cavei um buraco e mocozei, entendeu? (Homem, 43 anos)

Mocozar a droga também é uma estratégia, caso exista alguma batida policial, para que a mercadoria não seja encontrada e, com isso, não teria prejuízo com a perda das drogas e, principalmente, não seria enquadrado como traficante. Da mesma forma, alguns traficantes vão utilizar a boca como local de uso de drogas, e não apenas espaço de comercialização. Essa estratégia,

juntamente com o mocoçar das drogas, também seria usada como forma de despistar a polícia de que ali exista um comércio ilícito, mas apenas um lugar de onde usuários se encontram para consumir os entorpecentes.

Ainda dentro dessa estratégia, um *patrão* de uma boca diz que sempre deixava em cima da mesa um cachimbo com pedacinhos de pedra de crack, caso a polícia aparecesse ele justificaria que era usuário e que, portanto, não lhe caberia ser enquadrado como traficante.

Outra estratégia recorrentemente utilizada para que não seja pego pela polícia é utilizar moto-taxistas e taxistas na entrega das drogas. Segundo um dos entrevistados, a polícia, até mesmo em blitz, não para essas pessoas e, portanto, esse tipo de entrega *delivery* realizada por eles, mesmo que mais cara, beneficiariam pelo fato de fugir da apreensão policial.

P – E essa coisa de usar moto-táxi pra fazer entrega.

R – É o que mais tem. Eu uso sim, eu uso táxi e moto-táxi, tem taxista que trabalha e que liga pra mim aqui hoje, tanto taxista como moto-taxista, que me liga e fala “você não tem nenhuma entrega pra mim aí não?”, porque eles sabe do lucro e que a polícia não vai parar ele, aí eu falo assim “tem, eu tenho 2 peça pra você entregar em tal lugar, você vai cobrar quanto o corre?” “não, eu não quero o corre não” “você vai me pagar quanto a entrega?” “eu falo, te dou 10, 5 reais em cada grama”, aí é 1 quilo, e 10 reais a grama. Aí ele vai entregar 2 peças pra mim, tá bom demais, eu vou ganhar 9 mil reais, dou 1 mil reais pra ele e ele entrega as 2 peças pra mim. É uma forma de não correr risco e eu tô preso também. O menino que trabalha lá fora pra mim, eu pego X e passo pra ele maior, pra mim ganhar, mas aí eles têm um risco lá fora, de perder a liberdade, tem o risco de trocar tiro com a polícia. (Homem, 30 anos)

Além disso, outra estratégia adotada por quase todos os *sujeitos do 33* é vender apenas para pessoas conhecidas.

P – Vocês vendiam pra qualquer um ou não?

R – Não, se a gente não conhecesse se a gente não tivesse um cara referente “não eu conheço o cara aí, pode vender que o cara é de boa”, aí a gente vende. Se um estranho chegar a gente acha que é polícia, a polícia *armando um castelo* né? (Homem, 30 anos)

Saber para quem está vendendo é fundamental para não cair em emboscadas, porque é bastante comum que policiais *armem casinhas* ou *castelos* para pegar os *sujeitos do 33* em flagrante. Uma das principais formas que esse esquema acontece é quando a polícia pega algum usuário com alguma porção de droga e o faz ligar para seu fornecedor para entregar mais, quando esse chega a polícia já armou todo um plano para dar o flagrante e prendê-lo.

Quando uma pessoa quer comprar drogas e o *aviãozinho* ou o *patrão* não a conhece, e nem possui referências sobre ela, eles dão um jeito de esquivar argumentando que desconhecem e não mexem com drogas, como é o caso de um dos sujeitos que tem uma boca e montou um bar de faixa para não levantar suspeita sobre o empreendimento ilícito.

P – E vendia era só pra conhecido?

R – Era só pra conhecido, quando eu não conhecia e que morava em outra cidade eu já chegava e já tirava logo dava que não sabia de nada, montei um bar pra disfarce de faixa pra mim traficar. (Homem, 26 anos)

Montar algum empreendimento de faixa ou utilizar de algum conhecido, principalmente bar, é bastante comum no *tráfico associado*. Muitas vezes esses locais se tornam as bocas em que o *patrão* fica e onde distribui as mercadorias entre seus *aviãozinhos*.

A boca, quando em casas, quase nunca é onde mora o *patrão*, o mais comum é que elas sejam alugadas e utilizadas especificamente para o funcionamento do comércio. A moradia do *patrão*, pelo contrário, é o local de descanso e repouso.

A casa da gente é o lugar de descanso, é o lugar de você chegar e por a cabeça no travesseiro e poder dormir, sem ter polícia batendo, sem ter noiado te chamando. A casa da gente é lugar de descanso, a família da gente é importante, eu não quero que meu filho fica vendo aquele tanto de noiado na porta de casa chamando, eu não quero esses trem, eu não quero perturbação na minha casa. Até mesmo quando eu vou embora pra minha casa, eu desligo o celular e falo que hoje eu não

trabalho, eu quero chegar em casa e descansar, não policial chegar em casa chutando a minha porta. (Homem, 34 anos)

A casa seria não seria a boca, a moradia é onde o *patrão* descansa e não se envolve com o trabalho. Ainda mais, a boca é um lugar que deve ser separado e afastado do convívio familiar, em que os exemplos e os comportamentos desviantes não podem ser vistos pelos filhos. Os aspectos morais em relação ao mercado ilegal serão tratados mais adiante ainda nesse capítulo.

P – Mas eles sabiam onde você morava?

R – Não, por exemplo, o cachorro onde ele dorme ele limpa. Então onde eu moro de jeito nenhum. Nem em casa eu fico. Eu vivo no mundo, nem na minha casa eu passo. (Homem, 40 anos)

Portanto a casa é um local em que não há a presença de drogas, pelo contrário, evita-se qualquer tipo de relação que ocorre na boca com as relações do âmbito doméstico, isto é, a separação entre lar e trabalho ou a casa e a *boca*.

Não da pra você montar de vender drogas num lugar, ter um comércio ali, e ficar ali pro resto da vida. (Homem, 26 anos)

Para assegurar o sucesso do empreendimento ilegal, dependendo da situação, a boca pode mudar constantemente de lugar, principalmente quando se torna alvo da polícia, seja para desbaratar o comércio ou para fazer o arrego.

P – E com a polícia você já teve muito problema?

R – Você fala de pagar propina?

P – É também, de fazer arrego.

R – Isso, eles passava todo mês pra *ganhar uma coca*, um extra. À noite eu saía de um barraco pra outro pra eles não me achar. (Homem, 22 anos)

Na outra ponta de comercialização do *tráfico associado* estão os *aviãozinhos* que, por sua vez, vão ganhar os territórios para além das bocas, eles comercializam drogas em outras localidades fixas como cruzamentos de avenidas, em bares, praças, rua, etc. Os *aviãozinhos*, portanto, seria a extensão

da boca, até mesmo pelo fato de que nem todos os usuários vão até esses locais para adquirirem as drogas.

Um dia conversando com um *patrão* de uma boca o telefone dele não parava de tocar, foram mais de 20 chamadas num prazo de 1 hora. A todo o momento ele passava informações para algum de seus *aviãozinhos*, ou era ligação de alguma encomenda, outras vezes precisava ligar para algum de seus *bebês* fazer os *corres*. Em seguida a uma dessas ligações ele me disse “a vida no tráfico é assim mesmo, uma correria que só”.

Essas correrias implicam em toda uma dinâmica de controle que se espacializa pelo mercado ilegal das drogas. Algumas vezes, durante a pesquisa de campo, pude acompanhar como alguns *aviãozinhos* e *patrões* percorriam em determinados pontos da cidade, principalmente nas regiões onde a *boca* tem algum tipo de controle do comércio, para fazer entregas e comercializarem as suas mercadorias.

Acompanhando pessoas ligadas ao *tráfico associado* houve dois momentos distintos onde pude presenciar de forma mais precisa como funciona a dinâmica de venda e entrega das drogas. O primeiro momento foi quando um dos informantes, *patrão* de uma boca, me convidou para uma festa que ele estava organizando numa boate e casa de prostituição em Goiânia.

Essa festa resultou de um desacordo comercial ocorrido entre o *patrão* da boca e o dono da boate. Afinal, a *boca* era quem fornecia as drogas para a casa de prostituição, e, quase sempre, de forma fiada, pois ela era paga no prazo de duas semanas depois de entregue. Entretanto, como o pagamento não havia sido realizado dentro do prazo, o *patrão da boca* acabou fechando com o dono da boate a organização de uma festa reservada em que o primeiro comemoraria o seu aniversário, e convidaria os amigos mais próximos e os *aviãozinhos* que trabalhavam para ele.

Quando os clientes envolvidos são considerados Vips, como o dono da boate, que compra grande quantidade de drogas, os próprios *patrões* que ficam encarregados de negociar toda a venda das drogas e, até mesmo, em muitos casos, entregá-las. Essas drogas já são entregues em dolinhas prontas para serem comercializadas. Quando os clientes são considerados de menor importância, toda dinâmica da venda fica por conta dos *aviãozinhos*, que posteriormente irão repassar o dinheiro da venda para o *patrão*.

Esse tipo de festa ou as farras é bastante comum pelas pessoas que se envolvem no *tráfico associado*, os ganhos que consideram ligeiros vão embora ainda mais rápidos com as ostentações, como veremos mais adiante em relação aos ganhos e gastos entre os sujeitos desse mercado.

Além dos *aviãozinhos*, é muito comum que as *bocas* forneçam drogas pra indivíduos que atuam isoladamente no *tráfico atomizado*, o que vai diferir do *aviãozinho* é que não existe um tipo de obrigação e nem relação hierárquica entre as partes, apenas acordos comerciais que devem ser cumpridos, porém quase sempre as drogas são vendidas à vista.

O que é relevante aqui é entender que os *patrões* das bocas associam *aviãozinhos* que irão comercializar as drogas em locais em que há demandas de consumo, como casas de shows, boates, bares, escolas, faculdades, praças etc. Nesse contexto que houve a outra experiência de campo acompanhando mais um sujeito do 33, um *aviãozinho*, que comercializava maconha na Praça Universitária em Goiânia nas sextas-feiras à noite, dia e horário onde havia o encontro de muitos jovens, tanto das periferias, que começaram a frequentar a partir de eventos culturais de rap, quanto jovens de classe média, que normalmente são estudantes das universidades em volta.

Esse *aviãozinho* trabalha com um *patrão* que mantém uma boca numa área pobre da região leste de Goiânia. Nas noites de sexta-feira ele começou a frequentar a Praça Universitária, que fica numa região nobre de Goiânia, para ver os amigos se apresentar em batalhas de raps. Toda vez ele levava consigo uma pequena porção de maconha para usar com os amigos. Devido o crescimento do movimento cultural começou a ter uma demanda de outros conhecidos pela maconha. Com isso, aos poucos ele começou a levar maiores quantidade e revendê-las, até que houve um momento que chamou mais dois amigos pra ajudá-lo a agir mais fortemente na comercialização da maconha na praça.

Começou devagar o lance do rap e foi juntando uma galera e o pessoal começou a pedir pra vender pra eles um lodim e ai fui vendendo, vendia tanto pra galera das quebradas como pra galera da faculdade, ai fui organizando mais pra vender certo, ai os corres foi só crescendo.
(Homem, 18 anos)

Como a comercialização das drogas teve um crescimento relevante num prazo de poucos meses, foi necessário tomar maior cuidado para que não fossem pegos. Assim, ele e os outros dois rapazes levavam uma quantidade maior de drogas e as *mocozavam* em algum buraco que faziam na própria praça. Enquanto ele ficava vigiando as drogas com certa distância, os outros dois tinham o papel de chegar até as pessoas pra saber se queriam comprar maconha, caso a resposta fosse afirmativa, eles conversavam com o *aviãozinho* e iam até o buraco e retirava a quantidade de drogas negociadas na venda.

Pelo fato de quem compra já saber quais são as pessoas que fazem os *corres*, elas é quem normalmente chegam até um dos garotos ou até o *aviãozinho* para poder adquirir a droga. Em outras palavras, naquele espaço, mesmo não sendo um espaço próximo e nem controlado pela boca, acaba que existe um processo de territorialização por saber que tem pessoas que comandam a comercialização das drogas naquele lugar.

Os dois garotos que se associaram tinha como único objetivo ganhar uma quantidade boa de maconha para poder usar por ali mesmo. E ao final da noite, o *aviãozinho* que acompanhei falou que ao chegar à sua casa olharia a quantidade que tinha vendido para fazer o acerto no outro dia com o *patrão*. Ele ainda contou que pegava a mercadoria num valor menor e revendia sempre mais cara, mas no começo o *patrão* passava certa quantidade de drogas e, encima daquela quantidade, que ele tirava a sua droga.

No começo ele separava a droga e me mostrava o que eu tinha que vender e entregar a grana pra ele e a quantidade da droga que era minha, eu podia vender ou usar, como queria ganhar grana pra comprar umas coisas eu então vendia. (Homem, 18 anos)

A questão do uso de drogas pelos *aviãozinhos*, dependendo do tipo de substância, pode ser fator determinante para o sucesso ou o fracasso deles no tráfico. A dependência química não apenas atrapalharia o crescimento dele no mercado ilegal das drogas, mas poderia causar danos maiores de acordo com as consequências que o seu vício pode lhe proporcionar, chegando até mesmo a sua morte caso se torne problema para o *patrão*.

2.3.3.4 As relações de confiança: sucessos e fracassos.

P – E como foi esse lance de vender, você foi subindo aos poucos?

R – Eu comecei vender dolinha, eu pegava de traficante e vendia dolinha. Larguei da dolinha e comecei a vender pedaço. Larguei do pedaço e comecei a vender na grama. Larguei a grama e fui vender a quilo. (Homem, 21 anos)

O crescimento de um indivíduo na estrutura do *tráfico associado* está diretamente relacionado com outros fatores que são decisivos para o sucesso ou o fracasso no empreendimento ilegal. O primeiro deles, como já começou a falar, se deve aos problemas de dependência química que podem afetar o crescimento dele nesse mercado.

A dependência química, especialmente a dependência do crack, é atribuída pelos *aviãozinhos* como o principal fator para o fracasso no tráfico. Afirmam que muitos começam a vender apenas para sustentar o próprio vício, no começo tudo vai correndo bem, pega uma quantidade menor e vai pagando certinho o *patrão* que, por sua vez, vai liberando cada vez mais drogas na mão desse *aviãozinho*. Nesse processo, muitos *aviãozinhos* *derramam* a droga, isto é, eles as usam e, com isso, não quitam a dívida com o *patrão*.

O problema da dívida, além de invalidar a relação de confiança com o *patrão*, pode causar danos maiores ao *aviãozinho*. Não é a dívida em si que motivaria uma atitude mais violenta, como veremos sobre as regras morais, mais sim a quebra da palavra que assegura as relações comerciais no *mercado ilegal das drogas*.

A questão da confiança é fundamental nas relações comerciais no tráfico de modo geral, mas no *tráfico associado* ela é imprescindível para que os *aviãozinhos* e os *patrões* obtenham o sucesso no empreendimento ilegal. Além da necessidade do dinheiro das vendas das drogas serem repassados de forma correta para o *patrão*, que a cada nova comercialização aumenta a relação de confiança, outros fatores se tornam importantes para que o vínculo de confiabilidade desenvolva.

Um dos garotos que trabalha de *aviãozinho* diz que começou aos poucos a ajudar o *patrão* de uma *boca* de forma indireta, sem nem um vínculo concreto. Quando chegava algum usuário perto de onde ele morava querendo comprar drogas, ele mesmo dava um jeito de ir até a boca e, com o dinheiro do cliente, comprava e tirava uma parte da droga ou do dinheiro para si.

Eu ia lá e pegava metade do tanto, pegava um pouco, tirava o dele e pegava o meu. E nessa eu ia juntando o meu. Eu ia fumando ou se eu passo pra fumar eu ia parar no tempo, ou senão eu ia tirando o dinheiro. Chegava a noite eu ia lá e pegava o meu, o cara via que toda hora eu ia lá, ele via “não, esse moleque aí tá me ajudando”, “eu não tô precisando sair daqui”, “ele não trás ninguém aqui”, “eu posso confiar nele”, “se a polícia pegar ele, ele vai apanhar na rua e inventar qualquer outra história ou falar alguma coisa”, “a polícia tortura ele, bate nele, mata ele, mas não dá nada pra mim”. (Homem, 33 anos)

Ao fazer esses serviços, além de garantir a sua própria droga ou o dinheiro, ele foi criando um vínculo de confiança com o *patrão* da boca que, dias depois, o chamou pra ser *bebê* dele e fazer pequenos *corres* pela região onde a boca estava instalada.

Outro elemento igualmente importante, e que faz parte das regras morais do mercado ilegal das drogas, é de não entregar o *patrão*. Dito de outra forma, como os *aviãozinhos* é quem faz esses *corres* nas ruas se torna mais comum deles serem pegos pela polícia. Quando isso acontece, a polícia vai apertá-los para que entreguem o *patrão*. Se eles não *caguetar* quem é o chefe e assumir a responsabilidade para si, certamente o nível de confiança vai aumentar e, mesmo caindo na mão da polícia e ficando preso, ele vai ter um bom retorno por parte do *patrão*.

Quando um dos meninos é pego pelos vermes e não dão pra trás, não cagueta, eu vou ajudar ele, vou fortalecer ele, se for preso vou ver que posso fazer, se sair eu vou dar um agrado maior quando ele for pegar droga, pô, o muleque não entregou, sinal que tem palavra, e isso tem que acontecer pra ficar grande e não cair. (Homem, 21 anos)

Alguns *patrões* de boca montam esquemas para auxiliar os *aviãozinhos* quando pegos pela polícia, que vai desde contratar advogados e, quando menores, contratam-se até mesmo pessoas para se passar por parentes desses garotos. Um dos *patrões* participante da pesquisa, menor de idade, que mantinha *aviãozinhos*, igualmente menores de 18 anos, dizia que mantinha todo um plano caso algum dos meninos *rodasse* nas mãos da polícia.

P – E esses meninos que trabalhava pra você, tinha algum esquema de um deles cair e não falar nada?

R – Tinha o que caía assim, separava, tinha até mulher, tinha a tia nossa, que era uma mulher que a gente pagava pra ser tia, e os pais também. No crime você tem dinheiro pra tudo, aí caía lá e tirava nós. (Homem, 21 anos)

Caso o *aviãozinho* caia nas mãos da polícia, principalmente quando ele for dependente químico, existem grandes chances de entregar quem é seu *patrão*. Ao entregar o chefe, além dos riscos de morte que pode sofrer, por ter quebrado as regras morais de não caguetar, pode provocar modificações em toda estrutura daquela boca.

Ai como você já é conhecido porque já faz o *aviãozinho*, o noiado, a pessoa que usa droga, quer saber de ninguém não, quer saber de nada não, ele quer saber que vai ali pra buscar a droga, ele sabe que o trem é de risco. Ele sabe que se parar na mão da polícia ele vai se fuder. E pra ele não se fuder, ele vai dar quem? Ele tem que fazer alguma coisa, ele tem que ajudar a polícia. E a polícia quer quem? A polícia quer o traficante. Ele vai dar o cara que ele pegou a droga, que nessa era eu, e eu tive que dar o outro. Nessas questões assim o tráfico é desse jeito. (Homem, 33 anos)

Com a prisão do *patrão da boca* pode ocorrer duas coisas. A primeira delas é que algum *aviãozinho* de sua confiança tome a frente e cuide do empreendimento enquanto o *patrão* responde na justiça pelo crime de tráfico. Ou, o mais comum, é que mude toda estrutura, como explica um antigo *aviãozinho* que se tornou *patrão de boca*.

Fui juntando mais dinheiro e começando a vender. Tudo passa a partir do momento que você, por exemplo, você entra numa empresa pra trabalhar de office-boy, lá você vai aprendendo tudo dentro duma empresa. Seu negócio é só fazer o que eles mandam, fazer uma faxina. Só que você vai aprendendo, como mexe aqui, como mexe ali, como mexe num banco, como você tem que fazer aquilo. Chega uma certa hora duma vida, assim, da empresa, o tráfico também é uma empresa. Não é que subir de cargo, é que numa empresa sempre acontece demissão, alguém sai, entendeu? Então, como o mundo do tráfico não tem demissão, não tem isso, ou o cara vai preso ou o cara vai morto. Então como é desse jeito vai surgindo vagas e outros vai subindo. (Homem, 33 anos)

Então, no *tráfico associado*, as ocupações e o crescimento podem ocorrer pela queda de alguém, seja pela morte ou pela prisão, que, dito de outra forma, o fracasso ou o sucesso estão de acordo com o fracasso e o sucesso de outros. No caso acima mencionado, o sucesso do *aviãozinho* para se tornar patrão da boca ocorreu pela queda do chefe, ou seja, pelo fracasso de quem o comandava.

Caso o *patrão* não tenha uma equipe que o respeite ou pessoas de confiança, família ou algum *aviãozinho* mais próximo, para dar continuidade no empreendimento, a chance de perder a boca para os *aviãozinhos* é grande.

P – Quem ficou com a sua boca depois que você foi preso? Eles tomaram conta?

R – Foi por isso mesmo. Não ganhei nada e eles tão aí só engordando. (Homem, 21 anos)

Por outro lado, e mais comum, é que o *aviãozinho* cresça junto com o *patrão*. Afinal, o crescimento no *tráfico associado* pode ocorrer de forma mútua, enquanto o *aviãozinho* aumenta o faturamento na venda das drogas, o *patrão* começa a fornecer mais mercadorias e, ao mesmo tempo, cresce a relação de confiança.

P – Você lembra no começo quanto que você ganhava?

R – Cara, de 10 pedra eu tirava 2, aí ficava 8. Aí dava 80 pro cara e ficava 20 pra mim.

P – Isso era por semana ou por dia?

R – Isso era por dia. 10 pedras pequena assim vende por dia. Ai comecei pegar por semana com ele, em torno de 10 grama, 15 grama, pegando já no dinheiro e ai ganhando mais dinheiro. Eu ia passando o dinheiro pra ele e ia juntando o meu, entendeu?

P – E assim foi quanto tempo?

R – Vendendo pra ele desse jeito foi uns 5, 6 meses vendendo picado. Ai depois eu fiquei pegando uns pedaços assim, ai fiquei uns bons anos trabalhando com ele.

(Homem, 26 anos)

Como houve aumento na venda das drogas e na relação de confiança entre o *patrão* e *aviãozinho*, como no caso mencionado, é comum que o *patrão* o ajude na construção de uma nova *boca* e, com isso, enquanto o *aviãozinho* se torna *patrão* de uma *boca*, o antigo *patrão* sai do varejo do tráfico e começa a atuar no atacado, fornecendo drogas para as bocas que vão sendo comandadas por seus antigos *bebês*. Em outras palavras, há um processo de passagem entre o *tráfico associado* para o *tráfico organizado* e, com isso, toda dinâmica passa a operar a partir de uma nova estrutura.

P – Ai teve um momento que você decidiu montar pra você mesmo? De comprar com um fornecedor?

R – Não, eu não quis mexer com outro fornecedor porque o rapaz já tinha me filiado àquele cara, ele me dava alguns *aviãozinhos*, alguns pontos de venda. Ai fui crescendo mais, ai foi onde fui pegando mais pedaços. Ai fui crescendo e colocando outras pessoas dentro.

(Homem, 26 anos)

A abertura de novas bocas e o fornecimento das drogas vai ampliar o mercado, enriquecer as relações comerciais e criar novos atores dentro do mercado ilegal. Ao mesmo tempo, as antigas dinâmicas, em que os *sujeitos do* 33 atuavam, irão passar por novos arranjos que não modificará apenas a estrutura de comercialização, mas, também, as próprias identidades de quem atua no *tráfico associado* e no *tráfico organizado*.

2.3.4 O tráfico atomizado

Consta dos autos que, no dia do evento ora narrado, policiais civis lotados na DENARC, estavam de serviço na “Festa Playground”, que se realizava no “Clube de Pesca Lago Verde”, no Jardim Primavera, nesta Capital, quando avistaram o indiciado João, que se portava de maneira suspeita e segurava, em uma das mãos, alguns comprimidos. Viram, outrossim, que, ao lado do indiciado, havia um rapaz fumando maconha.

Diante disso, fizeram a abordagem dos dois, sendo encontrados, em poder do indiciado, 45 comprimidos. O outro abordado foi identificado como Pedro. Em seguida, os policiais conduziram o indicado até a base da DENARC na festa, onde foi ele submetido à revista, sendo encontrados, dentro de seu tênis, a porção de maconha, considerado grande pelos agentes policiais. Questionado sobre o entorpecente apreendido, informou o indiciado ter adquirido cada comprimido, que supunha ser de ecstasy, por R\$10,00 e iria vendê-los por R\$25,00.

Em face de tais fatos, foi dada voz de prisão ao indiciado que, conduzido à DENARC, afirmou que iria vender os comprimidos que haviam sido encontrados em seu poder e que a maconha seria para seu próprio consumo. (Prontuário número 27)

O *tráfico atomizado* apresenta uma dinâmica descentralizada de comercialização de drogas em que os indivíduos agem sozinhos e autonomamente, e nem estão fixados a um lugar específico e as transações ocorrem quase sempre entre as redes de amigos e de conhecidos. A dinâmica do *tráfico atomizado* é praticada, principalmente, por pessoas que moram em bairros de classe média, mas, também, em menor número, por indivíduos que moram nas periferias, nesses casos o que vai variar são os tipos de drogas comercializadas.

Em suma, a rede, seguindo as argumentações de Capra (2011), se constrói a partir de seus significados. Assim, uma rede de comercialização das drogas poderia ser entendida como fruto de uma estrutura definida por uma diversidade de formas de interação, através do compartilhamento de interesses e trocas de informações, no caso a vontade de consumir drogas. E essas redes, por sua vez, irão dar forma e organização a uma atividade (SENA, 2011).

P – E quando você tá vendendo, como é que você trabalha? Como é que você vende as drogas?

R – Pra conhecidos, pessoal que convive comigo.

P – Você tem boca?

R – Não, eu pegava na boca e vendia mesmo. Eu compro a vista e revendo em parcelas.

P – Então você compra à vista?

R – Sim, compro sempre a vista. (Homem, 20 anos)

Diferentemente do *aviãozinho*, os *sujeitos do 33* que atuam no *tráfico atomizado* não têm nenhuma relação de submissão com o *patrão* da boca. Eles podem adquirir as drogas tanto de grupos do *tráfico organizado* quanto por pessoas ligadas ao *tráfico associado*. Da mesma forma, essas drogas não precisam ser compradas necessariamente à vista, dependendo da relação que mantenha com o fornecedor, elas podem ser adquiridas fiadas e com prazos estabelecidos de acerto.

Compreender as redes de relacionamento dos indivíduos que atuam na estrutura do *tráfico atomizado* é fundamental no entendimento da própria dinâmica de comercialização das drogas, uma vez que eles dependerão dessas redes tanto para comprar suas mercadorias quanto para revendê-las. Portanto, até mesmo o tipo de droga vai seguir a demanda de suas redes de relacionamento.

P – Ai você começou a vender quanto? De quanta quantidade? Em proporção?

R – Não, não, isso depende. Era o produto que o pessoal queria comprar. Ai vai depender da necessidade do que eles quer e do que eu também quero. (Homem, 26 anos)

Como o indivíduo trabalha sozinho nessa estrutura de tráfico fica a seu próprio cargo a responsabilidade sobre todo processo de transição das drogas, desde a aquisição com o fornecedor até a entrega para os clientes.

P – E como você fazia essas entregas? Ia você pessoalmente?

R – Sim, ia pessoalmente. A pessoa me ligava e eu falava “me procure em tal lugar que eu tô passando lá”. Então a pessoa ia para tal lugar e eu entregava lá. Era um trabalho de formiguinha. (Homem, 20 anos)

Os *sujeitos do 33* que atuam no *tráfico atomizado* trabalham de acordo com a necessidade de consumo dos clientes e, as entregas, ocorrem a partir de combinações por telefone ou por alguma rede social. Para despistar de qualquer suspeita, eles utilizam códigos que procuram camuflar as transações das mercadorias ilícitas, truncando o nome das drogas por outros objetos, como camisa, calça etc.

Além dessas entregas, é muito comum que eles vendam as drogas em festas particulares e boates. Enquanto no primeiro caso o dono ou organizador da festa os colocam justamente para vender as substâncias e, portanto, não precisam de nenhuma dissimulação na comercialização, até porque as pessoas que participam da festa fazem parte de redes em que é comum o uso de substâncias ilícitas. Já na boate, os cuidados devem ser maiores, além da fiscalização de seguranças, não se vende pra qualquer um, é necessário que alguém de sua rede conheça esse possível cliente para que a negociação seja realizada.

Então você vende em festas? Como era?

Ixi, vendo demais, normalmente o dono me chama, o cara é conhecido e diz que vai fazer uma festa e pede pra eu fornece os *Bagulho* pro pessoal, ai eu vou e levo, ai levo *bala*, papel e pó. Tem festa que é assim, que não dá problema que é de boa, tem essas *after*, ai é povo conhecido vou e levo, fico de boa lá curtindo. Ai também tem essas festa de som automotivo, ai tem mais gente que não conheço, mas ai só vendo pro pessoal que conheço. (Homem, 20 anos)

Muitos que estão nessa dinâmica de tráfico se iniciam a partir da própria rede de sociabilidade que normalmente passa pelo consumo de droga. Como ele é o indivíduo que sempre busca as drogas com o fornecedor, nessas viagens, ele começa a não pagar mais a sua droga, mas o dinheiro da galera pra quem ele compra quita a sua parte. Nesse processo, nas redes de contato, ele começa a pegar pra outros amigos e, com isso, vai conseguindo pequenos lucros. A partir disso, muitos passam a de fato comercializar as drogas por si só, porém agindo por essas redes de contatos e amigos.

O *tráfico atomizado* é a parte mais dinâmica do *mercado ilegal das drogas*. Como o território dessa estrutura é a rede de contato de quem vende então a

espacialidade percorre todo tecido social, desde as periferias até os bairros mais nobres. Para compreender melhor a dimensão espacial do tráfico *mercado ilegal das drogas* é preciso analisar o seu processo de territorialização na Grande Goiânia.

2.4 A dimensão socioespacial

2.4.1 A territorialização

Alguns apontamentos foram lançados sobre o processo de territorialização do *mercado ilegal das drogas* da Grande Goiânia. Neste subcapítulo será tratado mais especificamente como essas estruturas se espacializam nesse cenário e, com isso, conseguem construir certo tipo de domínio territorial por onde ocorrem os seus negócios ilegais.

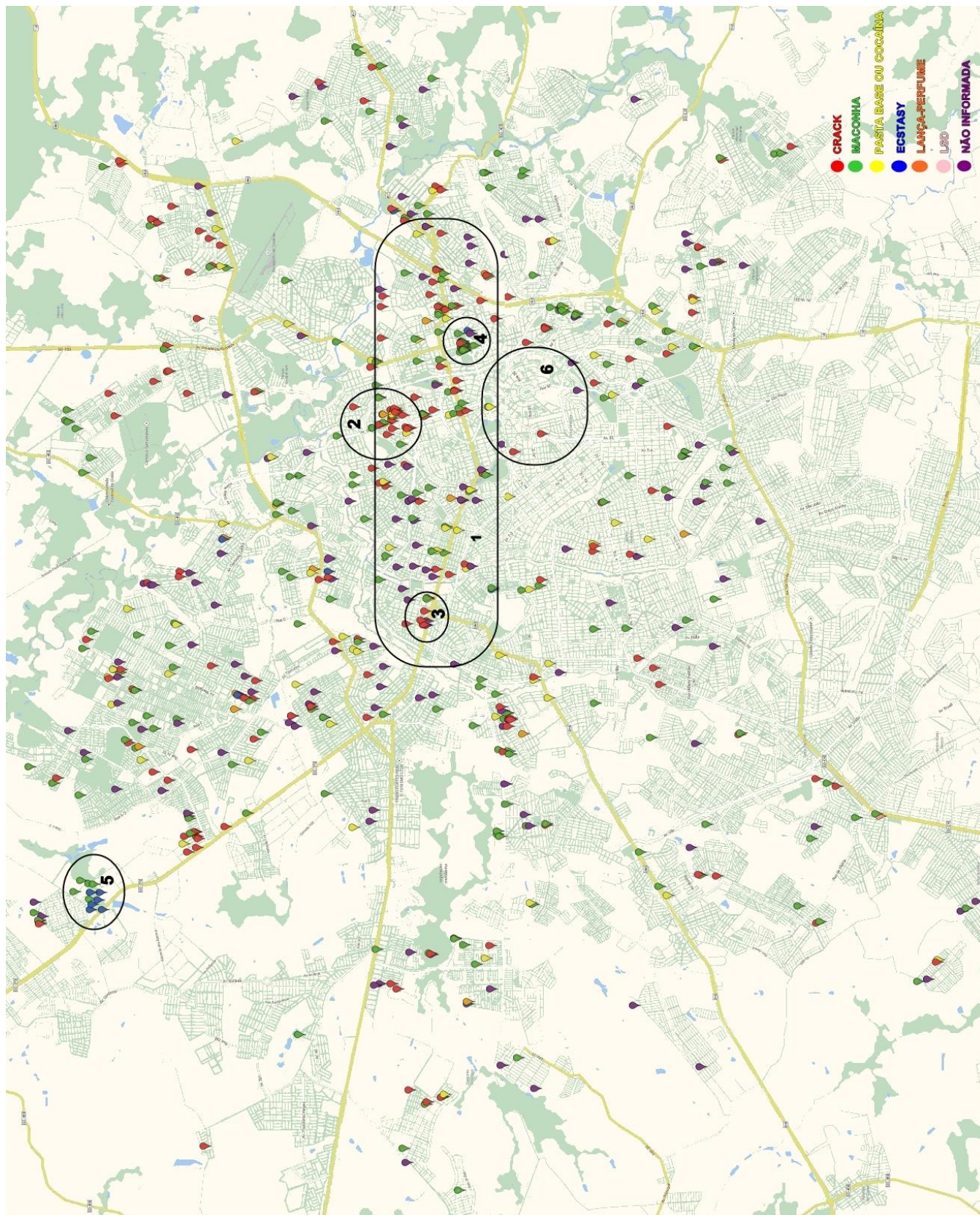
A partir da compreensão de que o *produtor-fornecedor* não se territorializa dentro do *mercado ilegal das drogas* da Grande Goiânia, mesmo sendo essa estrutura que provê a ponta inicial de distribuição, a sua espacialidade e seu funcionamento, como já foi analisado, ocorre fora do território nacional, em países fronteiriços ao Brasil. Portanto, a primeira dimensão a ser apreendida é em relação ao *tráfico organizado* e o *tráfico associado*.

Essas duas estruturas de tráfico são as mais evidenciadas no processo de territorialização quando se refere ao controle espacial na Grande Goiânia. Como o *tráfico organizado* opera como uma central de distribuição das drogas e, muitas vezes, é liderada por alguém que cresceu a partir da ramificação das bocas, ela pode desenvolver um tipo de controle que não é diretamente territorial, mas comercial, sobre regiões, setores e bairros das cidades pesquisadas.

No mapa 1, a partir da obtenção das informações dos Atos de Prisão em Flagrante (ATF) do ano 2013 detectados como tráfico de drogas em Goiânia, pois nas demais cidades os registros não foram repassados à DENARC, pode-se observar que existem regiões na capital em que maior apreensão de pessoas e drogas.

No mapa confirma a prerrogativa que o *mercado ilegal das drogas* ganha espacialidade por todo território da cidade, mesmo que alguns setores tenham mais ou menos presença de apreensão de drogas e pessoas.

Mapa 1 – Espacialidade do tráfico de drogas a partir dos Atos de Prisão em Flagrante em Goiânia em relação ao ano de 2013.



Fonte: Pesquisa Sujeitos do 33: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia, 2014

Na região 1 circulada no mapa percebe-se que há um fluxo de comercialização das drogas em torno da Avenida Anhanguera, principalmente

da região que vai do Setor Universitário, passando pelo centro da capital até chegar ao setor Campinas. Nesse fluxo pode-se observar que há uma variedade de mercadorias ilícitas que foram apreendidas. Entretanto, vale sublinhar que nas áreas 2, região da rodoviária de Goiânia, e 3, região do terminal de ônibus coletivo do DERGO e da rodoviária de Campinas, possuem forte presença do tráfico de crack, pois nesses lugares se concentram as principais cracolândias de Goiânia.

As áreas 4 e 5 chamam a atenção pelo fato da quantidade de apreensões em um mesmo espaço. O primeiro deles, na área 4, é onde se localiza a praça Universitária, nela e onde se situa grande parte da Universidade Federal de Goiás e da Pontífice Universidade Católica de Goiás e, também, espaço em que ocorre diversos eventos culturais e encontro de pessoas. Até mesmo por ser um espaço de convívio de jovens, das mais diversas identidades de grupos, a maior quantidade de drogas apreendidas foi maconha.

Na área 5, por sua vez, a principal droga apreendida foi o ecstasy. Tal fato, mesmo sendo uma região mais ruralizada e na extremidade da capital, justifica-se por ser um espaço de realização de festas eletrônicas, e o uso de drogas sintéticas, especialmente o ecstasy, é comum.

A outra área circulada, a de número 6, também é interessante devido a pouca quantidade de casos de apreensão de drogas. Essa área é considerada a região mais nobre da capital, formada pelos setores Marista, Bueno e Oeste. A ausência dos números comprova a afirmativa de que essas regiões, por serem as mais ricas, os moradores não sofrem com as batidas policiais, como ocorrem nas periferias. E isso, conseqüentemente, reduz as chances de que sujeitos envolvidos na comercialização de drogas nessas áreas recebam o flagrante da polícia. Além disso, como já foi mencionado no andamento do texto, a própria forma de atuação dos sujeitos de classe média na venda de drogas procuram encobrir as suas comercializações, principalmente por que ela ocorre a partir das próprias redes de sociabilidade.

Como foi analisado sobre o processo de crescimento no *tráfico associado*, compreende-se que muitas bocas são controladas hoje por *patrões* que, antes, eram *aviãozinhos* de seus atuais fornecedores que, por sua vez, passaram a coordenar grupos de *tráfico organizado*. Antes de passar a atuar no atacado e

de se tornar fornecedor, esse ex-*patrão* ajudou os seus antigos *aviãozinhos*, principalmente os de confiança, a montar pequenas bocas em regiões próximas onde a sua estava instalada e, com isso, aos poucos, ele vai deixando o varejo para atuar no atacado.

Como existe uma relação de lealdade entre o *patrão* e seus *aviãozinhos*, essa fidelidade continua depois dessas mudanças após o crescimento no tráfico e, portanto, o chefe do grupo do *tráfico organizado* fornece as drogas para essas bocas que estão normalmente localizadas em regiões próximas. Dessa forma, pode-se dizer que essa dinâmica possibilita o comando de fornecimento das drogas em algumas regiões, setores e bairros da Grande Goiânia.

Antes eu tinha boca, mas hoje ele lance de boca pra mim acabou. Hoje você eu pego é setor, hoje tem um monte de setor que eu entrego.
(Homem, 30 anos)

A outra área circulada, a de número 6, também é interessante devido a pouca quantidade de casos de apreensão de drogas. Essa área é considerada a região mais nobre da capital, formada pelos setores Marista, Bueno e Oeste. A ausência dos números comprova a afirmativa de que essas regiões, por serem as mais ricas, os moradores não sofrem com as batidas policiais, como ocorrem nas periferias. E isso, conseqüentemente, reduz as chances de que sujeitos envolvidos na comercialização de drogas nessas áreas recebam o flagrante da polícia. Além disso, como já foi mencionado no andamento do texto, a própria forma de atuação dos sujeitos de classe média na venda de drogas procuram encobrir as suas comercializações, principalmente por que ela ocorre a partir das próprias redes de sociabilidade.

O *tráfico associado*, por sua vez, por meio das bocas terá um domínio territorial sobre quadras e ruas de bairros e os *aviãozinhos* irão dinamizar a territorialidade controlando pontos específicos da região onde suas bocas estão localizadas, como cruzamentos de avenidas, bares, praças etc.

A dinâmica que irá diferenciar é em relação ao *tráfico atomizado*. Por essa estrutura não se territorializar fisicamente, a espacialidade então são as redes de relacionamentos dos sujeitos que trabalham nessa dinâmica de comércio, por

isso, pode-se dizer que é uma territorialização simbólica em que os espaços seguem as redes de relacionamento construídas ao longo do tempo e que pode ganhar, até mesmo, espaços físicos em festas, boates etc.

Além das estruturas construírem dinâmicas diferenciadas de comercialização das drogas, os tipos de substâncias ilícitas também irão caracterizar tipos de espacialidades diferentes, principalmente quando se trata da estrutura do *tráfico associado*. As diferenças ficam evidenciadas quando algumas bocas trabalham ou não com a venda do crack.

P – Então, você disse que começou vendendo maconha, e existe diferença em vender maconha pro crack?

R – Muita. Hoje a maconha, quem compra a maconha compra e leva direto pra casa. Agora a droga não, a pedra já é mais escancarada. Hoje o cara pega a pedra aqui e ele não consegue chegar no seu destino, se ele não parar e dar uma tragada, ele não consegue. Se ele pegar a pedra aqui ô, se ele virar a esquina aqui ele já para e coloca no cachimbinho. (Homem, 26 nos)

Um garoto que é *aviãozinho* disse que o que vai modificar a própria espacialidade da boca não é a droga em si, mas o próprio usuário. Enquanto um indivíduo que compra maconha ou cocaína possui um perfil de cliente que compra e somente depois de alguns dias retorna para novas aquisições, os usuários de crack as adquirem e já ficam próximos da boca esperando comprar uma nova porção.

P – O que era mais notável de diferença?

R – A maconha é o seguinte, você pega uma bucha e ai para, você não vai voltar pra pegar outra, vai ficar uns dias. Agora a mesma quantidade de pedra é no prazo de meia hora eu vendo ela, ai a rotatividade é maior. A lombra da pedra é uma coisa e a lombra da maconha é outra, a pedra te cria um alvoroço e a maconha te deixa calmo, sussa. Você não vai roubar pra fumar maconha de novo. A pedra não, você vai roubar.

P – Então são diferentes?

R – Totalmente diferentes. (Homem, 34 anos)

Além disso, a pessoa que consome crack, segundo o sujeito da pesquisa, para manter o vício vai fazer pequenos roubos e furtos na região próxima à boca. A prática dessas outras atividades criminosas pode trazer problemas para esse usuário, principalmente quando a pessoa roubada ou furtada for cliente da boca.

O perfil da cocaína é de pessoas mais granfina. O perfil da maconha é o perfil de pessoas mais revoltadas e o perfil da droga (crack) é a miséria. Porque o miserável não consegue mexer com pó, não satisfaz ele. As drogas tem classe social. (Homem, 33 anos)

A droga não define apenas a percepção da boca, mas a própria classe social de quem usa. Hoje todos os tipos de drogas estão acessíveis no *mercado ilegal das drogas*, o que varia é a qualidade da mercadoria. Assim, como diz um dos entrevistados:

Hoje você compra cocaína de 10 a 50 reais, ai dependendo do que você quer. Você compra maconha de 3 a 50 reais, varia muito. A melhor cocaína é a escama, você paga caro pra pegar ela. Maconha tem mais de 10 tipos, ai depende de conseguir o que a pessoa quer, porque nem sempre você tem a melhor, mas nem sempre a pessoa tem dinheiro pra melhor também. (Homem, 18 anos)

Mesmo que saibam da existência de pessoas de classe média que vão até as bocas comprar crack, tem-se a ideia, principalmente pelas consequências marginalizantes que o efeito que essas drogas causam, uma percepção de pobreza em relação a quem usa.

P – E seus clientes quem que eram? O perfil é como?

R – De tudo. Pobre, rico

P – Você mexia com crack e a cocaína, são pessoas diferentes?

R – Assim, os mais de classes baixas era mais pedra. Agora cocaína já era pra quem tinha mais dinheiro, era dono de loja, dono de supermercado essas pessoas assim. (Mulher, 20 anos)

O crack, apesar de ser a droga de melhor retorno financeiro, é vista pelos próprios *sujeitos do 33* como uma substância extremamente danosa. O crack passa a ser percebido por eles como uma droga que desequilibrou a própria realidade do tráfico, que saiu do controle e, por isso, causa muitos problemas até mesmo pra eles.

P – Você disse que começou a mexer com as drogas há muito tempo atrás, pra você houve uma mudança nesse mercado? Da galera que compra? O que você acha que mudou nesse tempo?

R – Olha, o crack é antissocial né? É uma droga antissocial né? Geralmente, tipo assim, vamos começar. A maconha se você fuma ela você senta no meio de qualquer um, troca ideia com qualquer um, a polícia pode passar que você continua fumando, disfarça e tal. A cocaína já é mais social, você cheira ela, você toma, você vai pra festar, troca ideia com um ou com outro. A merla também é um pouco antissocial. Agora o crack deus me livre, é uma droga que sei lá, as pessoas vê coisas que não existe. Eu acredito assim pelo que conheço que com o crack você entra no mundo espiritual. Você da um pega nela você se esconde. Não é que tem alguém aqui, você acha que tem, você vê uma sombra ali e aí você vai achar que é uma pessoa que quer te pegar. Tem pessoas que fumam que dão o primeiro pega vão pra debaixo da cama, esconde em outro lugar, “que que foi moço? Mas não tem ninguém”.
(Homem, 33 anos)

A problemática do crack ganhou corpo nos últimos anos na Grande Goiânia com a constituição de algumas cracolândias que estão espalhadas por várias regiões. As cracolândias se formaram em regiões centralizadas perto de terminais de transporte coletivo e de rodoviárias, o que facilita principalmente o roubo e furto de pequenos objetos. Portanto, a espacialidade nesse caso ocorreu não pelo tráfico, mas pela própria dinâmica dos usuários.

Nas cracolândias a comercialização das drogas acontece normalmente por meio de *aviãozinhos* que são também usuários e vendem as pedras para retirar a sua parte a ser consumida. O tráfico de crack também alterou as próprias relações comerciais de modo geral. Primeiramente, como já foi dito, a fissura e

a necessidade de consumir transformou a temporalidade de compra das drogas, isto é, alterou o fluxo de venda.

Além disso, como segundo ponto, as cracolândias tornaram mais frágeis as relações de confiança entre *patrões* e *aviãozinhos*. Esse tipo de desconfiança se deve principalmente ao fato de que a dependência química de um *aviãozinho* pode bagunçar o dinheiro da droga caso ele a derrame e, isso, poderia provocar quebrar o vínculo entre as partes e, como foi dito, trazer consequências danosas para o *aviãozinho*, até mesmo a sua morte.

Portanto, o derrame da droga, como será analisado no terceiro capítulo, se torna um fator importante dentro da compreensão da dinâmica espacial das drogas, sobretudo nas áreas onde funcionam as cracolândias. Da mesma forma, a disputa por territórios no *tráfico organizado* e *tráfico associado* pode trazer mudanças na territorialização do *mercado ilegal das drogas*.

2.4.2 As disputas de territórios

P – Como é que vai crescendo?

R – Ai você vai conhecendo outras pessoas, ai o tráfico, entendeu? Tem que ter muito cuidado, que é uma faca de dois gumes. Quando você começa a crescer o outro traficante já não quer, o concorrente já não quer.

P – Como que elimina uma concorrência?

R – Matando. (Homem, 30 anos)

Quando existe o processo de territorialização no mercado ilegal das drogas a concorrência e a busca pelo domínio de áreas de comércio se tornam cada vez mais frequentes, tanto em relação ao *tráfico organizado* quanto ao *tráfico associado*.

Um entrevistado, chefe de um grupo do *tráfico organizado*, disse que uma vez teve que dar fim a uma concorrência, mas a decisão nem partiu dele, na verdade disse que foi do próprio concorrente que o procurou para tirar satisfação, pois afirmou que o entrevistado estava roubando pontos de tráfico que pertencia

a ele. Assim, segundo o entrevistado, seria desaforo ser chamado de ladrão sem ter roubado, e, portanto, esse tipo de acusação não poderia ficar barato.

P – Tem esses conflitos aqui assim de pontos, porque acaba sendo de região?

R – Sempre tem. Então tipo assim a gente ganhava dinheiro demais e eles cresciam o olho, aí eles falava que a gente estava roubando os pontos deles aí foi onde aconteceu o fato. (Mulher, 20 anos)

Nos casos onde não ocorre o acordo acontece realmente uma disputa sangrenta pelo território, principalmente quando tem questões de honra envolvidas, como no caso acima mencionado. A honra ela é um importante componente para se entender a violência no mercado ilegal das drogas, tanto pelo ethos da masculinidade que se vincula aos homens do tráfico quanto ao aspecto cultural do mundo rural que se renova e ganha novos sentidos nas cidades goianas.

Outro caso de disputa de território foi exemplificado por outro chefe de um grupo do *tráfico organizado* que tinha por objetivo dominar toda uma região de Goiânia e, com isso, se tornar o principal fornecedor de pasta-base.

P – Aí no caso tem que derrubar os outros?

R – Não precisa derrubar os outros se não tem boca. Agora se você falar que precisa derrubar o cara que comanda é diferente. Porque boca a gente não precisa destruir não, a gente invade e mata o cara que tiver lá.

P – Você já tomou boca assim?

R – Já, muitas vezes. O cara fala “não vou sair, eu vou dar um jeito”, aí eu “não vei, você não tá tendo condição. Nós vai por nossa droga aí e se você quiser trabalhar com a gente, tudo bem. Se você tá com problema de abastecer, então você trabalha com nós”. A gente chama o cara pra trabalhar, a gente chama a mulher pra trabalhar, mas se ela for ignorante, topetuda, a gente deita. Antes de deitar, porque matar não é solução, a gente não resolve os problema matando, a gente conversa dialogando, a gente resolve os problema dialogando, mas se a pessoa desacreditar, aí a gente tem que conferir. Mas a gente, eu mesmo não vou chegar e tomar aquela boca lá, por semana ela rende 30 mil, “poxa aquela boca tá rendendo 30 mil, quem tá comandando?” “é

fulano” “poxa, lá tá rendendo 30 mil por semana, vou cair pra dentro dessa boca”, aí a gente cai pra dentro, aí se o cara retrucar, mas antes de acontecer isso a gente conversa “ou, sua boca tá rendendo 30 mil, você sabe disso, você não tá dando conta de abastecer, então trabalha com nós, pega nossa droga” aí o cara “não, vou pegar porra nenhuma não, se eu quiser pegar eu pego a minha lá embaixo” “mas tem mais de mês que sua boca tá parada, o que que tá acontecendo? Vamos trabalhar com a gente? A gente não precisa de invadir assim, vamos conversar? Vamos ajeitar, se você der conta você continua”, aí o cara paga com ignorância, uns não, uns fala “demoro, quero mesmo, não quero morrer, tenho amor pela minha família, melhor vocês pegar essa boca”, aí a gente pega. Outros fala “não, só vou sair daqui só se for com a morte” “ah, só se for com ela? Então a gente vai aí levar pra você”. (Homem, 30 anos)

Para controlar uma região ou setor não é necessário destruir as bocas, até mesmo porque elas são imprescindíveis para o bom funcionamento da comercialização das drogas. O ideal, na perspectiva desse chefe do grupo de *tráfico organizado*, que os donos das bocas daquela região se tornem seus parceiros, isto é, que o grupo do *tráfico organizado* em questão seja o fornecedor das bocas invadidas. Para isso, segundo ele, procura fazer um acordo comercial pacífico de fornecimento de drogas para as bocas pretendidas.

Caso o *patrão* da boca não aceite o acordo comercial, medidas mais ofensivas serão utilizadas pelo grupo do *tráfico organizado* para que essas bocas se tornem suas. As disputas dos territórios ocorrem também quando se invade o território de venda do outro, pode ser entre grupos de *tráfico organizado*, bocas e, até mesmo, *aviãozinhos*.

P – E porque eles queriam te matar, você sabe?

R – Por motivos de ponto, disputa de território.

P – E aqui em Trindade tem muito isso?

R – Tem. Aqui em Trindade é o que mais tem, te falo isso, é briga de território. Se o cara tiver vendendo demais ele vai lá na porta da sua casa vender a droga dele, não interessa se você vende ou não, ele tá vendendo a droga dele, aí onde um cismava “não, você tá vendendo droga na porta da minha casa”, onde arma uma contenda ali e morte. (Homem, 21 anos)

As disputas pelos territórios de comercialização não apenas constroem novos arranjos e novos donos sobre os espaços de venda, mas também alavanca e aproxima o mercado das armas do mercado das drogas.

P – E porque você andava armado?

R – Eu comecei a andar armado mais por causa desse motivo de droga, os caras começou dar pressão, esse rapaz que morreu tava mandando matar muita gente. Ai foi onde que teve essas contendadas, os próprios amigos meus que era amigos mandou me matar, e ai comecei a andar armado. Deixei até o tráfico por um tempo de lado e comecei a roubar.

P – E porque eles queriam te matar, você sabe?

R – Por motivos de ponto, disputa de território. (Homem, 21 anos)

É muito comum se criar no mercado das drogas inimizades, principalmente no *tráfico organizado* e *tráfico associado*. Na estrutura do *tráfico atomizado* esse as contendadas são mais raras, primeiramente, pelo fato das drogas comercializadas serem menos danosas – maconha, cocaína e sintéticas – e, também, pelo fato das vendas ocorrerem em seus círculos de amizade, não havendo disputa de território, e, em sua maioria, à vista, existindo pouca relação de dívida.

P – Você falou que foi pega duas vezes com arma né. E é difícil conseguir arma?

R – Não, hoje em dia nada é difícil, qualquer lugar, qualquer esquina que você chegar ai com dinheiro “eu quero comprar um revolver, quero comprar drogas” “é em tal lugar, vamos ali que eu vou te levar”. (Mulher, 35 anos)

O mercado das armas não é o mesmo que o do tráfico de drogas, mas andam associados. Na verdade, como afirmam dois entrevistados, a arma é um elemento comum no crime, quem está associado à criminalidade não tem dificuldade de conseguir nada que faça parte de seu universo.

P – Mas como você conseguiu adquirir a arma?

R – Por meio das drogas, você vende e compra.

P – Mas é fácil comprar?

R – É ué, você tem uma relação com o crime. É tipo você estar dentro de um hospital, você está na sua área, então tudo ali é mais fácil, se você pegar um leigo, ele não vai saber pegar esses medicamentos e distribuir esses medicamentos pras pessoas certas. O tráfico é isso, é doutorado no sistema. (Homem, 30 anos)

Como o tráfico que se territorializa cria uma dinâmica em que o uso da violência se torna frequente, é necessário o uso de armas. O primeiro motivo para que os sujeitos do se armem é visando a própria segurança.

P – Você andava armada?

R – Eu tinha arma, no trafico você tem que ter arma, a sua defesa você é o crime, e o crime te oferece muita coisa ele te oferece dinheiro, dinheiro fácil os luxos tudo o que você quer. (Homem, 34 anos)

O segundo motivo que justifique o uso de arma é a segurança do empreendimento ilegal e das mercadorias.

P – Você teve que usar arma por causa de alguma coisa assim?

R – Não, eu comprei um 22 só pra passar susto nos outros, porque eles passaram na porta de casa pra dar tiro, esses trem. Ai comprei 22 pros moleques também pra qualquer coisa alguém dar tiro eles dar tiro também, porque tinha a consciência do pessoal “vamos cair lá porque tão todos desarmado”. Eu mesmo comprei revólver não foi pra correr atrás das pessoas, mas pra mostrar que eu também tenho, pra fazer barulho, pra eles passar lá de novo pra eu dar tiro. (Homem, 21 anos)

O terceiro motivo que argumentam pra utilizarem armas é para fazer cobranças de dívidas. Essa relação violenta de cobranças não é meramente econômica, mas faz parte de um universo simbólico em que a quebra de uma

regra moral, como no caso ter dado a palavra e não honrado o compromisso de pagamento, pode ter consequências extremas. Essas situações serão detalhadas no próximo subcapítulo.

Quando se fala de cobrança de dívidas e da dinâmica de funcionamento do *mercado ilegal das drogas* a polícia desempenha um papel fundamental, não apenas no combate, mas também na forma como eles se beneficiam dessas estruturas por meio de novas relações ilegais que são construídas. Na verdade, cria-se outro mercado em que circulam as mercadorias políticas.

2.4.3 As mercadorias políticas

No *mercado ilegal das drogas* não se encontra apenas drogas e armas, mas também abre-se um espaço para a produção de outro tipo de mercadoria que está relacionado diretamente com o emprego da violência, seja legítima ou não. Michel Misse (2002) afirma que é justamente nesse momento que ocorrem os agenciamentos políticos (corrupção, extorsão, repressão, proteção e violência, entre outros). Essa face política dentro do quadro de ilegalismos pode ser compreendida na produção daquilo que ele denominou de “mercadoria política”, caracterizada pela existência de:

[...] um mercado informal cujas trocas combinam especificamente dimensões políticas e dimensões econômicas, de tal modo que um recurso político seja metamorfoseado em valor econômico ou cálculo monetário. O preço das mercadorias (bens ou serviços) desse mercado, por ganhar a autonomia de uma negociação política, passa a depender não apenas das leis de mercado, mas de avaliações estratégicas de poder, de recurso potencial à violência e de equilíbrio de forças, isto é, de avaliações estritamente políticas. (MISSE, 2002, p.07)

Para Misse é preciso distinguir, dentre essas mercadorias políticas, as que se desenvolvem por mediações da expropriação de recursos do Estado por alguns de seus agentes (corrupção) daquelas que se desenvolvem sem mediação (máfia, crime organizado, etc).

Se em ambos os casos, a força física (e suas extensões técnicas) é usada para fins econômicos privados, seja ela “roubada” do monopólio do Estado pelo funcionário, seja produzida por conta própria contra esse monopólio, ela igualmente se constitui numa “mercadoria política (MISSE, 2002, p.17)

E como as drogas é uma das mercadorias criminalizadas que pode proporcionar enormes ganhos esse mercado acaba agenciando maior número de pessoas para atuar nele. Se de um lado há os *sujeitos do 33* que irão trabalhar nas dinâmicas de comercialização do tráfico, do outro existem outras pessoas que irão vender algum tipo de mercadoria política a partir da expropriação de uma função pública que lhe foi investida.

Além dos grupos do *tráfico organizado* e do *tráfico associado* desenvolverem recursos políticos para resolução das adversidades no processo de territorialização e comercialização do mercado das drogas, encontrou-se também quando esses recursos são vendidos e comprados dos próprios agentes estatais.

Eu pagava um policia para fazer cobranças em meu lugar, o retorno era quase sempre certo. Dava tão certo que teve um tempo que “adotei” um policial pra dar proteção pra mim e pro meu esquema e também fazia as cobranças. Eu pagava uns 4 mil todo mês, compensava, até porque o cara era farda preta (ROTAM), isso impõe respeito e o retorno é garantido. (Homem, 22 anos)

A primeira situação encontrada de expropriação da função de agente estatal foi por meio da prática de extorsão. A extorsão se apresentou de duas maneiras, a primeira quando um *patrão* de boca disse que contratou um policial da Ronda Ostensiva de Táticas Metropolitanas (ROTAM) para fazer serviços de cobranças. As práticas de cobranças tinham por função obrigar os endividados quitar as dívidas, e o uso da violência por parte do agente estatal, segundo o *patrão*, quase sempre resolvia os débitos. Quando essa prática não resolvia os problemas, outros recursos mais extremos eram utilizados.

A segunda prática de extorsão era realizada pelo agente estatal contra os *sujeitos do 33*. A maioria dos entrevistados disse que quando são pegos em flagrante é bastante comum a prática de extorsão por parte dos agentes policiais.

P – Você disse que teve muito conflito com a polícia, mas arrego já houve?

R – Pagar pra eles?

P – É.

R – Demais da conta. É o que mais tem, a noite é o que mais tem. Durante o dia 40 viaturas no bairro, durante a noite, que paga propina, é 5 viatura no total. Então, ou seja, a noite eles quer o que? Dinheiro. Eles nem desce do carro e te pega você e já fala “tá armado?”, ai falo “tô”, ai “tem quanto pra passar pra nós?”, já fala desse jeito. Antigamente eles pegava, prendia, dava aquela pressãozinha em você pra você falar, e ai depois rolava algo. Hoje não, hoje ele chega em você e fala “você tem quanto?” “tá armado?” “Tá com droga?”, se você falar que não tem, ele vai falar “eu vou revistar, se eu achar vai ter arrego não, vai ter dinheiro não”, ai já falo logo “tenho”, ai ele “quanto você tem pra passar pra nós?” “aqui no bolso o que tenho é mil”.

P – Mas tinha valor por semana, um contrato, coisa assim?

R – Não, esse trem eu não faço não, na minha biqueira não faço contrato com policial assim não. Esse lance de *pagar pau* pra policial, não, porque policia não tem segurança nenhuma. Polícia é uma ilusão, eles são mais corruptos que nós. Então esse negócio de pagar por semana, por mês, tem não. No dia que me pegar em flagrante eu pago. (Homem, 30 anos)

O mercado da corrupção é a outra face da mercadoria política que pode ocorrer pela extorsão, por meio do uso de ameaça ou violência, ou por meio de arrego, quando se compra o silêncio ou a permissão dos agentes policiais para não atrapalhar os esquemas de comercialização das drogas.

P – E em relação a policia, em tentar fazer arrego ou te extorquir já teve?

R – Você já conhece os plantão.

P – O que é os plantão?

P – Plantão é o seguinte, hoje é o soldado, amanhã é outro e depois é outro. Então tem certos plantões que não tem arrego, e outros tem. Ai

no plantão daquele é o dia que você faz uma venda maior. Ai quando é o plantão dos que não aceita, ai é avisado que fecha o cinto ou hoje o cinto é mais frouxo. E tinha dia que o comandante falava “hoje deixa”. Então tudo começa lá do quartel, lá de cima mesmo. Hoje vamos diminuir o tráfico, não, hoje nós vamos deixar quietinho.

P – Você já pagou algum, já desembolsou?

R – Já.

P – Mas chegou a desembolsar quanto?

R – Ah, 5 mil, 10 mil, 15 mil, 20 mil. (Homem, 34 anos)

Esses esquemas de arrego não acontece apenas na ponta ostensiva de combate nas ruas, mas há também o acerto de permissividade para que essas drogas entrem no mercado goiano. Uma líder de um grupo do *tráfico organizado* disse que era comum molhar as mãos de policiais do alto escalão para deixar as drogas passar livremente nas barreiras estaduais e federais.

P – Mas já trabalhou com policial, fazendo serviço pra você?

R – Não, não trabalho com polícia. Isso porque tô falando é no tráfico mais pequeno. Mas vamos falar do tráfico maior, quando tenho uma mercadoria lá em Anápolis, difícil de trazer, porque tem blitz, polícia e tal, ai eu vou, não falo com soldado, eu chego num tenente, num capitão, maior do que ele e falo “o tô com uma mercadoria, eu tenho que buscar”, a gente conversa, a gente dialoga “quanto que você vai cobrar? Não precisa ir lá pegar, é só abrir as estradas pra mim”, dessa forma que trabalhava. Ai eu desembolsava 12 mil, 15 mil, mas falava “quero essa droga em tal lugar, se não chegar o culpado vai ser você, e eu vou cobrar de você”. Ai sim é o tenente, o capitão que libera e abre a passagem pra nós. Quando eu trabalho com polícia é isso daí, quando peço pra abrir caminho pra mim. (Homem, 30 anos)

Quando as práticas de arrego e extorsão não ocorrem, mesmo que a pessoa acusada não esteja realmente portando drogas, além do abuso da violência, pode acontecer o implante de drogas no local da batida para dar o flagrante com o objetivo de se conseguir algum tipo de acerto, ou caso contrário, os agentes policiais detém o acusado.

Eu vi ele tirando do bolso e enfiando dentro do armário do quarto do meu filho e fala “aqui a droga aqui”, quatro grama de maconha, ai eles colocaram 600 miligramas de cocaína e acharam o crack lá no esgoto do vizinho lá embaixo 16 gramas e 600 miligramas ai eu fui presa, ai eu fui condenada com 30 dias peguei 6 anos e 8 meses pelo trafico ai estou aqui ate hoje. (Mulher, 35 anos)

Além das práticas de extorsão e arrego, segundo um *patrão* de boca, alguns agentes policias roubam as mercadorias ilícitas e as comercializam no mercado das drogas. Com isso, além de vender as mercadorias políticas, eles mesmo acabam se tornando também *sujeitos do 33*.

P – Quando você comprava dos caras lá, como que era? Comprava a vista ou já ficou devendo?

R – Já fiquei devendo. Assim, porque eu ficava devendo essas pessoas porque eu comprava pouco. A maior parte que eu vendi na minha vida, que eu peguei de droga pesada, mas eu comprava era da policia mesmo, tá ligado? Então eu comprava deles, comprava de preço barato e eu tinha o tempo de vender. Uma vez eu ganhei um calote muito grande na droga, ai falei pros caras que eu tinha que receber, “deixa isso pra lá que isso vai dar BO”, as vezes pra ele mesmo.

P – Quem falou isso?

R – A polícia.

P – Ele também tem essa coisa de vender, né? Sai bem mais barato que outros fornecedores?

R – Ah sim.

P – E quanto sai mais barato?

R – Ah, isso depende né? Sabe como é?

P – Eles apreendem uma droga e tiram uma quantidade pra eles?

R – Não, na maioria das vezes teve isso ai, eles apreende ela, recebe um acerto, solta os caras e ficam com as drogas, fica com tudo. (Homem, 34 anos)

Além dessas práticas, os agentes policiais são fundamentais no entendimento sobre a própria criminalidade violenta no *mercado ilegal das drogas* da Grande Goiânia. Diversas denúncias já foram feitas ao Ministério Público de Goiás afirmando a existência de grupos de extermínios que agem na

capital e no interior com o objetivo de dar fim à vida de pessoas envolvidas com a criminalidade. Alguns casos apurados e reconhecidos como grupo de extermínio detectaram a presença, quase sempre, de agentes estatais na participação de homicídios. Um dos casos investigado pelo Ministério Público de Goiás e de grande repercussão culminou na Operação Sexto mandamento.

A Polícia Federal desencadeou, na manhã desta terça-feira (15/2), uma operação para prender 19 policiais militares de Goiás acusados de integrar um grupo de extermínio. Parte deles é suspeito de matar mais de 20 pessoas em municípios da região do Entorno do Distrito Federal. A ação do bando foi denunciada em série de reportagens do Correio Braziliense publicada desde 2009.

Entre as vítimas da quadrilha formada por policiais militares de diversas patentes e alvo da operação realizada neste momento, de acordo com a PF, estariam crianças, adolescentes e mulheres sem qualquer envolvimento com a prática de crimes. O grupo de extermínio é investigado por federais baseados em Goiás há cerca de um ano.

Entre os investigados, estão o atual sub-comandante geral da Polícia Militar de Goiás, o ex-secretário de Segurança Pública e o ex-secretário da Fazenda de Goiás. Os dois últimos na condição de suspeitos pela prática de tráfico de influência que resultaram nas promoções de patentes de integrantes da organização criminosa.

Segundo as investigações, a organização criminosa tinha como principal atividade a prática habitual de homicídios com a simulação de que os crimes haviam sido praticados em confrontos com as vítimas. Alguns dos crimes foram praticados durante o horário de serviço e com uso de carros da Polícia Militar, de maneira clandestina e sem qualquer motivação, segundo a Polícia Federal.

Em nota, a PF afirma que “restou evidenciado na investigação que, nos últimos 10 anos, os integrantes da organização criminosa começaram a fortalecer a sua atuação nos municípios de Formosa, Rio Verde, Acreúna, Alvorada do Norte, bem como Goiânia. Assim, onde se instalavam em decorrência de remoções às diferentes unidades da PM/GO, o número de vítimas de homicídios em supostos confrontos com aquela Corporação aumentavam consideravelmente”.

Os presos devem responder pelos crimes de homicídio qualificado em atividades típicas de grupo de extermínio, formação de quadrilha, tortura qualificada, tráfico de influência, falso testemunho e

ocultação de cadáver (Notícia 1: ALVES. Correio Braziliense, 15 de fev. de 2011)

As práticas violentas praticadas por grupos policiais seguiram igualmente os padrões da modernização da sociedade goiana. Se por um lado rompe-se com os aspectos simbólicos da sociedade tradicional, a nova estrutura que nasce em seu lugar tem por base a desigualdade. E as novas modalidades de violência, como aponta Dalva Borges Souza (2006), que tem caracterizado a vida nas cidades brasileiras, decorrente do agravamento dos problemas sociais e da injustiça social, tem se manifestado crescentemente em Goiás, como é o próprio tráfico e a sua territorialização.

Ainda seguindo os escritos de Souza (2006), apesar da diminuição da violência impulsiva com a modernização da sociedade goiana, houve a permanência de um tipo específico de violência, denominada de expressiva. A violência expressiva seria o resultado de um tipo característico de sociabilidade em que há a valorização pessoal assentada sobre a força física, retomando a ideia da honra e do ethos da masculinidade.

E esse tipo de comportamento, como foi mencionado, pode ser percebido na própria estruturação de grupos de extermínios na Grande Goiânia, que, assim como na criminalidade comum, passa por mudanças ao longo do tempo. Dessa forma, esses grupos que surgiram a partir de “ações de vingança pessoal, de afirmação diante de outras pessoas ou grupos, mas com o tempo passam a alugar os seus serviços a comerciantes ou a traficantes” (SOUZA, 2006, p.171).

Outro caso mais recente em que houve a apreensão de agentes estatais suspeitos de envolvimento em grupos de extermínio é possível verificar claramente essas mudanças, em que deixam de praticar esse tipo de comportamento violento por questões de honra à farda e começam a agir a partir da associação com o mundo criminal, como no caso da Operação Resgate deflagrada pela polícia civil na cidade de Goianira.

Dezessete policiais militares e mais oito pessoas foram indiciados após três meses e 24 dias de investigações sobre a

ocorrência de um suposto grupo de extermínio que atuava na cidade de Goianira, a 33 km de Goiânia. A Operação Resgate, deflagrada no último dia 9 de maio pelo Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gerco), da Polícia Civil, apurou que entre os crimes praticados estão o de homicídio, ocultação de cadáver, tortura, receptação, tráfico de drogas, associação para o tráfico e formação de quadrilha. Os dados do inquérito foram divulgados na manhã desta segunda-feira (8/7) pelo delegado titular Alexandre Lourenço. A organização criminosa tinha como foco o controle do tráfico de entorpecentes do município.

As investigações apontam que os delitos foram cometidos em um período de 13 anos em Goianira por cinco sargentos, seis cabos e cinco soldados da Polícia Militar, além de um policial reformado. Foram cumpridos 64 mandados de prisão, colhidos mais de 80 depoimentos e apreendidos um “arsenal” de armas utilizadas nos crimes. Uma dezena de inquéritos sobre os crimes havia sido instaurada, mas nenhum deles foi concluído, juntamente com 13 boletins de ocorrências que não foram investigados. O titular da delegacia afirmou que o vazamento de informações sobre a operação atrapalhou as investigações. O prazo de prisão provisória para os envolvidos no caso venceu às 00h do último sábado (6) e, de acordo com delegado, o Ministério Público do Estado (MPGO) já pediu a manutenção da prisão dos envolvidos.

O delegado Alexandre Lourenço – que preferiu não utilizar termos como “grupo de extermínio” e “cemitério clandestino” – acredita que possam ser contabilizados mais crimes, já que o período de tempo considerado nas apurações foi de 13 anos. Os históricos criminais das vítimas estão ligados ao tráfico de drogas e, sobre a possibilidade de atuação do suposto grupo de extermínio em outras cidades, Alexandre Lourenço disse que um crime de pistolagem foi registrado na cidade de Nova Glória, a 207 km de Goiânia.

De acordo com o delegado Alexandre Lourenço, ocorreram 18 homicídios no período de 13 anos. Destes, 15 corpos foram identificados nas ruas de Goianira, mas os crimes não foram registrados na delegacia da cidade. Dos três corpos desaparecidos, apenas os restos mortais de um foram encontrados até o momento. Eles estavam dentro de uma cisterna, no Setor Nova Goianira, e foi retirado no último dia 29 de maio.

Ele informou também que há indícios de que corpos de vítimas foram descartados no Ribeirão Meia-Ponte. Vestimentas que possivelmente seriam dos mortos estão sendo periciados pelo Instituto de Criminalística. A suspeita é que tenha sido utilizado cal para que os corpos entrassem em decomposição mais rapidamente.

Dentre os oito civis indiciados está uma de um sargento. Em nome dela está registrada a empresa DSM Vigilância, administrada pelo marido sargento. A Polícia Federal foi informada sobre o caso da empresa, que atuava ilegalmente. Armas e veículos utilizados pelos acusados estavam sob a guarda da empresa, que fazia segurança para empresas da região. (Notícia 2: DANTAS. Jornal Opção, 08 de jul. de 2013)

Os casos de grupos de extermínio ou a venda de mercadorias políticas pelos agentes estatais, seja a serviço de traficantes ou criando empresas de segurança privada, mostram bem como o Estado desempenha uma posição central para o funcionamento do *mercado ilegal das drogas*. As informações apuradas pela Operação Resgate mostram que no caso investigado os agentes estatais participavam de três formas, a primeira delas é o desempenho da função que lhes são incumbidos por meio da segurança pública e do monopólio da violência física.

O problema que se deriva a partir da ocupação estatal e do uso legítimo da força é quando ela é negociada, isto é, se torna mercadoria política e é vendida de forma ilegal nesse novo mercado que se abre e, ao mesmo tempo, se associa a outros mercados. No caso em questão, a segunda função que esses agentes estatais desempenham, e de forma ilegal, é quando montam uma empresa de vigilância privada, e ainda por cima utilizam os equipamentos públicos para exercerem essas atividades no âmbito privado.

O terceiro papel desempenhado pelos agentes estatais é quando associam o mercado onde circulam as mercadorias políticas a outros mercados ilegais por meio da segurança de grupos de tráficos, arregos, extorsão e, até mesmo, o controle de atividades criminosas, como o próprio tráfico e roubos de carros.

É nesse contexto social que o *mercado ilegal das drogas* se enreda pela Grande Goiânia em que fluxos de dinheiro, de mercadorias, de produtos ilegais e ilícitos se entrelaçam nas dinâmicas cotidianas, sobretudo nas periferias. No caso do *tráfico organizado* e, principalmente, do *tráfico associado* as práticas

podem apresentar contornos mais violentos, chegando até mesmo a execuções e extermínios de pessoas envolvidas.

As relações que ocorrem no *mercado ilegal das drogas* não ganham apenas a dimensão espacial pelos territórios livres da Grande Goiânia. Quando os *sujeitos do 33* estão presos e encarcerados as relações comerciais não se restringem. Ao contrário, no contexto espacial do presídio as redes de contanto com o mundo criminal ampliam e estabelece um tipo de vínculo entre a cadeia e a rua.

2.4.4 A cadeia e a rua

Cara, a cadeia não segura a pessoa não. Porque na cadeia tem gente que tem o poder, e se ela tem o poder pode mandar fazer o regaço lá fora, mandar matar família, mandar matar quem ele quiser. (Homem, 33 anos)

A cadeia não é o local onde se dará o fim à carreira criminal de quem trafica e nem tão pouco como lugar de resolução dos problemas da criminalidade urbana. Na verdade, ela deve ser considerada como extensão espacial por onde o tráfico de drogas acontece. Além do próprio entendimento que na cadeia é onde essas atividades ilícitas são intensificadas e o uso de drogas faz parte da normalidade do cotidiano dos presos, ela articula uma relação íntima como o mundo de fora, a rua.

Já viu cadeia sem maconha? Já vi diretor deixando entrar pra o pessoal fumar pra deixar a cadeia calma. (Homem, 33 anos)

Quando um sujeito do 33 é encarcerado, principalmente aqueles que fazem parte de grupos do *tráfico organizado*, não há o fim relações comerciais, muitos deles continuam com as atividades comerciais na rua, e as funções que antes ocupava é repassada a outras pessoas de confiança.

P – Você fazia entrega de drogas como?

R – Eu não faço entrega de droga, eu só olho ela. Eu só faço o contato, eu ligo, chegou pra mim, quem faz as entrega são os meus bebês.

Eu não faço entrega, chegar eu olho ela, tiro a foto. Agora que tô preso eles tira a foto e manda pra mim. (Homem, 22 anos)

Mais ainda, se o indivíduo apreendido for líder de algum grupo é bem possível que de dentro da cadeia ele possa coordenar todo o restante do grupo lá na rua. Portanto, a cadeia e a rua se relacionam e se integram. Para que essa relação seja constituída é necessário articular outros tipos de práticas criminais – levar celular, dinheiro, drogas e armas pra dentro da cadeia – que pode ser realizada por pessoas pertencentes ao grupo criminoso ou por meio da aquisição de outras mercadorias políticas através de agentes penitenciários que praticariam o serviço de entregar ou facilitar a entrada dos objetos e produtos.

Somente no ano de 2014 a polícia civil e o ministério público realizaram duas grandes operações – a operação poderoso chefe e a operação avalanche – em que desbarataram dois grandes grupos de *tráfico organizado* que operavam na Grande Goiânia a partir das ordens de seus líderes que se encontravam aprisionados no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia.

Duas pessoas que cumprem pena na Penitenciária Odenir Guimarães (POG), no Complexo Prisional, em Aparecida de Goiânia, comandavam uma quadrilha envolvida com o tráfico de drogas e o comércio ilegal de armas de fogo. O bando, composto por pelo menos 14 pessoas, agia em Goiânia, Formosa, no Entorno do Distrito Federal, e em Campos Belos de Goiás, na Região Noroeste do Estado. O grupo foi desarticulado ontem com a deflagração da Operação Avalanche, coordenada pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) e realizada em parceria com as Polícias Civil e Militar e com a Secretaria de Administração Penitenciária e Justiça (Sapejus) (Notícia 5: SILVA. O Popular, 19 de fev. de 2014)

A cadeia também é o espaço onde se estreita as relações no mundo criminal, muitos entram condenados por outros crimes e, dentro da cadeia, ao se articularem com outras pessoas, começam a praticar outras modalidades criminosas. Para exemplificar esse tipo de relação criminal dentro da cadeia, o primeiro caso narrado é de uma mulher que foi presa e condenada por estar junto ao seu namorado quando ele praticou o crime de latrocínio e, dentro da cadeia, ela teve que praticar pequenos delitos para conseguir dinheiro e, até

mesmo, para sobreviver no sistema prisional. Nesse processo ela foi se articulando com outras pessoas que haviam sido presas pelo crime de tráfico drogas e, a partir disso, quando saiu da cadeia, ela já tinha todos os contatos necessários para começar a atuar no mercado das drogas.

P – E foi dentro da cadeia que você teve os contatos?

R – É, dentro da cadeia mesmo, aí você vai conhecendo pessoas do crime, você vai só se aprofundando, porque o sistema já oprime a gente, aí vez as pessoas e oprime a gente também, você já sai é revoltado você quer é virar bandido mesmo aí eu comecei a vender muita droga (Mulher, 35 anos)

Além das articulações com a rua e com as redes de crimes, a cadeia é também o local de opressão, e não de recuperação como deveria ser. A cadeia é apontada como a faculdade do crime, se antes a pessoa tinha cometido um pequeno delito, dentro da cadeia ela tende a praticar crimes maiores.

É muito fácil quando você não tem um parente dentro da cadeia, é muito fácil você criticar, condenar previamente. Aí quando você passa a ter um parente dentro da cadeia, começa a conhecer o sistema prisional, aí vocês vão ver que a tendência não é melhorar, é sempre piorar. (Homem, 40 anos)

Ainda mais, a cadeia é um espaço importante de construção da sujeição criminal, quando se está encarcerado aumentam-se as possibilidades de que os *sujeitos do 33* se percebam e se identifiquem com traficantes e bandidos.

P – Mas foi alguém, por exemplo, algum dos seus ex-maridos que te influenciou?

R – Não, senão eu já tinha virado bandida. Depois disso, na cadeia, você vira bandido. (Mulher, 35 anos)

O segundo caso de envolvimento no *mercado ilegal das drogas* a partir das relações criminais na cadeia aconteceu com um rapaz que disse que a sua primeira prisão ocorreu por participar de esquemas de roubo de carro. Dentro da cadeia ele manteve relações com pessoas que praticaram diversos tipos de

crimes e, nesse contexto, foi quando um homem que comandava um grupo de *tráfico organizado* o convidou, assim que saísse, para fazer parte do grupo, em que a função a ser desempenhada seria roubar carros e trocar por drogas no Mato Grosso.

Hoje, no *mercado ilegal das drogas*, se tornou muito comum a associação entre o tráfico e o roubo de carros, visando a troca dos automóveis por drogas na Bolívia, Paraguai e Colômbia. Um dos entrevistados diz que um carro que vale de 25 a 30 mil no mercado goiano pode gerar em drogas um lucro aproximado de 200 mil reais.

P – Você foi enquadrado no artigo 33?

R – Eu já fui o 12 no passado e agora no 33, já é a terceira vez, é o terceiro tráfico que está comigo.

P – Nas outras vezes que você foi preso foi fazendo essas trocas de carro por drogas também?

R – Não, não, daí pra frente, como tava te falando, quando fui preso em São Paulo aí eu fui transferido pra cá, aí sai da cadeia e já conheci uma cara aqui de Ribeirão Preto, aqui, aqui dentro, e sai daqui e já fui traficar com ele em São Paulo. (Homem, 52 anos)

A cadeia, portanto, deve ser vista não isolada do tráfico que ocorre nas ruas, mas como sua extensão. Na cadeia há o estreitamento das relações criminais que agencia novos atores para o tráfico e, ao mesmo tempo, espaço de desenvolvimento de outras atividades criminais. O que acontece dentro da cadeia tem seu resultado na rua e, conseqüentemente, na própria dinâmica do *mercado ilegal das drogas*.

Agora que se tem uma melhor entendimento acerca da dimensão socioespacial do *mercado ilegal das drogas* é importante compreender também as justificativas construídas pelos *sujeitos do 33* no processo de adesão ao tráfico e os aspectos e as regras morais que compartilham entre si.

2.5 As justificativas morais de adesão

Além da própria dinâmica que os *corres* configura, ele também faz parte do processo de adesão pelo qual os *sujeitos do 33* precisam passar para entrar efetivamente nesse mercado. O processo de adesão não imprime apenas uma nova moralidade com a entrada no crime, mas há também uma negociação racional com a moralidade dominante para justificar a adesão deles no tráfico de drogas. Embora a maioria deles argumente que acham errada a comercialização de entorpecentes, seguindo os valores legais e dominantes, criam justificativas para amenizar a culpa e, com isso, a sua adesão se tornar relevada.

A entrada dos *aviãozinhos* no *tráfico associado* não deve ser vista apenas sob a ótica de início deles no crime, mas como o resultado de um processo que culminou com essa adesão. Procurar compreender essas justificativas como processo e não como ponto de partida ajuda na percepção mais ampla sobre o próprio crime, os criminosos e a visão que eles atribuem ao mundo que vivem.

Eu vejo isso como errado, sinceramente eu vejo isso como errado. Mas se for pro errado, tem muitos mais errados ai fora do que muitos que tá aqui preso. (Homem, 40 anos)

As justificativas criadas pelos sujeitos que começaram como *aviãozinhos* servem como argumentação que explique o porquê deles terem aderido a essas atividades criminalizadas em algum momento de suas vidas. Procuram dar sentido racional para explicar os comportamentos considerados desviantes e, com isso, elencam narrativas que servem como fonte que valoriza o mundo legal e, por outro lado, afirmam que as suas práticas, mesmo que moralmente e legalmente criminalizadas, tem uma razão que deve ser levada em consideração.

Dessa forma, seguindo os passos de Sykes e Matza (2003), buscaram-se os argumentos favoráveis que justifiquem a adesão dos *sujeitos do 33 ao mercado ilegal das drogas*. De forma geral, acredita-se que a maioria dos sujeitos que cometem crimes não aprovam as suas práticas e, portanto, acabam compartilhando dos mesmos valores das classes dominantes. Dessa forma, criam-se mecanismos psicológicos de justificação sobre os comportamentos criminalizados e que, de certa forma, os tornam válidos para eles, mas não para o restante da sociedade. Os mecanismos de justificativas foram denominados pelos autores como “técnicas de neutralização”, em que sujeitos que praticam comportamentos criminalizados procuram dar um sentido racional que amenize a culpa deles nessas práticas.

Quadro 3. Justificativas morais de adesão ao *mercado ilegal das drogas da Grande Goiânia*

Técnicas de neutralização	Justificações
Exclusão da própria responsabilidade	• Problemas familiares; • Más companhias; • Dependência química; • A necessidade de consumo;
Negação da ilicitude	• O comércio de drogas é igual a qualquer outro; • O problema é o abuso das substâncias ilícitas;

Valores morais superiores	• A prática da atividade criminosa é considerada menor do que o objetivo final a ser atingido: ▪ Uma vida melhor para a família; ▪ Pagar a faculdade; ▪ Comprar uma casa;
Condenação dos que condenam	▪ O Estado não garante o direito de todos; ▪ O Estado punitivista; ▪ O Estado oportunista;

Fonte: Pesquisa Sujeitos do 33: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia, 2014

De tal modo, encontraram-se, entre os sujeitos pesquisados, quatro conjuntos de justificativas que utilizam como forma de neutralizar as suas práticas criminalizadas. No primeiro conjunto de argumentações é possível perceber que muitos deles procuram *excluir a própria responsabilidade* sobre os comportamentos que praticam.

Tudo começou quando tava com 10 anos de idade. Meu pai era um verdadeiro “pé de cana”, a gente tinha muita dificuldade financeira dentro de casa, faltava alimentação e roupa. Sempre desejei ter as coisas, mas era impossível. A grana dos meus pais era muito curta e não dava para as despesas da casa. (Homem, 22 anos)

A *exclusão da própria responsabilidade* vai ocorrer a partir de fatores que eles definem como externos às suas vontades e que não poderiam controlar, isto é, eles criam argumentações que passa por uma intencional alienação do *self* em que os motivos estariam de acordo com os contextos reais em que vivem. A desestruturação familiar e a ausência da figura paterna foram recorrentemente citadas pelos entrevistados.

A minha vida foi diferente. A minha mãe, mãe solteira, tava com 2 filhos e pra cuidar dos 2 tinha que trabalhar. Era pobre e a gente não via ela. Ela veio de Anápolis pra Goiânia porque tinha uns parentes e aí podia

dar mais força, não tive na escola porque meu irmão tinha problema mental e ele era mais velho. (Homem, 33 anos)

Os problemas familiares que vão desde brigas no âmbito familiar até a ausência no cuidado ainda na infância seriam responsáveis para que esses adolescentes encontrem na rua, especialmente no tráfico, algum tipo de saída financeira ou algum tipo de vínculo afetivo que constroem com outros adolescentes do tráfico ou com os *patrões* das bocas que lhes oferecem oportunidades no mundo criminal e, em troca, constroem um tipo de relação que suprima a falta de afeto ou de bens financeiros no âmbito doméstico.

Se todo mundo tivesse peito pra ser criminoso, seria criminoso. Mas nem todo mundo tem peito pra ser criminoso. Eu mesmo não gostei, não queria entrar no crime, por quê? Porque eu queria ter um pai, um pai que me ensinasse, que meu pai desse conselho, que meu pai batesse quando eu tivesse errado, que meu pai colocasse eu na escola certa, entendeu? Eu queria viver, eu queria ser livre, sei lá, eu queria ver o mundo, eu queria aprender, entendeu? (Homem, 33 anos)

A ausência da figura paterna não apenas dificulta as condições financeiras da família, mas, também, segundo um dos garotos, vai dizer que a falta do pai na infância se tornou fator determinante em sua adesão no mercado das drogas devido à falta de conselhos que acreditava que deveria receber quando começou a mexer com coisas erradas. O crime, então, seria resultado de problemas familiares que, segundo eles, caso não existissem, os ajudariam e os guiariam a fazer escolhas que passariam longe da criminalidade. Ao mesmo tempo, vão justificar que o período da adolescência, quando normalmente aderem ao 33, é um momento de rebeldia e de rompimento com os laços familiares.

P – Como você começou nessa vida?

R – Eu entrei nessa vida do crime quando eu e a minha mãe começou a brigar demais e eu já estava com 15 anos. Ela queria mandar muito em mim. Ai gente “aborrecente”, saí de casa.

P – Foi morar onde?

R – Fui morar com as minhas amigas. Eu sou usuária também, eu fumo maconha. Então pelo o fato de ser usuária eu comecei a usar quando morava com a minha avó ainda. As más influências, as amizades, eu saia muito. (Mulher, 20 anos)

Além dos *problemas familiares*, alguns entrevistados vão dizer que as *más companhias* foram outro fator externo e determinante que os levaram à adesão ao tráfico de drogas. Justificam que estavam ainda numa período de formação de identidade e, na maioria das vezes, para se integrar ao grupo começaram a usar e a comercializar drogas.

Nesse sentido, o comportamento criminoso é visto por meio do processo de aprendizagem. Da mesma forma que aprendemos a praticar os comportamentos lícitos, os ilícitos ocorreriam de acordo com os vínculos sociais do qual eles fazem parte, aproximando da teoria da associação diferencial de Sutherland (2003). Segundo esse autor, o comportamento criminoso, até onde se tem entendimento, não se dava por fatores fisiológicos, mas sim por processos de aprendizagem. E o comportamento criminoso, portanto, seria um tipo de conduta aprendido entre as pessoas, principalmente no ambiente familiar e com os amigos.

Os processos de interação que vivenciam com essas pessoas os ensinariam sobre as técnicas de como se comportar no mundo criminoso e, a todo instante, segundo Sutherland, existiria um esforço que tende a reproduzir os argumentos que os motivem a agirem de acordo com as práticas criminais que são realizadas pelas pessoas com quem eles convivem e isso, por sua vez, criaria uma tendência para que eles também pratiquem as atividades criminosas.

P – Mas porque você acha que foi se envolvendo? Pelo financeiro?

R – Eu acho que nem tanto pelo financeiro, mas o vício, né? Uma coisa envolve a outra, você tem família e o dinheiro do seu trabalho vai pra família e o dinheiro de droga, o tanto que você tem ele, você dobra ele e a outra metade, você não tira da boca dos filhos, eu pensava assim. (Homem, 34 anos)

Além de justificarem a adesão pelos *problemas familiares* e as *más companhias*, outros vão dizer que a entrada deles na comercialização de

substâncias ilícitas está associada ao fato de serem, antes de tudo, *usuários de drogas*. Alguns vão afirmar que a dependência química seria a razão que os levaram a vender drogas, com o único objetivo de garantir a própria droga a ser consumida.

Se antes era apenas usuário, posteriormente o sujeito começa a fazer pequenos *corres* para garantir a sua própria droga.

P – E como foi daí até vender?

R – Então, aí justamente, aí você começa a fumar essa droga, às vezes você tá com uma grana, compra 10 reais e daqueles 10 reais você tá andando e encontra um *brother* seu, você vende 5 pra ele e você tipo pô eu tinha 10 e já tô com 20, aí começa dobrar o dinheiro, você entra sem saber. (Homem, 34 anos)

Esse tipo de argumentação é utilizado tanto por *aviãozinhos no tráfico associado* que são dependentes químicos, sobretudo, do crack, que começam a fazer pequenos *corres* e, em troca, recebem dos *patrões* das bocas pequenos pedaços de pedras pelos serviços prestados e, também, pelos indivíduos que atuam sozinhos no *tráfico atomizado*, que normalmente compram as drogas para seu uso e, devido a sua rede de amizade, começam a fornecer para o restante da galera e, com isso, vai se tornando a peça chave do *tráfico atomizado*.

Sempre tive vontade de ter as coisas, queria muito um bom chinelo e umas roupas “maneiras”. (Homem, 22 anos)

Ainda como justificativa de *exclusão da própria responsabilidade*, alguns dos entrevistados vão dizer que a *necessidade de consumo* que o mundo moderno lhes apresenta provoca um tipo de reação em que é preciso obter o sucesso econômico, mas como as oportunidades são restritivas, torna-se necessário buscar outros caminhos em que a possibilidade do sucesso seja alcançável.

[...] O consumismo da modernidade metropolitana agrava as frustrações, estimulando aspirações e desejos que concorrem, por sua vez, para piorar ainda mais o sentimento e percepção da desigualdade. Há inúmeros relatos de assaltos a residências das camadas médias e elites

em que fica evidente o fascínio e desejo de jovens criminosos, pobres, por bens de consumo como roupas, adereços e aparelhos, além da busca mais rotineira por dinheiro, joias, relógios e armas. Há para eles, todo um conjunto de itens que compõe um quadro desejável de consumo, em princípio, inviável de obter por meios legais e pelo trabalho (VELHO, 2004, p.7).

Além disso, Alba Zaluar (2004) aponta para o fato de certa privação relativa que leva os indivíduos a aderirem ao mercado das drogas, pois o ganho é fácil e consegue saciar os desejos de consumo e propiciar aos jovens do sexo masculino certa “fama” e “prestígio”, especialmente entre as mulheres.

O segundo conjunto de argumentações utilizado pelos *sujeitos do 33* para justificarem e neutralizarem a sua adesão ao *mercado ilegal das drogas* passa pela *negação da ilicitude*.

P – Você considera errado vender drogas?

R – Eu considero como vender balinha. Quisesse e tivesse dinheiro era na hora. (Mulher, 20 anos)

A *negação da ilicitude* é utilizada quando os sujeitos que praticam alguma atividade criminosa não a consideram imoral, mas sim um tipo de comportamento proibitivo imposto pelo direito positivo. Na verdade, alguns entrevistados vão afirmar que *o comércio de drogas é igual a qualquer outro*, o que seria necessário um processo regulatório.

P – Você acha certo ou errado vender droga?

R – Uai, eu acho certo, mais do que certo. A pessoa devia vender droga. As pessoas que devia se controlar. (Homem, 33 anos)

Argumentam ainda que o problema não seria dos sujeitos que comercializam as drogas, mas sim daqueles que abusam das substâncias ilícitas. Este tipo de justificativa se aproxima de um tipo de moralidade que propaga o discurso antiproibicionista em relação às drogas, especialmente a maconha, por acreditar que a liberação delas seria menos danosa para a sociedade do que a proibição, uma vez que o mercado ilegal onde elas são vendidas seria o maior problema a ser enfrentado.

O terceiro conjunto de argumentações que os sujeitos entrevistados utilizam para amenizar as suas adesões ao *mercado ilegal das drogas* se dá pelo *apelo a valores morais superiores*, em que a prática da *atividade criminalizada* deve ser considerada menor do que o objetivo final a ser atingido.

Muita gente é trabalhador, que é pai de família, que vive passando fome, sente necessidade e entrou. Muitos traficantes não usam droga, são traficantes, mas que eles tão pro tráfico pelo dinheiro, pra querer melhorar a vida dele, pra colocar o filho dele na faculdade, pra por o filho dele numa escola boa, poder dar do bom e do melhor por filho dele e não deixar o filho dele envolver no crime. (Homem, 33 anos)

O *apelo a valores sociais superiores* então seria uma forma de justificação em que os sujeitos elencariam os motivos que consideram maiores do que a prática criminosa em si. Nesse contexto vão dizer que a adesão não é o princípio, mas um meio para se atingir esses objetivos que devem ser considerados relevantes, como uma vida melhor para a família, para pagar a faculdade, comprar uma casa, ficar rico etc.

Por fim, o quarto conjunto de argumentos criados pelos *sujeitos do 33* é quando dizem que suas ações nascem a partir da *condenação dos que condenam*, seria uma forma de ataque às instâncias de controle por meio justificativas que consideram importantes na hora de comparar com os comportamentos criminalizados que praticam.

Hoje em dia a criminalidade está tão grande, o tráfico está tão grande porque o governo, o governo e a sociedade e as iniciativas viraram as costas pra um problema que tá cada dia mais crescente. (Homem, 40 anos)

A *condenação dos que condenam*, segundo um dos entrevistados, pode começar a partir da reflexão de que o *Estado não garante o direito para todos* e, por isso, vira as costas para os problemas sociais e, consequentemente, o tráfico de drogas, principalmente para os meninos das regiões mais carentes da Grande

Goiânia, seria um dos poucos espaços em que eles poderiam conseguir atingir o sucesso financeiro.

O estado só vem quando não tem mais nada pra fazer por nós, na realidade a tendência é ser criminoso. (Homem, 33 anos)

A adesão deles ao *mercado ilegal das drogas* então é justificada pela falta de oportunidade que lhes são negadas pelo Estado. Mais ainda, afirmam que o Estado aparece apenas quando já estão envolvidos com a criminalidade, agindo menos com políticas assistencialistas e mais como um Estado punitivista.

O negócio aqui tá se organizando e o governo não tá nem ai não. O crime, o governo, o crime abastece, dá renda para o governo. Se cria mais empregos, se consome mais, por exemplo, na sua casa você vai comprar mais cadeado, você vai comprar mais circuitos de segurança, você vai viver preso. O crime gera emprego, o crime gera impacto, o crime gera isso. O governo vê mais chance de ganhar dinheiro nisso do que roubar, quantas pessoas aqui não precisam de apoio e estão aqui sofrendo? (Homem, 40 anos)

E ainda afirmam que a falta de políticas voltadas aos jovens, principalmente aquelas que coíbem com a entrada deles no crime, se deve ao fato do próprio governo e do mercado de segurança privada lucrar com o crescimento da criminalidade. O governo, portanto, usaria de comportamentos igualmente condenáveis como os daqueles sujeitos que estão inseridos no tráfico de drogas, o que justificaria, também, a ideia de que se o governo pratica tais comportamentos por meio de um *Estado oportunista* visando apenas os ganhos e não se preocupa com as áreas sociais, as condutas criminais realizadas pelos *sujeitos do 33* seguiriam a mesma tendência.

2.6 Outros aspectos morais

Compreender os aspectos morais que estão por trás do mercado ilegal das drogas ajuda no entendimento dos sentidos que os *sujeitos do 33* atribuem aos seus comportamentos e, também, acerca do mundo simbólico em que sustentam suas relações sociais e comerciais.

No mundo criminoso, mas especificamente no tráfico de drogas, da mesma forma que na ordem legal, criam-se regras de conduta que devem ser seguidas que, por sua vez, fazem parte de um tipo específico de moralidade que é compartilhada pelos *sujeitos do 33*. Essa moralidade segue padrões particulares que tem por base, primeiramente, uma dinâmica que é comum a qualquer mercado criminalizado. Pelo fato de não possuir meios legais de regulamentação e resolução de conflitos, criam-se outras ferramentas visando resolver esses problemas e, nos casos mais extremos, o uso da violência física e simbólica seriam um dos recursos mais recorrentes.

O segundo fator em que se constrói essa moralidade, associada à primeira dinâmica, tem por base elementos culturais em nossa sociedade rural e patriarcal, em que a honra é o principal elemento em que se selam os acordos e se firmam os compromissos. No universo masculino o homem honrado não exerce apenas o papel de provedor e de cumpridor das obrigações, mas percebe, também, na masculinidade como o lugar da agressividade e da violência, isto é, o local em que os instintos são incontroláveis.

A honra masculina do mundo rural é transposta para a vida urbana e ganha novas ressignificações. A atualização da honra pode ser compreendida a partir do que Alba Zaluar denominou de *ethos da masculinidade*, que se apresenta muito forte na cultura da rua e se constrói sem o contraponto do feminino, impondo aos garotos a necessidade de responder as provocações e humilhações de modo violento, tudo por questão de poder e honra.

Aqui instaura-se outro círculo vicioso: de uma definição masculina de “honra” que obriga a resposta a qualquer desafio ou qualquer ação facilmente considerada ofensiva devido à suscetibilidade à flor da pele dos adolescentes, desliza-se para uma escalada de violência que transforma as armas em símbolos da masculinidade e em garantias únicas contra a derrota vergonhosa ou a morte, e instrumentos da submissão ou da morte do rival (ZALUAR, 2009; p.104)

Portanto, na criminalidade a honra se instala a partir das relações de poder e da imposição da vontade em relação ao outro, inferindo diretamente nos planos da sociabilidade e da sexualidade por meio de comportamentos de provação da virilidade. Essa virilidade ligada à honra, como já foi descrita, também justifica o cuidado em relação à família, através dos papéis desempenhados – pai, marido, provedor, protetor – e, portanto, mesmo inserido na criminalidade, apresentam o cuidado de afastar os filhos dos maus exemplos das atividades criminosas que praticam.

2.5.1 A família

A casa da gente é lugar de descanso, a família da gente é importante, eu não quero que meu filho fica vendo aquele tanto de noiado na porta de casa chamando, eu não quero esses trem, eu não quero perturbação na minha casa. (Homem, 34 anos)

Apesar de estar envolvido com o tráfico de drogas, um dos participantes da pesquisa disse que nunca construiu uma boca dentro da própria casa, o argumento utilizado para justificar essa ação é de que o mundo criminoso ocorre à base de condutas negativas que ele mesmo reprovava e, por isso, deveria manter longe dos olhos dos filhos.

Afastar a família das práticas criminosas também foi argumentado por outro entrevistado. Segundo ele, acredita que algumas pessoas nascem para o crime e outras não, porém o contato com as práticas criminalizadas motivaria a participação e, por isso mesmo, tinha a decisão de não colocar a família em seus esquemas ilegais.

P – Mas pessoal da sua família não trabalhou com você?

R – De maneira alguma, o pessoal da minha família quis afastar mesmo.
(Homem, 34 anos)

O crime é visto por alguns *sujeitos do 33* como algo extremamente danoso e, por isso, desejam que não seja praticado também por seus familiares. Apesar das situações em que se encontram, alguns entrevistados procuram ainda dar exemplos do que consideram fazer parte de uma moral aceitável, como é o caso abaixo narrado por um dos homens entrevistados que se encontrava preso pelo crime de tráfico.

Uma vez uma filha minha lá no CEPAIGO me disse “pai me dá um presente, eu quero um notebook”. Ai disse a ela que papai iria ver e amanhã te liga. Ai eu liguei pra ela e disse “minha filha, papai não vai te dar o dinheiro pra você comprar o notebook, porque o dinheiro que eu tenho é ilícito. O que você vai fazer minha filha, com o seu pai te dando essa resposta?” “Ah pai, eu não sei, eu não associei bem o que você está me dizendo não”. “Então pare e pense, porque se você continuar me pedindo as coisas o papai nunca vai conseguir sair disso, ai sou obrigado a errar. Mas tem uma saída minha filha, seu pai recebe por mês, se você esperar papai paga em 60 dias pra você com dinheiro lícito, com o meu pagamento.” Passou dois meses, peguei os dois contracheques, peguei o dinheiro e coloquei numa carta e escrevi “vai você mesmo no shopping e escolhe o que você quer, e papai tá provando que esse dinheiro é totalmente lícito por meio do contracheque”. Ai, a partir disso, elas nunca mais me pediram nada. (Homem, 40 anos)

Como no caso narrado, a obrigação de dar bons exemplos muitas vezes só ocorre após a prisão, quando a liberdade é interrompida e o convívio familiar cessado. Ainda como forma protetiva alguns presos preferem que os familiares, principalmente os filhos, não os visitem na cadeia, além do sentimento de humilhação, afirmam que aquele local deve ser evitado por obrigar pessoas moralmente e juridicamente condenadas.

P – E como é a relação com os seus filhos, eles vem te visitar?

R – Não, não, não, nunca permiti.

P – Não, por quê?

R – Não, é porque eu não quero que eles vivem nesse meio, não quero que tenham contato. É porque não é só o que você vê aqui, é o que você pode aprender nas filas, favores e às vezes tem uma certa

inocência, não tem certa malícia. Pra eu não ter esse tipo de preocupação eu prefiro dessa forma. (Homem, 34 anos)

Quando ocorre a participação de pessoas da família no tráfico os indivíduos que os colocaram carregam o peso da responsabilidade. O papel de cuidado e proteção que deveriam desempenhar é colocado em cheque, e no seu lugar o sentimento de fracasso e culpa pelas suas adesões ao tráfico.

Eu me senti um lixo né, eu me senti um nada porque eu não fui um bom exemplo pro meus filhos, o mais velho se envolveu e começou a vender, e depois começou a usar. Ai foi quando ele deu esse problema por causa da droga, o meu filho começou a traficar, até fazer tráfico internacional, com 16 anos ele cometeu um homicídio. (Mulher, 35 anos)

A responsabilidade aumenta mais ainda quando existe na adesão dos familiares históricos de sofrimento e violência, como no caso abaixo.

Todo mundo da minha família se envolveu com trafico, tenho um irmão que está preso em São Luiz por tráfico, ele se envolveu através de mim, foi eu que levei eles todos, então hoje eu me sinto culpada por isso, ate pela morte da minha cunhada. (Mulher, 35 anos)

Nesses casos o sentimento de culpa se agrava e, conseqüentemente, a autopercepção e olhar em relação a quem trafica e sobre o mercado das drogas se invertem.

Hoje eu concordo, porque eu via a destruição na minha própria família então eu contribuía pra muitas destruições de muitas pessoas ate de pessoas que eu amava que eu amo, eu tenho uma amiga hoje que esta internada no hospital de queimaduras aqui em Goiânia porque ela jogou gasolina no corpo todinho por causa do vicio da fissura deu vontade de fumar droga e ela não tinha dinheiro agora ela esta lá daqui pra baixo tudo queimada, não vai conversar mais, linda a menina e vai ficar vegetando o resto da vida e deixou dois filhos então assim eu penso eu contribuo porque quantas droga eu vendi pra ela? Quantas drogas eu já não dei pra ela? Eu acho que hoje assim no crime eu acho que assim o

assassino maior é o traficante, não por ele pegar e matar, pegar uma arma e matar, mas por ele contribuir pela morte das pessoas. A maioria hoje que você vê na televisão fulano morreu estava envolvido com droga ou morreu por dívida de droga ou fumou droga de mais e deu overdose, a minha cunhada eu perdi uma cunhada três semanas atrás polícia entrou dentro da casa dela a polícia enfiou a droga nela no estômago dela e com a mangueira do chuveiro e deu overdose e morreu. (Mulher, 35 anos)

Além da honra ligada às questões familiares, cria-se no processo de construção da moralidade no *mercado ilegal das drogas* elementos em que há uma interiorização de uma ideologia individualista moderna em que a ilusão quanto à liberdade que, retomando o pensamento em relação à honra, está atrelada a uma ideia autoritária de poder e do ethos da masculinidade, que pode ser vista nas relações de ganhos e gastos entre os *sujeitos do 33*.

2.5.2 Os ganhos e os gastos

P – E esse dinheiro que você ganhou não daria pra tirar num emprego comum?

R – Falar pra você, se eu trabalhasse uns 30-40 anos não daria não. (Homem, 43 anos)

A partir do entendimento que a honra masculina do mundo rural ganhou nova roupagem dentro das cidades, e que essas mudanças ocorreram também por meio do crescimento de uma cultura individualista e consumista em que as disputas de poder no tráfico estão fortemente entrelaçadas com os bens materiais e simbólicos que são ofertados no *mercado ilegal das drogas*.

Ai então eu comecei a esquecer do lado meu trabalhador e comecei a focar em outras coisas mais fáceis, ter um bom tênis, ter uma boa roupa, a televisão incentiva muito isso, te empurra muitas coisas. Porque todo jovem hoje não quer trabalhar muito, seja um médico ou uma linda mulher. (Homem, 40 anos)

A primeira ideia que se coloca é a recusa ao trabalho comum e assalariado em prol de uma atividade em que o alcance do sucesso financeiro ocorra de forma rápida, mesmo que muitas vezes ela seja apontada como arriscada e nem sempre fácil.

P – Você acha que é um dinheiro fácil ou não?

R – Não é tão fácil. A gente rala de madrugada, a gente leva tapa na cara, a gente leva tiro, a gente sai pra rua arriscando de perder a nossa vida. Pra quem tá do lado de fora acha fácil, mas não. (Homem, 30 anos)

A moralidade construída no *mercado ilegal das drogas* coloca aos *sujeitos do 33* uma experiência em que se comprime a noção de tempo-espço pela valorização do tempo curto e rápido. Ao mesmo tempo, cria-se uma necessidade ao imediatismo em busca do prazer e do sucesso.

O prazer e o sucesso para o *sujeitos do 33* se divide nos altos ganhos e na ostentação que, por sua vez, em suas concepções, geraria poder, prestígio e status entre os outros indivíduos e, especialmente, com as mulheres.

P – Você se achava poderoso?

R – Tudo vem fácil. Mulher vem fácil, você escolhe “eu quero aquela ali” no Real Privê. No Real Privê a puta mais barata é 2 mil, eu ia no Real Privê constatemente, deixava a minha mulher em casa e ia gastar com meus amigos, outros traficante igual eu, do meu calibre, aí gastava 20, 30 mil numa noite juntando nós 3. Eu gastava do meu bolso era 11, 12 mil, não passava disso, porque lá, falar procê, as puta lá é gostosa, a única que eu não consegui comer foi a Helen Ganzarolli, mas na época eu fui lá e ela tava dançando no pole dance lá, o cachê dela é de 15 mil, só não consegui comer ela. (Homem, 30 anos)

P – E esse lance de vender droga, trás benefício mesmo com a mulherada?

R – Trás, porque eu acho que 90% da população hoje usa droga. Hoje as pessoas se envolvem com outras pessoas assim, umas querem dinheiro, carro e outras coisas, mas o incentivo de todo homem sempre é a mulher, então cai nisso.

P – Então era fácil conseguir as meninas?

R – Com certeza. (Homem, 26 anos)

P – Você tinha uma sensação de poder quando você tava vendendo?

R – É uma questão de poder porque você tem tudo que você quer, você tem sua pedra, você tem sua maconha. Tem dinheiro, vontade, entrar numa festa com mil conto e com 300 de droga, você saía com os seus mil ou até mais ou saía sem nada dependendo da festa. Já aconteceu de festar eu gasta mil reais e pegar 500 reais com truta meu pra pagar na outra hora. (Homem, 21 anos)

O sucesso financeiro é imprescindível na construção do status no tráfico, além da necessidade dos gastos com as demandas que o próprio tráfico exige, como armas e mercadorias políticas, ela define a sua posição no jogo de poder. Ter dinheiro no tráfico é sinônimo do sucesso, e o sucesso só é visto por meio da ostentação.

P – Mas com o que você gastava?

R – Mulher, carro, roupa, viagem, restaurante e mais um bocado de coisas. (Homem, 21 anos)

P – E como é com o que mais você gastava?

R – É roupa, é tênis, é calçado. Porque eu sou fanático em calçado, não posso ver um.

P – Você queria comprar coisas de marca?

R – Eu só tinha coisas de marca, eu só comprava coisas de marca. Oakley, Bilaboney, Moreno, Ana Rosa, Mouse, Eckizen, tem várias. (Mulher, 20 anos)

A ostentação passa diretamente pelo status, que, em outros termos, representaria o prestígio entre as pessoas. O status é o reconhecimento do sucesso, quando o indivíduo se destaca dos demais, é se tornar o cara que os outros “*pagam pau*”.

P – Então é status?

R – Porque se você tiver no meio de 6 ou 7 que usa e você for o que vende, você é o cara, não adianta. Tem gente que até carrega a gente nas costas se for preciso. (Homem, 34 anos)

P – Você normalmente bancava a galera, tipo fazer um churrasco e tal?

R – Não, não. Às vezes você tá numa mesa e bancar tudo, aí chamava uns 2 ou 3 e falava que eu ia pagar tudo. Às vezes eu pegava um amigo meu e chamava umas meninas e ia pra uma casa e bancava tudo. (Homem, 21 anos)

As questões de bens, status e poder estão relacionados com a estrutura da qual o sujeito do 33 está envolvido. Esse tipo de ostentação desenfreada normalmente ocorre com os indivíduos pertencentes à estrutura do *tráfico associado*, que, como foi mostrado, da mesma brevidade que se consegue os altos ganhos, igualmente se gastam com coisas supérfluas.

P – E o retorno financeiro vinha e acabava como você disse?

R – Sim, porque você vive num mundo de ilusão. As pessoas acham que você está por cima, e na verdade você não é nada. É um falso status. Um verdadeiro castelo de areia. (Homem, 40 anos)

Os sujeitos da estrutura do *tráfico associado* percebem, especialmente depois de presos, que os ganhos conquistados ligeiramente vão embora de forma igualmente rápida, argumentam que o mercado das drogas gera um falso poder e prestígio. Tal diagnóstico acontece, sobretudo, quando aquelas pessoas que eles consideravam amigas e parceiras lhes viram as costas. Ao mesmo tempo, aqueles faturamentos que lhes pareciam enormes e que, muitas vezes, foram liquefeitos na ostentação, e os poucos bens adquiridos e a pequena reserva de dinheiro guardada mal consegue cobrir os gastos com advogados para retirá-los da cadeia.

P – Nesse período qual a parte boa de vender drogas?

R – A parte do dinheiro né, sempre é bom.

P – Nunca falta?

R – Não, agora falta né eu tô aqui preso, mas quando tava lá fora não faltava não. A gente viajava, passeava, fazia excursões, enchia os carros de moleque e de muié. (Mulher, 20 anos)

A ideia de ilusão não ocorre em todo *mercado ilegal das drogas*, mas especialmente entre os *sujeitos do 33* que ocupam uma posição inferior no tráfico e quando são pegos pela polícia e, caso não consigam negociar a suas liberdades, passam por todo processo acusatório até culminar em seus julgamentos.

Quando os indivíduos atuam em posições mais relevantes no mercado das drogas, sobretudo na estrutura do *tráfico organizado*, as diferenças se apresentam já no próprio consumo.

P – E com o dinheiro da droga vocês conseguiam juntar coisas? Comprar?

R – A gente comprou uma casa, dois carros, duas motos e a gente ainda guardou um dinheiro no banco, eu dei um dinheiro pra minha mãe. (Mulher, 20 anos)

Além desse fator, como já foram mencionados ao analisar o *tráfico organizado*, quando alguém dessa estrutura vai preso é muito comum que o grupo continue operando as atividades ilegais e, com isso, os gastos com a justiça saem do bolso da própria organização. Para que o grupo faça alguma coisa pelo companheiro preso é necessário que ele siga alguns procedimentos e não quebre as regras morais de respeitar a palavra dada e, conseqüentemente, não alcaguetar ninguém.

Respeitar a palavra é parte crucial no entendimento sobre o uso da violência no *mercado ilegal das drogas*. Dito de forma mais clara, respeitar a palavra é compreender o aspecto moral da honra que regulamenta os compromissos e os acordos firmados entre os *sujeitos do 33* e, quando essa palavra é quebrada, rompem-se os laços pacíficos e toda convenção é desfeita e, assim, abre-se o leque para o uso da violência como forma de selar as obrigações em aberto.

2.5.3 Respeitar a palavra

Porque, tipo assim, o crime o pessoal tenta ajeitar ele, é tipo a sociedade mesmo, tudo tem as suas regras, só que as regras nossa é diferente, da cadeia, na rua, a regra nossa é diferente. Você tem que agir certo, por exemplo, eu tô falando com vocês aqui é uma coisa, não vou te falar nome e nem nada, nem falar como foi e quem foi, entendeu? Mas vou te falar uma coisa, a gente que começa a viver isso, ou você vai ou cê para. Se todo mundo tivesse peito pra ser criminoso, seria criminoso. Mas nem todo mundo tem peito pra ser criminoso. (Homem, 30 anos)

Alguns apontamentos já foram mencionados em relação à moralidade construída no *mercado ilegal das drogas*, e como ela está associada aos mercados criminalizados e a uma cultura machista em que a honra masculina conserva os compromissos e os acordos.

Segundo Goldstein (1985) a violência é um comportamento intrínseco ao envolvimento com qualquer substância ilícita, pois o próprio sistema de comercialização ilegal das drogas cria padrões letais de sociabilidade envolvendo: as disputas de territórios entre traficantes concorrentes; assaltos e homicídios cometidos dentro da hierarquia do tráfico como meio de obrigar a obediência a códigos normativos; roubos a traficantes e a consequente retaliação; eliminação de informantes; punição pela venda de drogas adulteradas ou falsas; punição por não pagamento de débitos; disputas em torno das drogas. Todas essas resoluções violentas e letais serão analisadas detalhadamente no próximo capítulo.

Para Goldstein quanto maior o número de usuários de drogas que se enredam no sistema de distribuição, e quanto maior é o seu envolvimento, mais aumenta o risco de eles se tornarem vítimas ou agentes da violência. Seguindo a mesma lógica argumentativa, Alba Zaluar (2004) diz que o mercado ilegal gerou o acúmulo de riquezas e de instrumentos da violência que capacitou as pessoas na resolução de conflitos, pois o empreendimento que se encontra na ilegalidade precisa de outras fontes - que não a Justiça - para socorrê-los e, assim, as armas de fogo são eficazes para a solução destes conflitos e, também, para dominar as vítimas e garantir o respeito e a honra.

Como os contratos comerciais entre os *sujeitos do 33* não são passíveis de registros legais os acordos acontecem a partir da palavra dada. Logo, os compromissos selados resultam de acordos firmados com base na honra de que a palavra emprestada no fechamento do negócio irá se cumprir. E no “crime”, como argumentou um dos entrevistados, o respeito à palavra é que definirá as condutas a serem tomadas. Se a palavra for cumprida, as relações serão pacíficas, caso contrário, se existir a quebra dela, atitudes mais agressivas deverão ser tomadas, até porque não está em jogo apenas os acordos financeiros, mas, sobretudo, a honra desafiada e colocada em cheque.

No crime a gente não vale nada, mas a palavra tem que valer. Porque a gente não vale nada pra sociedade, e se a gente também não vale no crime, então pode morrer. A palavra do homem no crime tem que valer, se presta ou não presta. “Tal dia vou te pagar”, então tem que ser tal dia. “Vou te pagar amanhã”, então amanhã você tem que tá com o dinheiro. Não vem falar que vai pagar amanhã se vai pagar depois de amanhã, então fala “eu vou pagar depois de amanhã”. No crime a palavra tem que valer, então não *faz curva* comigo. (Homem, 30 anos)

Honrar a palavra é honrar a masculinidade e as regras do mundo criminoso. E quando aqueles que não honram o que foi firmado o uso da violência pode ser empregado, a própria masculinidade é colocada em confronto. Não ser considerado homem é porque o sujeito não teve peito suficiente pra segurar as responsabilidades que lhes foram designadas e, por isso, é tido como moleque. E no crime os moleques são passíveis de execução.

P – A gente vê a mídia e policiais falando que esse aumento de violência é por conta do tráfico, você acredita nisso?

R – Falar pra você cara, em tese, vamos dizer assim, mortes, coloca culpa no tráfico de drogas, mas não, não é sempre que é o tráfico de drogas. O moleque morre é por desacreditar numa palavra, não é dever e eu vou matar, não é isso não. Morreu não é por causa do tráfico não, morreu por causa da droga não. O moleque morreu porque não foi homem de arcar com a sua responsabilidade. Não foi por causa de dívida de droga não. (Homem, 30 anos)

O moleque então é o sujeito que não cumpre os acordos, isto é, aqueles que não respeitam as palavras empregadas nos compromissos. E quando a quebra da palavra acontece o comportamento disciplinador é necessário, se não foi homem o suficiente para solucionar as obrigações morais que tinha, tem que ao menos tentar ser homem para enfrentar as consequências.

P – Mas nesse esperar um prazo, já teve algum problema com dívida?

R – Já

P – E como que vocês resolviam? Porque acaba ficando devendo, porque um usuário usa a droga toda e “derrama” como que eles falam.

R – Eles vendem e fumam

P – Vocês já ameaçaram com tiro?

R – Morre, infelizmente a verdade é essa

P – Mas na primeira já fazia isso ou dava uma chance?

R – A gente dava duas ou três chances, mas quando via que o cara era sem-vergonha demais aí a gente não tinha outra opção, a gente falava com os meninos e os meninos iam lá e matavam, aí ficava por isso mesmo, aí dívida estava paga, mas foi só uns três quatro que aconteceu isso, mas o resto sempre andou de boa

P – Aí os próprios meninos da rede que faziam?

R – É. A gente marcava os encontros, eles iam e os meninos ia lá matava. (Mulher, 20 anos)

O respeito à palavra faz parte das regras morais que os *sujeitos do 33* se utilizam e compartilham dentro do *mercado ilegal das drogas*. Essas regras, assim como na fala do entrevistado acima, devem ser cumpridas e respeitadas. Caso contrário, medidas, até mesmo fatais, podem ser utilizadas como forma de resolução dessas pendências. A dívida no tráfico, a alcaguetagem, as trapaças, os derrames de drogas, as disputas de territórios, as drogas adulteradas, os assaltos e roubos fazem parte da face mais violenta do tráfico de drogas que muitas vezes, como veremos no capítulo a seguir, são respondidas com o assassinato de pessoas que nele se envolvem.

CAPÍTULO 3

**DROGAS E HOMICÍDIOS:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA
TIPOLOGIA TRIPARTITE
DE GOLSTEIN**

3.1 Drogas e violência

Conceituar violência é uma tarefa cara às Ciências Sociais, devido às diversas formas que ela pode se expressar empiricamente. Assim, dificilmente consegue delimitar num plano objetivamente científico um conceito que consiga lidar com a dimensão universalizante e que permita comparações com esses fenômenos aparentemente tão diversos. Yves Michaud (1989) defende essa impossibilidade pensando a partir da questão cultural, uma vez que cada sociedade constrói aquilo é visto como violência de acordo com os seus critérios e suas lógicas.

Dessa forma, delimitar a violência num modo mais operante auxiliaria metodologicamente na prática de pesquisa (SOUZA, 2006). Portanto, o conceito de violência aqui empregado, sem a intenção de dar conta de toda sua dimensão, vem da proposta do próprio Yves Michaud a partir da consideração de que a violência está inscrita quando ela é destinada a limitar, ferir e destruir as pessoas ou os bens, assim:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários autores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p.10-11).

Essas práticas que ferem principalmente a integridade moral e de bens têm sido reconhecidas na noção de violência urbana (MACHADO DA SILVA, 2008) para a qual confluem práticas - o crime violento - e representações, às quais está associado um forte sentimento de insegurança, o medo de viver na cidade.

Essa relação entre a produção simbólica e certas práticas sociais é considerada fundamental para Machado da Silva (2004) argumentar sobre sua tese de que o crime comum violento não é o “momento” de um processo, mas sim um objeto “construído”, parcial, autônomo e, portanto, auto contido. Além disso, articula que as diversas expressões que a sociedade utiliza para compreender o crime violento recaem sobre a idéia de “violência urbana”,

permitindo tomá-la como uma representação coletiva, categoria de senso comum constituída de uma “forma de vida”, nas palavras do autor. Em outros termos, a representação da violência é uma construção simbólica que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes, em função das quais constroem e orientam suas ações. Machado da Silva descreve que “violência urbana está no centro de uma formação discursiva que expressa uma forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais” (MACHADO DA SILVA, 2004, p.58-59).

Embora a violência urbana seja uma característica geral da configuração social das cidades brasileiras que abrange, portanto, todo o seu território, é mais ou menos consensual que ela afeta mais direta e profundamente as áreas mais pobres da cidade e com estruturas precárias que facilitariam algum tipo de controle territorial por parte de traficantes. (MACHADO DA SILVA, 2004)

Para Wiekiorka (1997) as mudanças na sociedade atual, principalmente pela ideia da perda da centralidade do emprego e do trabalho e pela exacerbação do individualismo e a exclusão social, não permitiriam pensar mais em crise ou conflito, mas sim em caos, já que há o cancelamento da relação entre os atores sociais, fazendo com que a violência se autonomize.

Aproveitando-se dessa visão, Michel Misse (1997) diz que a antiga ênfase nas lutas de classe perde importância sob a multiplicidade de fenômenos de violência, muitas das quais se desenvolvendo sem qualquer referência seja a conflitos sociais estruturados, seja em demanda de identidades coletivas, com algum nível de unidade simbólico e ideológico, ou objetivando um projeto coletivo de mudança social.

A relação entre o tráfico de drogas e a violência propriamente dita vem instigando cientistas sociais no Brasil desde a década de 1970. As explicações são múltiplas que vão desde os aspectos de controle dos espaços de comercialização, apostando na maior visibilidade para facilitar a identificação de pontos de venda pelos consumidores, o que acaba por resultar na disputa de territórios entre os traficantes que ainda precisariam defendê-los da polícia, aumentando, com isso, o uso da violência.

A própria organização de parte do tráfico de drogas se apresenta em uma estrutura hierárquica em que os indivíduos ocupam distintas funções, desde bélica à própria comercialização das mercadorias, que precisam estar

coordenada sob algum tipo de dominação. A dinâmica resultante da organização distribuída em distintas funções serviria essencialmente para a eficácia do comércio e a conservação do poder sobre o território (Misse, 2007; Grillo, 2008).

Por outro lado, como argumento de explicação, como já foi analisado no capítulo anterior, o uso da violência se deve também à própria demanda dos mercados criminalizados (ZALUAR, 2004; GOLDSTEIN, 1985) que, por não possuírem meios legais de resolução de conflitos, se utilizam de recursos mais radicais para solucionar as desavenças, e o assassinato de pessoas é o mais extremo deles.

Somado ainda a esses elementos, a cultura criminal machista em que a honra e a virilidade são postas em desafio quando os acordos são rescindidos alavancam e disseminam a necessidade de que esses conflitos devem ser solucionados a qualquer preço. Não são apenas drogas, dinheiro e as pessoas que circulam no tráfico, mas também a própria identidade sexual masculina que é colocada em evidência. Quando não se paga uma dívida de droga, ou quando outro indivíduo quer tomar a boca, não é o valor monetário em si, mesmo que exista e fica evidente, mas há o aspecto moral da honra desafiada, nesse momento o recurso violento se faz necessário.

Quando se reflete sobre o *mercado ilegal das drogas* da Grande Goiânia a presença da violência é percebida, sobretudo, nas estruturas do *tráfico associado* e do *tráfico organizado*. Esses dois modelos apresentam as características acima mencionada que passam pela territorialização e controle da comercialização das drogas sobre alguns pontos das cidades pesquisadas, apresentando-se a partir de estruturas hierárquicas com relação de subordinação, mesmo que nem sempre empregatícia, e com divisões de tarefas de acordo com a necessidade do grupo ao qual se pertence. Por se territorializar também fica mais evidenciado pela polícia que tanto combate o tráfico quanto se aproveita dele, e nos dois aspectos a violência também se faz presente.

A questão da honra fica mais perceptível também nessas duas estruturas de comercialização, tanto pelo fato de o indivíduo estar respaldado em grupos quanto pela obrigação moral de ser visto pelos outros como um sujeito que não aceita que sua honra seja desafiada e para isso é necessário dar exemplo aos demais. Além disso, as principais substâncias comercializadas, sobretudo o

crack, pelo alto poder de dependência química, geram relações conflitivas mais alarmantes entre quem vende e quem compra.

Do outro lado, no *tráfico atomizado*, o crack é uma mercadoria quase inexistente. Além disso, as relações comerciais acontecem à vista, e os indivíduos que atuam nesse modelo não precisam estabelecer pontos comerciais reconhecíveis que produzem a necessidade imediata de defesa armada, já que inexistiria a disputa do território. O caráter individual dos empreendimentos dificultaria o uso da violência pela ausência do respaldo de um grupo de pertencimento e as relações comerciais ocorrerem entre as redes de conhecidos e amigos.

O processo de territorialização do tráfico de drogas na Grande Goiânia não é tão marcado quando comparado com o domínio que existe nas favelas cariocas. Aqui ainda está em processo de territorialização com áreas mais ou menos controladas, mas começa a desenvolver certo tipo de dominação sobre os territórios de comercialização. E esse tipo de domínio pode ser percebido nas áreas mais pobres, quanto à formação de bocas, ou a venda de drogas por *aviãozinhos* em áreas degradadas da cidade e com a circulação de muitas pessoas onde se formam cracolândias.

A comercialização das drogas em pontos fixos se tornou cada vez mais frequente e, com isso, ganhou visibilidade que ultrapassa os próprios espaços onde ocorre a venda das mercadorias ilícitas. Ao mesmo tempo, esse controle é mais sobre o comércio no território do que o domínio sobre próprio território em si, não existe ainda um poder subjugador em relação aos moradores onde as bocas estão instaladas. Pelo contrário, procura-se desviar a atenção da polícia e dos demais moradores sobre o comércio ilegal, para evitar qualquer tipo de conflito.

As bocas e os pontos de venda refletem o poder territorial que grupos do tráfico exercem sobre esses espaços de comercialização e, esse tipo de domínio, se dá por meio de relações de força que, por sua vez, seguem os padrões de virilidade masculina de resolução de conflitos.

As argumentações acabam refletindo e dando brecha até mesmo para a os próprios responsáveis pela segurança pública que utilizam um discurso próximo para culpabilizar o tráfico e uso de drogas pelos aumentos nas taxas de crime nas últimas décadas, principalmente o homicídio, por ser justamente a

tipificação criminal que provoca maior repercussão social e clamor por punição. Esse discurso funciona como autodefesa que tende mascarar as dificuldades encontradas pela polícia em investigar e dar respostas aos crimes. Segundo o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) afirma que todos os inquéritos de homicídios que estavam em aberto no Estado de Goiás até o ano de 2007 apenas 11,6% deles tiveram elucidação, a maioria dos inquéritos ou foram arquivados ou estão em aberto, e somente uma pequena parcela virou denúncia e chegou até seu fim.

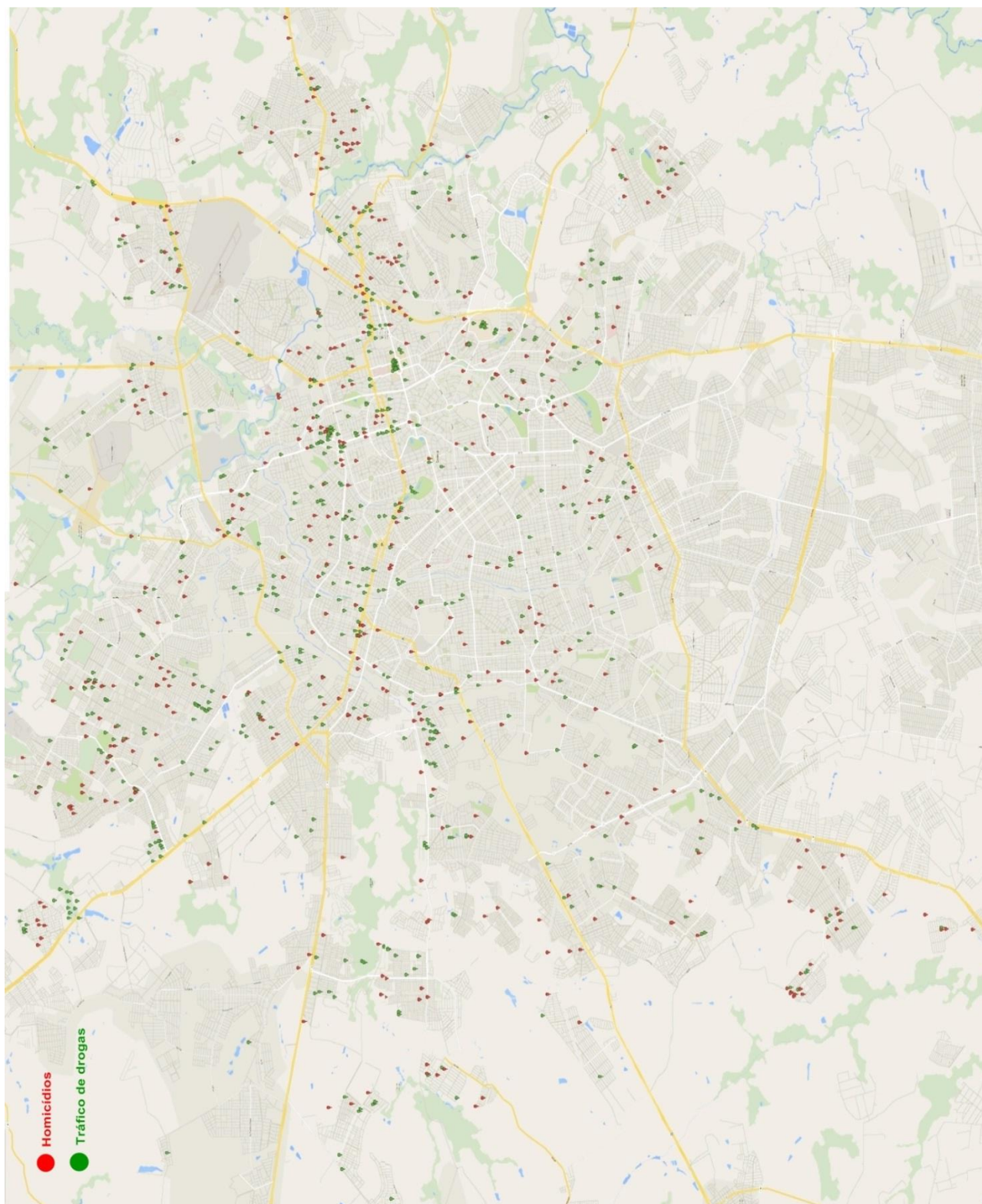
As deficiências investigativas e a necessidade de dar resposta à população são percebidas quando algum membro da Secretaria de Segurança Pública vez ou outra aparece na mídia com afirmativas embasadas apenas nos primeiros registros policiais que não passaram por nenhum critério investigativo chegando a afirmar, como mostra uma reportagem do jornal O hoje, que no Estado de Goiás no ano de 2013 “o uso e tráfico são responsáveis por 87% dos 2,3 mil assassinatos” (Notícia 3: PINHEIRO; ALVES. O Hoje, 05 de jul. de 2014). Esses discursos sustentam e legitimam uma política ostensiva de combate ao tráfico de drogas que atinge não apenas quem as comercializa, mas também quem as usa.

E quando as informações equivocadas são repassadas à mídia cria-se um sensacionalismo que associa de forma espúria e enviesada os casos de homicídios com o tráfico de drogas antes mesmo de qualquer investigação. Mais ainda, constrói por todo tecido social a ideia de que o tráfico e o homicídio são parte de uma mesma moeda, e os sujeitos envolvidos nesse mercado estão sempre em vigilância prontos para matar ou para morrer.

Como não houve o acesso às informações de apreensão de drogas de todas as cidades pesquisadas, decidiu-se fazer um recorte a partir de Goiânia com os dados do ano de 2013. Apesar de reduzir a análise apenas para a capital, esse recorte ajuda na compreensão da relação entre o tráfico de drogas e homicídios por toda Grande Goiânia.

No total foram contabilizados 505 casos de Atos de Prisão em Flagrante (APF) enquadrados como tráfico de drogas e 595 episódios de homicídios, todos decorrentes do ano de 2013. Na figura 3 percebe-se que tanto a espacialidade do tráfico de drogas quanto dos homicídios é dispersos por todo território de Goiânia. Entretanto, os homicídios são mais dispersos ainda.

Mapa 2 – Espacialidade do tráfico de drogas e homicídios em Goiânia no ano de 2013.



Fonte: Pesquisa Sujeitos do 33: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia, 2014

Além disso, ficou evidente, pela distribuição dos casos no mapa, a impossibilidade de perceber tal correlação. Primeiramente se deve ao fato da existência de espaços em que as duas modalidades criminosas se encontraram e, por outro lado, houve áreas em que elas se afastaram e se distinguiram. Cabe lembrar ainda que no mapa a distribuição dos homicídios é geral, isto é, estão todos os casos independentes da motivação que se levou ao crime.

É necessário lembrar que apenas uma pequena parcela dos casos de homicídios chega-se até a sua conclusão, e que, portanto, nesse quadro de distribuição que contém apenas as informações primárias, é impossível identificar se eles tiveram alguma relação ou motivação com o tráfico de drogas.

Diante desse fato, buscou-se identificar as motivações dos crimes de homicídio e tentativa de homicídio a partir das leituras das narrativas dos prontuários de presos da Penitenciária Odenir Guimarães (POG) do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia com o objetivo de entender até que ponto esses crimes se relacionam com o *mercado ilegal das drogas* e, também, quando e de que forma o homicídio é um recurso utilizado na resolução de conflitos.

A opção pela coleta de dados a partir dos prontuários de detentos da POG se originou pela confiabilidade na geração de dados, mesmo com os problemas no processo de construção de inquéritos policiais no Brasil, pois se partiu do entendimento de que as informações contidas nos prontuários tinham maior garantia pelo fato dos crimes praticados terem passado por um mínimo de investigação que levaram os acusados à condenação. É necessário lembrar que se tratam de processos concluídos, com sentença proferida, fazem parte portanto da pequeníssima parcela de crimes solucionados.

A partir das leituras das narrativas dos prontuários foi possível verificar com maiores detalhes as motivações que levaram os indivíduos ao cometimento dos homicídios e tentativas de homicídios. Para isso, utilizou-se, a partir dos escritos de Souza e Frattari (2013), a classificação da motivação dos homicídios da seguinte forma:

- **Conflito interpessoal** – quando o crime resulta de brigas, alterações anteriores ou na hora do evento.

- **Drogas** – quando há disputa por ponto de venda de drogas, cobrança de dívidas por drogas, retaliação a pequenos vendedores que mudam de *patrão*.
- **Extermínio** – quando o crime teve mais de uma vítima e se caracterizou por ação premeditada e de surpresa.
- **Patrimonial** – quando o crime é cometido visando algum bem. Além dos latrocínios, extorsão, ou mesmo disputas em torno de dinheiro ou de outro bem material.
- **Institucional** – quando o autor do homicídio está a serviço do aparelho repressivo do Estado. Em Goiás recebe nos inquéritos a denominação de “confronto policial”.
- **Não Interpretado** – quando não se pode, pela narrativa do crime, identificar as circunstâncias.

Nos prontuários examinados ficou constatado que a maior incidência de homicídios e de tentativas de homicídios, no total de 61%, recai sobre os conflitos interpessoais, que vão desde as brigas no âmbito doméstico, passando por conflitos gerados por discussões em bares, como esbarrão, dar em cima da mulher do outro, e, também, casos de desavenças no trânsito que resultou no conflito interpessoal. Esses casos são mais recorrentes porque faz parte do cotidiano das pessoas e que, na maioria das vezes, decorrem de ações impulsivas que podem culminar na violência letal de pessoas.

A segunda maior motivação dos crimes contra a vida, representando 26,9%, é de cunho patrimonial, que derivam, principalmente, das práticas de latrocínio e, outras vezes, por conflitos em torno de dinheiro, herança e outros bens materiais. Em terceiro aparecem as drogas com apenas 9% do total, que derivam de fatores que serão tratados adiante, passando por questões de dívidas, disputas de territórios, derrame de drogas, alcaguetagem etc.

Tabela 2 – Circunstâncias do homicídio e da tentativa de homicídio

Circunstâncias do homicídio e da tentativa de homicídio	Absoluto	Porcentagem
Conflito interpessoal	197	61,0
Patrimonial	87	26,9
Drogas	29	9,0
Extermínio	4	1,2
Institucional	2	0,6
Não interpretada	4	1,2
Total	323	100,0

Fonte: Pesquisa *Sujeitos do 33*: um estudo sobre o mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia, 2014

Posteriormente tem-se o extermínio de pessoas, com 1,2%, e a violência de caráter institucional, com 0,6 %. Cabe lembrar que os dados trabalhados foram coletados na POG e, portanto, quando se pensa a questão dos homicídios derivado de conflitos policiais ou praticados por grupos de extermínio, sobretudo aqueles formados por agentes estatais, como foi apontado na morte de 41 moradores de ruas no prazo de apenas 1 ano, a partir de agosto de 2012, na Grande Goiânia, dificilmente vão a júri⁵ e, por isso, esses números se encontram reduzidos dentro do presídio. Portanto, na verdade é bem possível que esse cenário indique que existam mais homicídios e tentativas de homicídios que estejam relacionados com a droga do que realmente foi encontrado.

Contudo, mesmo com a entrada desses novos números, fica evidente que a violência no mercado ilegal das drogas não seja tão frequente ou a principal responsável pelas altas taxas dos crimes contra a vida na Grande Goiânia como argumentam pessoas ligadas aos órgãos responsáveis pela segurança pública e a mídia. Vale ressaltar novamente que dentre os casos daqueles que foram pegos e condenados pelo crime de tráfico de drogas 87,3% não portavam nenhum tipo de armamento no momento de suas prisões e, mais ainda, 97,5% não se utilizaram de comportamentos violentos no momento que foram pegos pela polícia.

⁵ A Ex-Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), entrou, no dia 17/04/2013, com o pedido de federalização dos crimes praticados contra a população em situação de rua de Goiânia devido a deficiência dos inquéritos da polícia e de circunstâncias relevantes não denunciadas ao Ministério Público, principalmente pelo fato de ter agentes policiais como suspeitos dos crimes.

Por fim, a categoria não interpretada diz dos casos que as narrativas não foram satisfatórias ou evidentes para tipificar em alguma categoria anterior e, por isso, foi criada para incluí-las.

Em um sentido mais amplo, percebe-se que a construção argumentativa criada pelos órgãos de segurança pública não apenas (re)produz uma política de encarceramento como alimenta cotidianamente os noticiários e o pensamento comum de que a repressão é necessária e que os indivíduos envolvidos nesse mercado, seja usuário ou traficante, precisam ser combatidos e, para isso, não há esforços a serem medidos.

Mesmo com o entendimento de que o *mercado ilegal das drogas* é menos violento do que é descrito pelos órgãos de segurança pública e pela mídia, é importante compreender que essa violência é real e praticada. Por isso, visando justamente compreender o uso da violência no *mercado ilegal das drogas* procurou-se por meio das leituras das narrativas dos prontuários de presos por homicídios e tentativas de homicídios da POG e, também, das análises das entrevistas com os *sujeitos do 33* entender essas práticas a partir da tipologia tripartite criada por Goldstein com o objetivo de compreender a relação entre as drogas e a violência.

3.2 Homicídios: o emprego da tipologia tripartite

Alguns elementos para compreender a violência no *mercado ilegal das drogas* já foram debatidos ao longo da dissertação. O primeiro deles foi o aspecto cultural embasado em uma moral rural de caráter machista que se renovou na cidade pela sociabilidade na rua entre os jovens garotos, sem o contraponto do feminino, em que os desaforos e as desavenças criadas devem ser resolvidos por meio do uso da força física, como sinal de prestígio e sucesso entre o grupo e, especialmente, entre as mulheres. Essa honra machista ao se associar com a criminalidade urbana, em especial com o tráfico de drogas, criou a obrigação moral de respeitar a palavra, isto é, os acordos firmados nas negociações ilegais devem ser cumpridos em sua totalidade. Quando a palavra é quebrada ou não respeitada abre-se então o leque para o emprego da violência como forma de resolução dos acordos não concretizados.

A territorialização do tráfico e o pertencimento a grupos criminosos seriam dois outros elementos explicativos que corroboram no emprego da violência, dada pelas disputas de territórios e do comando da própria organização, pelo respaldo do grupo de pertencimento ou pela necessidade de ser visto pelos demais como um sujeito que não aceita que sua masculinidade seja desafiada.

Associado ainda a esses fatores, outro aspecto levantado é que os mercados criminalizados, por não possuírem meios legais de resolução dos conflitos, criam outros meios com o objetivo de solucionar os problemas de negociação, e o emprego da arma e o uso da violência seriam um dos meios mais eficazes e recorrentes.

Contudo, como argumenta Misse (2003), a violência não é intrínseca ao tráfico de drogas, uma vez que se percebe que o mesmo não se verifica da mesma forma em todas as cidades brasileira e nem mesmo dentro de uma única cidade e, por isso, a partir da ideia de que a criminalidade varia no tempo-espaço, é necessário atentar para as particularidades em que esse mercado criminalizado irá se contextualizar.

Ao fazer esse exercício em relação ao *mercado ilegal das drogas* na Grande Goiânia percebe-se que nem todas as estruturas do tráfico de drogas encontradas demandam de recursos violentos na resolução dos conflitos, como foi elucidado em relação ao *tráfico atomizado*.

Caminhando nessa mesma lógica argumentativa P. J. Goldstein (1985) procurou estabelecer a relação entre o homicídio e as drogas nos Estados

Unidos, assim ele criou uma tipologia explicativa a partir de três nexos distintos: o psicofarmacológico, o economicamente compulsivo e o sistêmico. Enquanto os dois primeiros estariam relacionados com o uso das drogas em si, o terceiro nexo ele afirma derivar das comercializações de substâncias ilícitas.

Em busca de empregar essa tipologia explicativa, contextualizando a partir do cenário pesquisado, procurou-se por meios das narrativas de prontuários de presos por homicídios e tentativas de homicídios da POG e das entrevistas com os *sujeitos do 33* identificar os momentos em que a violência é utilizada como um recurso regulamentador no *mercado ilegal das drogas* da Grande Goiânia.

Para Goldstein (1985) o uso e a venda de drogas, tanto as legais quanto as ilegais, bem como o contexto social onde essas atividades ocorrem, são fatores influenciadores de outros fenômenos sociais. Ele aponta que a droga é relacionada a várias perspectivas de cunho etiológico, como problemas de saúde física e mental, desempenho escolar, problemas familiares, crimes, pobreza, entre outros.

E essas perspectivas, segundo o autor, se tornaram hegemônicas até mesmo nos estudos das ciências sociais. Visando separar a generalização quando se relaciona a questão das drogas com a violência, Goldstein elencou três tipos distintos em que essa relação pode ser encontrada. Assim, esses modelos devem ser encarados, num sentido teórico, como tipos ideais, isto é, hipoteticamente concretos, em que pode haver a sobreposição entre os três modelos, mas não interfere no valor heurístico do quadro conceitual da tipologia tripartite.

3.2.1 O modelo psicofarmacológico

O modelo psicofarmacológico pode ser compreendido a partir da mudança de comportamento praticado por algum indivíduo após o consumo de alguma substância, podendo agir de forma impulsiva e violenta em relação às

outras pessoas. As substâncias que têm maior poder de alteração são, sobretudo, o álcool e, posteriormente, crack e cocaína.

Para que a mudança de comportamento tenha alguma alteração de caráter violento não é necessário nenhum motivo relevante, apenas o uso da substância e uma justificativa torpe para que se exploda uma reação, como no exemplo abaixo.

Por volta de 1 hora da madrugada os três envolvidos saíram do bar, ficando nas proximidades do mesmo conversando. Quando o acusado pediu a vítima um cigarro, tendo seu pedido recusado. Por causa da recusa, iniciou-se uma discussão entre os três, contando com o outro acusado que participou do assassinato.

Em determinado momento a vítima foi derrubada, caindo no chão, momento em que o primeiro acusado começou a golpear a cabeça da vítima com pedaços de concreto, enquanto o segundo acusado a chutava, até que a mesma veio a desfalecer.

Com a vítima desacordada, os denunciados a carregaram para um matagal nas proximidades, localizado atrás de um campo de futebol, onde o primeiro acusado, utilizando-se de uma pedra, terminou de executar a conduta criminosa, golpeando a cabeça da vítima de forma extremamente cruel. (prontuário 37)

O uso dessas substâncias provocaria em alguns agentes um tipo de comportamento em que a realidade seria distorcida e, por isso, haveria uma incapacidade de sentirem medo. E esse tipo de comportamento é visto, principalmente, em bares ou festas e, quase sempre, após o consumo de muita bebida alcoólica.

A vítima encontrava-se em um bar, juntamente com os irmãos e amigos, momento em que chegou ao local o acusado. Este juntou-se aos que ali estavam e passou a beber com os mesmos.

No momento em que todos passaram a efetivar o pagamento da conta, o acusado mostrou sua carteira vazia, dizendo que não possuía dinheiro para pagar a referida despesa, sendo que foi chamado a atenção pela vítima. O acusado, então, se propôs ir até a sua residência para pegar o dinheiro e fazer o tal pagamento.

Assim, o acusado retornou ao bar após ir à sua casa, chamando a vítima para continuarem tomando cerveja. Ocorre que antes de todos

saírem, o acusado retirou uma faca que portava em sua cintura e desferiu um golpe que atingiu o peito da vítima. Ainda ferida, a vítima pegou a garrafa de cerveja para se defender, porém já era tarde, e faleceu no local. (Prontuário 173)

O uso de álcool e o vexame em público foram os elementos para que a conduta agressiva do agente que praticou o crime viesse à tona. A questão da moral machista novamente é retomada nesse modelo de relação entre drogas e violência. Como o uso da substância impede a sensação de medo e, isso, é justamente a base para ser considerado um “verdadeiro” homem, o comportamento violento então se torna comum e necessário.

A vítima era policial militar e não estava trabalhando no dia em que foi morta. Por volta de 21 horas do dia referido se dirigiu a um bar com um amigo e um sobrinho onde beberam cerveja. Por volta das 23 horas se dirigiram a outro bar e continuaram a beber.

Em seguida, segundo algumas testemunhas, o policial assediou uma mulher que estava no recinto e logo em seguida seu amigo lhe deu um beijo na mesma mulher. Como a mulher estava acompanhada, iniciou-se neste momento uma briga entre os citados anteriormente.

O policial (vítima) havia emprestado sua arma para um amigo presente no bar e este havia atirado para cima, segundo o próprio. Em seguida, o acompanhante da mulher atirou contra a vítima que morreu logo em seguida. O atirador confirmou a autoria e alegou que foi por legítima defesa. (Prontuário 234)

A violência psicofarmacológica não se limita apenas a determinados espaços. Esses tipos de comportamentos são vistos nas mais variadas situações, desde assaltantes que se utilizam de alguma substância para ganhar coragem na prática delituosa, passando pelas brigas de trânsito em que pessoas estejam alteradas pelo uso de drogas, ou no próprio ambiente familiar onde os sentimentos são mais aflorados e com o uso de drogas, sobretudo o álcool, eles se tornam mais expressivos.

Uma das práticas mais comuns associada ao modelo psicofarmacológico é a violência doméstica ou a violência contra a mulher. Aqui o uso da droga por certas pessoas atreladas ao comportamento machista se torna uma pólvora para

condutas cruéis e violentas. Nesse tipo de violência cria-se toda uma justificativa que envolve traição, desprezo, posse etc.

Denunciado e vítima conviviam em união estável a aproximadamente 2 anos, desenvolvendo um relacionamento marcado por brigas e desentendimentos, já que ambos era usuários de crack e de bebidas alcoólicas.

A relação do casal era bastante conturbada, sendo que o denunciado agredia a vítima fisicamente com frequência, tendo inclusive atestado nela fogo em uma briga anterior.

No dia do fato a vítima saiu da residência do casal dizendo que iria passar a noite na casa de sua genitora. O denunciado passou a noite inteira ingerindo bebidas alcoólicas e pela manhã, após o retorno da vítima, iniciou uma discussão questionando onde ela teria pernoitado, insinuando uma suposta traição.

Durante o entrevero, o denunciado agrediu a vítima apertando seu pescoço com um golpe “gravata”, causando-lhe asfixia que resultou em sua morte. (Prontuário 74)

Na violência psicofarmacológica pode envolver o uso das drogas por tanto pela vítima como pelo autor, ou apenas uma das partes. Outros casos que diferenciam vêm dessa alternância, quando a pessoa que faz o uso da droga se torna a vítima de violência. Nesses casos, em sua maioria, deriva-se da irritabilidade ou conflito que ela gera no autor da violência.

Segundo consta nos autos que a causa do crime foi o fato do autor, dono do bar, ter perdido uma partida de sinuca para a vítima, um cliente que estava a algum tempo ingerindo bebida alcoólica. A vítima então brincou com o acusado perguntando se ele era “delício” ou “delícia”, empregando seu apelido de forma pejorativa e, ao mesmo tempo, brincando com a masculinidade do autor.

As filhas do acusado afirmaram que ouviram tiros e ao sair da casa depararam com a vítima caída na área de sua casa. Alegaram que o acusado não retornou ao local após praticar o crime.

A esposa do acusado conta que após a brincadeira no jogo de sinuca o acusado abaixou as portas do bar para impedir que a vítima fugisse e, por esse motivo, ela teria corrido em direção aos fundos do

lote, onde se situa a residência do indiciado, momento em que o acusado disparou o tiro que tirou a vida da vítima. (Prontuário 214)

Nesse tipo de violência qualquer pessoa pode então se tornar vítima ou autor e ela pode ocorrer em vários lugares e de diversas formas. Além disso, é um número complicado de ser contabilizado, pois a quantidade de crimes e delitos oriundos não é relatada à polícia, principalmente quando não há vítima fatal, e, por isso, não recebem notificação e nem possuem registros oficiais.

3.2.2 O modelo econômico compulsivo

O modelo economicamente compulsivo se refere aos crimes praticados por usuários de drogas com o objetivo econômico, como, por exemplo, a prática de roubo, assalto, latrocínio com o objetivo de conseguir dinheiro ou algum bem para comprar drogas.

O denunciado era sobrinho da vítima. O denunciado, usuário de crack, foi à casa de seu tio na intenção de roubar um fogão para comprar drogas, quando foi impedido pelo seu tio. Momento em que o acusado foi na cozinha e pegou uma faca desferindo várias facadas na vítima, que veio a falecer no local.

Depois o acusado pegou diversos móveis e objetos da casa e os levou para um lote baldio próximo da casa de seu tio. Nos dias seguintes ele começou a revender os objetos e os móveis roubados por toda região para comprar droga. (Prontuário 305)

As pessoas vítimas desse modelo de violência podem ser qualquer uma, desde parentes, amigos, desconhecidos, outros usuários de drogas, traficantes. E a principal substância envolvida é o crack. Os casos de furtos e roubos acontecem em regiões em que há grande concentração de dependentes químicos, como áreas onde formam cracolândias, em que há muita circulação de pessoas que facilitam as atividades criminosas, como locais próximos às rodoviárias, terminais, os centros das cidades.

Extrai-se dos autos que, no dia do fato, as vítimas foram até uma apresentação de música na Avenida Goiás, em frente ao Grande Hotel, juntamente com outros 2 amigos. Os denunciados, usuários de crack, também estavam presentes na referida apresentação.

Por volta das 23 horas as vítimas saíram do local e resolveram ir, a pé, até uma apresentação de dança que estava ocorrendo na Galeria Cine Ouro. Os denunciados também saíram da apresentação e foram para o Edifício Dona Chafia, onde reside a namorada de um dos denunciados.

Os denunciados ficaram em frente ao edifício esperando alguma vítima passar para subtrair bens para trocar por drogas. Nesse momento, passaram em frente aos acusados a vítima fatal e seus amigos.

Os denunciados abordaram o amigo da vítima e utilizando de força lhe subtraiu o seu celular. Ao ver a cena, a vítima tentou socorrer o amigo e, por isso, recebeu uma facada causando-lhe a morte ali mesmo no local. (Prontuário 242)

Os indivíduos que cometem o crime dentro do modelo economicamente compulsivo não são motivados pelo impulso, mas pela vontade de obtenção de dinheiro ou de bens para comprar drogas. E o uso da violência não é racional, normalmente ela deriva de fatores que estão de acordo com o contexto social em que o crime aconteceu, como nervosismo do autor, a reação da vítima, ou a chegada de outras pessoas que atrapalharia o roubo ou assalto.

A denunciada praticava tráfico de merla nas proximidades do Dergo, ao lado da rodoviária do setor Campinas. A vítima, que também frequentava o local, em determinado momento começou a discutir com a denunciada. Até o momento em que a denunciada sacou uma faca de cozinha que estava em sua cintura e desferiu um golpe certo contra a vítima. Esta, desarmada, não esboçou qualquer reação de defesa. Conforme seu interrogatório, a acusada afirma que a vítima quis roubar sua droga e seu dinheiro, que a vítima era viciada em drogas, e que por mais de 3 vezes a vítima já tinha lhe roubado e a jogado no chão. (Prontuário 91)

Este tipo de crime também pode ocorrer diretamente entre o dependente químico e o traficante. Nesses casos, pode ocorrer o roubo das drogas

dinheiro, chegando, até mesmo, a morte de pessoas. Um dos entrevistados disse que houve esse tipo de ocorrência com uma irmã que também comercializava drogas.

P – E a sua irmã, como foi a morte dela?

R – Minha irmã foi a cunhada e o cunhado da minha mãe.

P – Você sabe o motivo?

R – Ela tinha pegado uma remessa de droga boa e tinha um dinheiro também que tinha levantado sobre o lucro. Ela vendeu 1 quilo de base e ganhou lucro, e aí ela pegou mais 1 quilo e ainda ficava mais uma pontinha, aí ela por confiar nesse povo, esse povo matou ela na facada. Eles tão preso lá em Luziânia por latrocínio.

P – Foi pra roubar ela?

R – Foi. A minha outra irmã falou assim “fulano e fulana”, aí eu falei assim “não é possível”, e ela “pois é possível, porque quando a polícia invadiu a quebrada deles lá, eles ainda tava com a droga, uma parte do dinheiro e algumas coisas da Luciana”. Então eles estão até seguro lá em Luziânia.

P – Eles também tinham boca?

R – São viciados. Ela confiou neles, mas não era de confiar, confiou neles porque era cunhada da minha mãe, só que eles já tava viciados.
(Homem, 43 anos)

Quando ocorrem essas situações normalmente o autor do crime terá que arcar com as consequências. Assim, abre-se o leque para a prática de novos crimes a partir do sentimento de vingança e pela honra familiar. E esse tipo de violência, segundo Goldstein (1985), nos levaria ao terceiro modelo em que a droga se relaciona com a violência, o modelo sistêmico.

3.2.3 O modelo sistêmico

O modelo sistêmico é apontado por Goldstein (1985) como o que tem o maior poder explicativo na relação entre violência e drogas. O autor vai dizer que a violência empregada nesse modelo é intrínseca ao envolvimento com qualquer mercado ilícito, porém dependente do contexto social em que ele se formará. Por isso, essa violência se refere aos padrões específicos de agressividade que são

gerados das interações que ocorrem dentro do sistema de comercialização das drogas.

Os exemplos de violências derivadas do modelo sistêmico encontrada no *mercado ilegal das drogas* na Grande Goiânia foram as seguintes:

- **As Dívidas de drogas;**
- **O Derrame das drogas;**
- **Disputas internas dentro grupo de tráfico;**
- **Disputas pelos territórios de comercialização;**
- **Alcaguetagem;**
- **Vingança;**
- **Grupos de extorsão e extermínio**
- **Queima de arquivo;**

A primeira delas, **as dívidas de drogas**, é a mais utilizada como argumento pelos órgãos de Segurança Pública e pela mídia para explicar a violência envolvida no tráfico de drogas. De certa forma, a violência resultante da dívida, dentro do modelo sistêmico, é a mais recorrente. Tais motivos já foram explicitados no decorrer do texto, ao afirmar que não é apenas o valor monetário em si, mas, sobretudo, a quebra dos acordos firmados e não cumpridos.

Apurou-se que os 2 denunciados vivem em regime de união estável e são fortes traficantes de drogas da região. Ao passo que os outros 3 denunciados são seus parceiros nas ações criminosas perpetradas, quer seja na venda de drogas, intimidando pessoas ou eliminando-as.

A vítima, por sua vez, era usuária de droga e devia certa importância de dinheiro para os denunciados, cujo débito era originário da compra de entorpecentes. A vítima residia com suas irmãs e seus sobrinhos na casa onde foi assassinada.

Os denunciados foram à casa da vítima. Para garantir o sucesso da empreitada criminosa, a denunciada chegou sozinha no portão e chamou a vítima, passando a conversar com ela amistosamente. Logo chegou o amasiado dela, o outro denunciado, e de imediato desceu do veículo e efetuou um tiro na vítima.

Após ser ferida com o primeiro disparo a vítima correu para dentro de casa e tentou se esconder no banheiro. Suas irmãs foram rendidas pelo outro denunciado, enquanto o primeiro denunciado foi em busca da vítima pela casa e a encontrando dentro do banheiro, local onde ele efetuou vários tiros na vítima, que veio a óbito no local.

As principais vítimas decorrentes das dívidas de drogas são usuários que normalmente as compram fiado e não pagam no prazo estimulado. Mas há relatos também de que outros traficantes que pegam as drogas fiadas e não cumprem com as obrigações dentro do tempo devido também sofrem retaliações que podem culminar com as suas mortes e, até mesmo, a morte de pessoas da família.

A vítima era usuária e também traficava drogas. Os depoentes contam que a vítima no dia do crime estava na companhia de sua namorada a caminho da casa da mesma, onde guardava as drogas que vendia. No caminho apareceu 2 rapazes numa motocicleta, o que estava na garupa desceu e sacou uma arma e disse para a vítima “hoje você vai morrer”. Em ato contínuo desferiu vários tiros na vítima.

A mãe da vítima suspeita que o motivo do assassinato seja uma dívida de droga, uma vez que seu filho disse que pegou uma droga pra vender e ainda não havia pagado. Conta ainda que dias antes um rapaz apareceu em sua casa ameaçando o seu filho dizendo que iria matar a sua família. A mãe relatou ainda que o filho dias antes da morte foi espancado e ameaçado por um PM e que ele acreditava que o mesmo estava a serviço do denunciado. (Prontuário 14)

Essas retaliações podem ser realizadas tanto por traficantes, *aviãozinhos*, usuários em troca de drogas e, até mesmo, por agentes estatais contratados para desempenhar essa função de cobrança. As vítimas podem ser tanto homens quanto mulheres, bastam que elas não cumpram com a palavra. Um dos entrevistados diz o seguinte quando mulheres ficavam lhe devendo

Tem muita mulher gostosa que trabalha aí, eu já matei 3 que se achava gostosinha, porque tinha silicone e tal, e pensava que a droga é de graça e ia ficar com o dinheiro, elas pensava “sou bonitinha, sou gostosa, e ele vai me comer”; (Homem, 30 anos)

Esse tipo de atitude mostra mais claramente ainda que o universo do *mercado ilegal das drogas*, por mais que existam mulheres atuando, é extremamente machista. E os compromissos, independente do gênero, devem ser respeitados.

Verifica-se que, na tarde de 03 de maio de 2009, como de costume, por ser dia de domingo, as vítimas foram ao parque Vaca Brava se reunirem com companheiros do grupo GLS, dentre eles 2 menores, sendo um deles irmão da primeira vítima.

O acusado foi também ao parque por volta das 22h30 minutos, encontrou as vítimas e seus amigos. Denunciado, vítimas e amigos ficaram conversando por algum tempo e, por volta das 23h30 minutos, quando o irmão da primeira vítima já havia ido embora, chegaram ao referido parque outros dois amigos que se juntaram a aqueles.

Após no início da madrugada, o denunciado, vítimas e testemunhas decidiram ir até uma casa abandonada próximo ao parque Vaca Brava, na qual o fato em tela ocorreu, sendo que, antes de irem até a casa, foram a uma distribuidora de bebidas e adquiriram uma garrafa de vodka, refrigerante e uma carteira de cigarros.

Por volta das 4h30 minutos, o denunciado e uma das vítimas subiram para o andar de cima da mencionada casa em um quarto e trancou a porta, local em que mantiveram relações sexuais e passaram o restante da noite, sendo que as demais pessoas ficaram na parte inferior da casa.

Por volta das 6h15 minutos da manhã o casal desceu para a parte inferior da casa, onde estava a segunda vítima, ocasião em que o denunciado disse às vítimas que estas teriam que pagar certa dívida referente à droga, mas uma das vítimas gesticulando disse “aqui que vou te pagar”.

O denunciado vendo que a vítima não pagaria desferiu um murro contra a garota, o qual atingiu e a derrubou, ficando a vítima desacordada no chão. Em seguida, a outra vítima, tentou correr, mas foi alcançada pelo autor do crime, o qual a estrangulou com as mãos até a morte. Ato contínuo, o denunciado foi até a outra vítima, que ainda se encontrava desacordada, e também a estrangulou até a morte.

Após esse fato, o denunciado levou os corpos das vítimas até o banheiro na parte superior da casa e as cobriram com papel higiênico e

colocou fogo nelas, causando combustão parcial dos corpos. (Prontuário 309)

Nos casos de dívidas de drogas, nem sempre apenas o devedor é quem sofre com a violência. A ameaça praticada contra quem deve e, às vezes realizada de forma humilhante, seja motivo para que alguma atitude seja tomada antes que a advertência se cumpra. Nesses casos, antes do ameaçador agir empiricamente no ato delituoso, o devedor acaba operando antes.

No dia anterior ao crime, a vítima, denunciado e mais duas testemunhas estavam fazendo uso de drogas. Sendo que em determinado momento, a vítima cobrou do acusado uma dívida de certa quantidade de crack. Ao que enfurecido com tal situação, o denunciado respondeu “eu não tenho, sai de perto de mim, senão vou acabar te matando”.

Com se não bastasse, mesmo depois de ter ido embora, o acusado retornou, já na parte da manhã, proferindo novas ameaças de morte à vítima. Sendo que minutos depois, procurando efetuar suas ameaças, o denunciado, efetuou disparos de arma de fogo na cabeça da vítima, de modo a impossibilitar-lhe a defesa, levando-a a morte. (Prontuário 304)

Os desacordos financeiros somados ao não cumprimento da palavra, ou as ameaças vexatórias realizadas se tornam elementares na hora de fazer valer o respeito e a honra, que muitas vezes ocorrem por meio da força física. E há outro momento da dívida de drogas que não é apenas pelo lado financeiro em si, é quando ocorre **o derrame das drogas**.

O derrame das drogas é quando um indivíduo repassa a droga para outra pessoa com o objetivo que ela venda, mas ela, por ser usuária, ao invés de vender acaba usando e, com isso, cria-se um débito com o indivíduo que a lhe repassou. A dívida criada não impõe de imediato o uso da violência, procura-se outros meios pacíficos para a resolução do problema, até mesmo repassar outra quantidade de drogas para quitar a nova dívida e a anterior.

P – Você dava chance pra eles?

R – Eu gosto de conversar, pra eu chegar e matar você é preciso você ter feito comigo uma coisa muito errada, ou você bateu na minha cara,

ou você estuprou a minha filha. Geralmente quando é questão de trabalho a gente tem que dialogar. Não é chegar porque deve e matar, não. O cara deve 10 mil, a gente chega e conversa com o cara “que que tá acontecendo?” “vai trabalhando aí, vai me dando nem que seja 500 por mês”, eu sou muito de dialogar. Mas quem trabalha comigo fala “cara, vamos dialogar não, vamos chegar e sentar o dedo”, aí eu “não, quem dá as cartas sou eu, você vai matar não, a gente vai dialogar, a gente vai matar dependendo da conversa que tiver com ele, independente se for mulher”. (Homem, 30 anos)

Esse tipo de endividamento por conta do derrame das drogas acontece normalmente entre o *patrão* da boca e seus *aviãozinhos*. Ele difere da forma de endividamento que ocorre entre vendedor e cliente, pois é uma relação que se estabelece dentro do próprio grupo de tráfico. O *patrão* não quer perder um de seus bebês, e por isso não usa de imediato a violência como forma de resolução do problema, primeiro cria-se um diálogo e novas chances são dadas, caso ele continue pisando na bola outras atitudes mais extremadas deverão ser tomadas.

P – Mas na primeira já fazia isso ou dava uma chance?

R – A gente dava duas ou três chances, mas quando via que o cara era sem-vergonha demais aí a gente não tinha outra opção, a gente falava com os meninos e os meninos iam lá e matavam, aí ficava por isso mesmo, aí dívida estava paga, mas foi só uns três quatro que aconteceu isso, mas o resto sempre andou de boa

P – Aí os próprios meninos da rede que faziam?

R – É. A gente marcava os encontros, eles iam e os meninos ia lá matava. (Mulher, 20 anos)

O derrame das drogas envolve, sobretudo, aqueles indivíduos que são viciados em crack, pela fissura causada pela abstinência da droga e por ter elas em mãos, não há uma racionalidade sobre o risco e a consequência em usá-la. Diante desses fatos, muitos conflitos internos podem ocorrer e, mais ainda, por conta da contração da dívida, esses sujeitos acabam cometendo outros delitos, furtos e assaltos, na intenção de levantar o dinheiro para quitar o débito em aberto.

Segundo consta, a vítima era usuária de droga, principalmente crack, e o primeiro denunciado a conhecia há cerca de 8 meses, sendo que este, dois meses antes abandonara o serviço para dedicar-se exclusivamente ao tráfico de merla, e, para tanto, procurou a vítima para ajudá-lo a revender a droga, entregando-lhe inicialmente, uma semana antes dos fatos, 3 porções do entorpecente para que fossem revendidos ao preço de R\$150,00.

De posse da referência substância, a vítima, que era usuária de crack, ao invés de revender, fez uso da droga recebida, contraindo, assim, débito pecuniário para o primeiro denunciado no valor supracitado.

Cerca de 3 ou 4 dias antes do crime, o primeiro denunciado começou a procurar insistentemente a vítima para receber o valor da droga e o ameaçou de morte caso não pagasse. Consta nos autos que a vítima amedrontada tentou levantar o valor de débito com outras pessoas, inclusive com sua genitora, todavia, não logrando êxito.

No dia do fato, por volta das 19 horas, o segundo denunciado esteve na casa da vítima e a convidou para ir encontrar algumas garotas. Nesse instante, a vítima, sem desconfiar do verdadeiro propósito do segundo denunciado, e após convidar outro amigo que estava em sua companhia, o qual recusou o convite, em seguida montou na traseira da mobilete do segundo denunciado e partiu para seu trágico destino.

O segundo denunciado, que havia acordado previamente com o primeiro denunciado a execução da vítima, a conduziu até o local combinado, ou seja, o local do fato. Ali chegando, o segundo acusado parou a mobilete, e tão logo a vítima desceu, o primeiro denunciado que já a esperava sacou sua arma e efetuou 3 disparos na mesma, que caiu ao solo no mesmo local onde foi alvejada. (Prontuário 311)

O endividamento advindo pelo derrame da droga é outra forma explicativa para o emprego da força dentro do grupo do tráfico, que é ocasionado pelo uso da droga e, conseqüentemente, o não repasse do dinheiro para o *patrão*. Outra forma de violência sistêmica no *mercado ilegal das drogas* é quando indivíduos travam **disputas internas dentro do grupo** de tráfico em busca do comando da boca.

Esse tipo de disputa interna dentro do grupo ocorre, quase sempre, no modelo de *tráfico associado* com o objetivo de conseguir o comando da boca por meio da força. Nesses casos, algum *aviãozinho*, cobiçando o lugar do seu

patrão, age por meio da violência com o objetivo de roubar a boca para si e se tornar o novo *patrão* da boca.

Noticiam nos autos inquisitoriais que vítima e acusado moravam no mesmo imóvel, sendo que a vítima era traficante de drogas e o acusado trabalhava para ela. Ainda diz que a tempos o acusado desejava se torna o traficante do local, motivo pelo qual pegou a arma da vítima que se encontrava debaixo da cama e ficou aguardando a mesma chegar em casa.

A vítima retornou e perguntou onde estava a sua arma de fogo, instante em que o acusado retirou a mesma da cintura. Em seguida, sem qualquer discussão antecedente, o acusado apontou o revólver em direção à vítima e desferiu 2 tiros contra a sua cabeça, tendo a mesma caída desfalecida e vindo a óbito no local. (Prontuário 300)

As disputas internas dentro do grupo de tráfico são menos frequentes pelo fato da facilidade que se tem em construir novas bocas. E a construção de novas bocas pode demandar o uso de comportamentos violentos por conta das **disputas pelos territórios de comercialização** aonde os empreendimentos ilegais irão se instalar.

A disputa por território é apontada pela polícia e pela mídia como outro aspecto importante para a presença da violência no *mercado ilegal das drogas* da Grande Goiânia. Entretanto, poucas vezes se deparou com esse tipo de comportamento nas cidades pesquisadas. Ele existe e pode ocorrer tanto entre *aviãozinhos* na disputa por pontos de venda ou por *patrões* de bocas ou chefes de grupos organizados querendo tomar alguma boca ou o comando da venda de drogas sobre alguma determinada região.

P – Tem esses conflitos aqui assim de pontos, porque acaba sendo de região?

R – Sempre tem. Então tipo assim a gente ganhava dinheiro demais e eles cresciam o olho, ai eles falava que a gente estava roubando os pontos deles ai foi onde aconteceu o fato. (Mulher, 20 anos)

A violência então se torna presente nesse tipo de disputa, porém não é sempre que ela acontece. Dependendo da situação pode existir uma

negociação, mesmo que ela seja impositiva a quem recebe. Um dos entrevistados, chefe de um grupo de *tráfico organizado*, que vende para diversas bocas de uma região de Goiânia diz que quer se tornar o fornecedor de todas as bocas de tal região, assim, criou uma estratégia para atingir o seu objetivo, ele nos conta o seguinte:

P – Tem essa disputa de território em Goiânia? Porque a gente escuta isso sobre o Rio.

R – Em Goiânia não tem não cara. Aqui tem essa disputa, tem e ao mesmo tempo não tem, porque geralmente eu vou e entro lá na sua favela, eu não vou pedir licença igual a gente faz aqui, eu simplesmente vou chegar aqui e “quem é o cara que comanda aqui?” “ah, é fulano”, ai vou chegar no fulano “e ai fulano, você tá comandando, você tá vendendo droga lá? Tá faltando droga, você tá comandando e tá deixando os cara faltando droga” ai o cara “não, é o que eu tenho” “se você não tá tendo, então você sai fora”, ai nós entra. Ai se o cara desacreditar e vir, ai tem conflito.

P – Você já teve esse tipo de conflito?

R – Já, muitas vezes. O cara fala “não vou sair, eu vou dar um jeito”, ai eu “não vei, você não tá tendo condição. Nós vai por nossa droga ai e se você quiser trabalhar com a gente, tudo bem. Se você tá com problema de abastecer, então você trabalha com nós”. A gente chama o cara pra trabalhar, a gente chama a mulher pra trabalhar, mas se ela for ignorante, topetuda, a gente deita. Antes de deitar, porque matar não é solução, a gente não resolve os problema matando, a gente conversa dialogando, a gente resolve os problema dialogando, mas se a pessoa desacreditar, ai a gente tem que conferir. Mas a gente, eu mesmo não vou chegar e tomar aquela boca lá, por semana ela rende 30 mil, “poxa aquela boca tá rendendo 30 mil, quem tá comandando?” “é fulano” “poxa, lá tá rendendo 30 mil por semana, vou cair pra dentro dessa boca”, ai a gente cai pra dentro, ai se o cara retrucar, mas antes de acontecer isso a gente conversa “ou, sua boca tá rendendo 30 mil, você sabe disso, você não tá dando conta de abastecer, então trabalha com nós, pega nossa droga” ai o cara “não, vou pegar porra nenhuma não, se eu quiser pegar eu pego a minha lá embaixo” “mas tem mais de mês que sua boca tá parada, o que que tá acontecendo? Vamos trabalhar com a gente? A gente não precisa de invadir assim, vamos conversar? Vamos ajeitar, se você der conta você continua”, ai o cara paga com ignorância, uns não, uns fala “demoro,

quero mesmo, não quero morrer, tenho amor pela minha família, melhor vocês pegar essa boca”, aí a gente pega. Outros fala “não, só vou sair daqui só se for com a morte” “ah, só se for com ela? Então a gente vai aí levar pra você”. (Homem, 30 anos)

Do mesmo modo que nas outras formas de violência sistêmica é possível perceber nas disputas pelos territórios de comercialização elementos culturais de honra e machismo. A própria disputa é característica cultural do comportamento masculino, e agrava no mercado capitalista e, ainda mais, quando esse mercado é ilícito e criminalizado. Entretanto, no sentido de preservar a honra, já que não houve desavença ou a quebra do acordo, procura-se estabelecer um tipo de relação comercial amistosa por meio de propor um tipo determinado de parceria, mesmo que impositiva. Contudo, quando tal ação não tem seus resultados positivos, derivam-se atitudes mais extremas e violentas na busca de tomar bocas ou o comando de drogas sobre determinados espaços das cidades.

Além desse tipo de violência sistêmica, existem outras duas formas em que a honra se faz presente. A primeira delas é a violência derivada da **vingança**. Nesses casos, o motivo da vingança pode ser múltiplo, como a perda de uma boca, a morte de um *aviãozinho* ou amigo, a retaliação a um policial pela prisão, entre outros.

P – Você considera algum risco de morrer?

R – Eu sou uma lenda viva, já levei vários tiros, já levei 22 tiros.

P – De uma vez só?

R – Não, de várias sequências. Levei tiros que pessoas “ah meu pai eterno, você tá vivo?”. Eu já tomei até arma de PM da ROTAM, eles passando armado aqui, o cara queria me matar, eu não tinha uma arma comigo, bati o olho na arma do PM e pensei “aquela arma que vai comigo”. Eles ficaram doidinho correndo atrás de mim pra pegar, mas não conseguiram pegar. O cara matou o meu cumpade, que também era um traficante, entendeu? E ficou jogando conversa. Eu falei pra viúva, se você tiver precisando de alguma coisa me ligar que eu venho cá e te ajudo. Eles era padrinho da minha filha, ela falou “eu tô sendo oprimida, eu tô sendo oprimida, a ponto de mudar”, aí eu falei “eu vou pegar esse cara”. Aí a ROTAM atrás de mim, e tudo na sequência, tudo naquele dia, eu tomei a arma 10 horas da manhã, e eles fazendo cerco no bairro e eu

lá. Ai de tarde eu encontrei o cara com baseado, encostado na moto, que tinha matado o cumpade, encostado na moto com os amigos, entendeu? Eu cheguei “e ai bichão? Cê é o cara, em?” ele “sou cara não, eu sou O cara”, falei “Pois é, quem de vocês tá pronto pra pilantragem, vocês mataram um traficante ai, vocês tudo ai é ladrão?”, todo mundo parou assim no tempo, entendeu? Falei “e ai bichão, você é o cara” “vamos no braço comigo?” eu falei assim “no braço eu não consigo ir com você nunca na vida, eu sei que você é capoeirista jhow, mas no ferro vai”, ai ele “isso dai eu pago pra ver”. Nesse dia não recebi nenhum tiro, apesar de 8 tiros disparados. Eu dei só 1 tiro nele, mas ele não foi a óbito de imediato, ai ele saiu correndo ainda e parou na quadra a certa distância assim e falou “ai cara, eu vou te matar”, entendeu? Ai eu voltei na quadra e falei “você já é um homem morto”, ai ele caiu olhando pra mim no meio de uma multidão.

P – Onde o tiro pegou nele?

R – Atravessou o coração. Eu sabia que ela era letal. 38 com repicado e que dá um impacto. Ai atirei e ele caiu, ai um outro cara falou assim “e ae cara, você é louco diabo?”, ai falei “o cara matou meu cumpade, você vai cobrar fino do cara?” “não é cobrar fino do cara, mas não é pra fazer o serviço do cara que nós não vai deixar não”, ai o pessoal que tinha assistido da 1 tiro, ai acabei e dei mais 3, uns correu pra cá, outros correu pra lá, ai só vi pipoco comendo, pá pá pá pá pá pá pá. (Homem, 43 anos)

A vingança derivada do *mercado ilegal das drogas* é algo comum ao universo bandido. Aqui o crime procede pela honra ferida, seja um bem material, um comando ou a morte de alguém próximo, nesses casos, como dificilmente podem apelar para a justiça legal e, também, quando ela pode interferir, como no homicídio acima relatado, ela demora dar algum resultado, e, por isso, o sujeito que sofreu com o ocorrido toma a iniciativa de fazer a sua própria justiça valer.

A lei da força também vale outra forma encontrada de violência sistêmica no *mercado ilegal das drogas* da Grande Goiânia. A prática violenta vai derivar do rompimento de condutas normativas de pessoas que estão envolvidas no tráfico de drogas, mas também pode acontecer de pessoas externas ao mundo criminoso, para isso basta a prática da **acaguetagem**.

A caguetagem é vista pelos criminosos como uma das piores condutas praticadas e, por isso, não pode ficar sem resposta. A prática da caguetagem pode ser cometida de diversas formas, pelas mais variadas pessoas e pode atingir diversos tipos de indivíduos. O primeiro caso encontrado é quando um indivíduo externo ao círculo do crime delata o traficante para a polícia e, em consequência, sofre algum tipo de retaliação.

Infere-se no bojo do fascículo policial que a vítima teria delatado à polícia o acusado pelo crime de tráfico de drogas, tendo este, inclusive, sido preso por tal fato.

No dia do crime, o denunciado encontrava-se na porta de sua casa em companhia dos amigos, entre eles um menor, ingerindo bebidas alcoólicas, quando avistaram a vítima passando pela rua em companhia de dois rapazes.

O denunciado, revoltado com a alcaguetagem da vítima, gritou para que a mesma vazasse do setor. Diante da recusa, iniciaram uma breve discussão.

O denunciado portando uma faca escondida entre a mão e o antebraço se dirigiu até a vítima cravando a arma em seu peito. A vítima caiu, oportunidade que o menor arremessou um pedaço de concreto, por duas vezes, contra a cabeça da vítima. Em seguida, o denunciado e o seu comparsa menor de idade fugiram do local. (Prontuário 318)

A caguetagem atinge a honra de pessoas associadas ao tráfico, mas não somente elas. A prática de delatar também está agregada à questão da moral masculina, pois a pessoa que entrega alguém não é considerada de respeito e, por isso, precisa receber algum retorno disciplinar como exemplo. E a resposta pode vir tanto de criminosos quanto de outras pessoas que circulam pelo crime.

A vítima foi morta por 2 homens. Ela era usuária de drogas e possível traficante. Consta nos autos que 2 meses antes a vítima foi pega pela polícia e foi vítima de agressão pelos agentes policiais e, por isso, realizou uma denúncia oficial. Segundo testemunhas os autores são policiais que o mataram com a seguinte alegação “isso é pra você aprender a não mais falar o que não devia”. (Prontuário 70)

Os agentes estatais além de agir nessa prática violenta em relação aos sujeitos que alcaguetam as suas condutas, eles também agem dentro do modelo de violência sistêmica das mais variadas formas, seja pela venda da sua força física a grupos de traficantes ou agindo entre seus pares formando **grupos de extorsão e extermínio**.

Nesses casos, esses grupos vão agir de duas formas, a primeira delas é praticando a extorsão em cima de traficantes, exigindo deles dinheiro, caso contrário pode ser que drogas sejam apreendidas e os criminosos detidos. Quando os acordos não são respeitados ou quando a polícia na verdade quer fazer uma casinha para extorquir o indivíduo que trafica ou pra prendê-lo, a violência pode ser desencadeada de ambas as partes.

P – Ia perguntar se você já teve esses confrontos?

R – Já, eu tenho 7 *Bala s*, pode contar

P – Foi com a polícia?

R – Foi, não foi com a polícia geral, foi com 2 policial civil. O cara que trabalhava pra mim queria a droga, ai fui levar a droga pra ele, cheguei lá e eles tinha armado uma casinha. Os policial civil queria dinheiro, ai na hora que eu passei por ele, ai que vi que era ele, que tava esse que eu matei, ai que eu vi que era casinha armada, ai os 2 policial saiu de trás da árvore assim e falou “para ai”, ai eu não parei, eu acelerei a moto e eles me deram tiro, e eu tava com a minha 9 milímetro e cai, ai do chão mesmo eu dei, tava assim deitado, tava com medo de morrer, na angustia, tava com medo mesmo de morrer esse dia. A minha sorte que eu dei uns 14 tiro, o primeiro tiro que dei pegou na cabeça de um dos policial civil, que ele capotou. Ai eu vi que tinha derrubado, vi que tinha matado ele, ai o outro veio correndo atrás de mim dando tiro e eu dando tiro também. O outro policial, depois que eu saí do hospital, porque eu fiquei 45 dias em coma, depois que eu sai da UTI ai eu fui na casa dele e matei ele na casa dele.

P – A Civil não quis te pegar não por conta dessa coisa de honra deles? Crime de honra?

R – Cara, falar uma coisa pra você, eu fui preso, tanto que quando a ambulância me pegou eu fui preso, algemado, eu fiquei assim na maca, na UTI, eu fui preso, puxei 8 anos, mas não foi por causa desse policia, eu fui absolvido. O policial era mais bandido do que eu, ele já tinha sido expulso da corporação, já tinha vendido a arma dele pra traficante, não prestava. (Homem, 30 anos)

Além disso, esses grupos formados por agentes policiais podem agir com o objetivo de matar traficantes, seja com o intuito de fazer a limpeza na cidade, ou em busca de tomar a droga e o dinheiro deles e, até mesmo, a mando de algum outro traficante que queira comandar o comércio de drogas em determinada região, e esses casos são vistos na formação de grupos de extermínio.

Os grupos de extermínio ou de traficantes podem provocar a morte de outras pessoas que não estão envolvidas no tráfico e nem mesmo praticou a caguetagem, o único problema era estar no lugar errado e na hora errada, são as vítimas de **queima de arquivo**.

A queima de arquivo no *mercado ilegal das drogas* está relacionada às pessoas que são assassinadas por presenciarem a ação ilegal, violenta ou não, de traficantes ou grupos de extermínio ou por estar junto a alguma pessoa que está na mira delas e, antes dessas pessoas terem a possibilidade de denunciar o crime, são executadas. Um dos casos mais emblemáticos e até hoje não solucionado é o caso Murilo.

Informações desencontradas, expectativas frustradas, ameaças de morte, o contato com a burocracia e a “falta de sensibilidade” do Estado levaram a dona de casa Maria das Graças Soares a acreditar que ninguém será punido pelo desaparecimento do filho, Murilo Soares. Hoje (22), dia em que o desaparecimento do adolescente completa oito anos, Graça declarou à Agência Brasil que o que a sustenta é o desejo de localizar o corpo do filho e enterrá-lo dignamente. “Acabaram com a minha vida”, disse Graça.

Murilo é uma das 39 pessoas que desapareceram na região metropolitana de Goiânia, nos últimos anos, após serem abordadas por policiais. O adolescente tinha 12 anos quando, no dia 22 de abril de 2005, policiais do grupo Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam) pararam o carro dirigido pelo servente Paulo Sérgio Pereira Rodrigues, 21 anos, um conhecido da família do garoto.

A pedido do próprio pai, que tinha que trabalhar e - na época, já estava separado de Graça - Murilo pegou uma carona com Paulo para voltar para a casa da mãe, com quem o garoto vivia. No caminho, o carro

foi parado por policiais da Rotam. Várias pessoas testemunharam o momento em que os policiais revistaram o motorista enquanto o garoto permanecia em pé, ao lado do veículo, e depois levados pelos policiais. Foi a última vez que Murilo e Paulo foram vistos. O carro foi encontrado no dia seguinte, carbonizado e sem a aparelhagem de som e as rodas. Os corpos dos dois ocupantes, no entanto, jamais foram localizados. Segundo Graça, Paulo tinha antecedentes criminais.

Oito policiais foram acusados de assassinato e ocultação de cadáver. Seis deles chegaram a ser temporariamente detidos. A Justiça de Goiás absolveu Allan Pereira Cardoso, Neill Gomes da Rocha, Anderson Amador de Jesus, Wellington da Costa Cunha, Cleiton Rodrigues da Silva, Fernando Gabriel Pinto, Thiago Prudente Escrivani e Marcello Alessandro Capinam Macedo por falta de provas materiais, já que os corpos nunca foram encontrados. Citado em outros crimes, o cabo Capinam Macedo foi morto a tiros em março do ano passado. O crime ocorreu em plena luz do dia, em uma avenida movimentada do Setor Cidade Jardim, em Goiânia. Os criminosos dispararam ao menos 12 vezes contra a caminhonete em que o militar estava e fugiram, de moto.

“Falta vontade das autoridades. Tem imagens do carro da polícia; uma conversa gravada de dois policiais dizendo que 'dois passarinhos estavam presos na gaiola'; manchas de sangue na viatura; várias pessoas disseram que viram meu filho com os policiais [...] Mesmo assim, o processo foi arquivado [por falta de provas]. Eu sou pobre, não é? Por isso não acredito mais na revisão da absolvição desses policiais. Porque eles nunca vão confessar e vai continuar tudo do jeito que está: eu com a minha dor”, desabafa Graça, revelando que desde que o filho foi visto pela última vez, ela teve um quadro de depressão profunda, faz tratamento psiquiátrico e se mantém a base de remédios.

“A única coisa que fizeram por mim nesse tempo foi me ameaçar. A cada vez que eu dou uma entrevista sobre esse assunto, no dia seguinte eu recebo uma ameaça por telefone”, disse Graça, que não teme divulgar o número de seu celular nos folhetos em que pede a ajuda de quem tiver qualquer informação sobre o caso. “A última notícia que eu tenho é que os policiais continuam todos nas ruas, trabalhando. Menos o que foi morto”, acrescentou Graça.

“Minha vida virou uma tristeza, um inferno, e minha única esperança é encontrar meu filho. Batalho, continuo correndo atrás para um dia encontrá-lo, mas o pouco que eu posso fazer é dar entrevistas para que o caso não seja esquecido e participar de reuniões de grupos

de direitos humanos”, comentou Graça, citando, como exemplo, a reunião extraordinária do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), da qual a ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, participou, em setembro do ano passado.

“Infelizmente, de lá para cá, nada aconteceu”, lamentou Graça. Há pouco mais de dois anos, o Instituto Médico-Legal (IML) de Goiânia fez exames para verificar se uma ossada, supostamente de um adolescente, era de Murilo. “Disseram que o resultado ia demorar uns seis meses, mas, até hoje, eu nunca tive uma resposta se o exame deu positivo ou negativo. Já fui lá e não me deram resposta”. O advogado Alan Hahnemann Ferreira, que hoje representa Graça, disse estar tentando obter uma resposta oficial do IML. Mas, segundo ele, extraoficialmente a informação é que a ossada não seria de Murilo. (Notícia 5: PIMENTEL. 22 de abr. de 2013)

Os grupos de extermínio é uma das facetas mais cruéis do *mercado ilegal das drogas*, que agem no desaparecimento e na morte de diversas pessoas envolvidas ou não na criminalidade. E mais ainda, as condutas ilegais praticadas pelos agentes estatais quase nunca são investigadas e os seus autores raramente são punidos.

Quando retiramos o álcool, pela sua legalidade, o modelo sistêmico, nas suas mais variadas formas de ação, torna-se então o que tem o maior poder explicativo sobre a relação entre drogas e violência. Até mesmo porque quando se trata especificamente de mercados ilícitos é justamente esse modelo que dá conta de elucidar as relações normativas que guiam o tráfico de drogas. Entretanto, cabe lembrar que essa tipologia analítica se dá a partir da criação de tipos ideais que se sobrepõem e, portanto, não se encontram de forma pura na realidade.

Ao observar as narrativas ao longo do capítulo percebe-se que um indivíduo pode estar envolvido em dois ou nos três modelos explicativos, mesmo que um deles se sobreponha aos outros. Dessa forma, é preciso compreender que a tipologia empregada serve para ilustrar que as violências relacionadas às drogas podem se apresentar com base em três modelos diferentes e, dentro deles, podem existir uma diversidade de exemplos em que o comportamento violento pode se tornar real, que vai depender, por sua vez, do contexto social e das particularidades aonde o tráfico de drogas irá se instalar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais

A realização dessa pesquisa foi uma grande aventura sociológica e pessoal. Primeiramente por ser um estudo pioneiro sobre o tráfico de drogas em Goiás, um contexto novo e que ainda não havia sido explorado. Por mais provocante e interessante que seja desbravar um novo campo, tive certo receio de não se conseguir atingir os objetivos que havia proposto ainda antes de entrar no mestrado. Afinal, eu me senti, enquanto pesquisador, como um pescador navegando por um mar totalmente desconhecido, e a cada onda que conseguia ultrapassar tantas outras novas ondas me surgia.

Nesses momentos me lembrava do primeiro texto de sociologia que havia lido ainda no primeiro semestre da graduação em Ciências Sociais, em que o brilhante Norbert Elias (1998) descreve sobre as dificuldades que encontramos em campo de pesquisa e que, por isso, precisamos criar certos hábitos de vigilância epistemológica para que possamos analisar, enquanto cientistas, de forma mais cuidadosa possível o que o campo tem a nos dizer, procurando

desconstruir aquilo que parece dado enquanto na verdade é resultado de construções sociais.

Nesse sentido que me coloquei enquanto um pescador no desenvolvimento da pesquisa e o meu campo era um turbilhão querendo me absorver. Norbert Elias (1998) narra a história de dois irmãos que estavam em um barco sendo arrastados para dentro de um perigoso turbilhão. Ambos estavam na mesma condição, porém a capacidade de leitura deles sobre aquela mesma situação os levou a caminhos diferentes, assim Elias (1998) nos conta:

Pode-se lembrar que os pescadores, enquanto estavam sendo vagorosamente arrastados para o abismo do rodamoinho, por um momento ainda flutuavam colados às paredes do funil, junto com os restos do naufrágio. Logo no início, os dois irmãos – o mais moço já fora arrancado pelo temporal – estavam muito tomados pelo medo para pensar claramente e observar atentamente o que ocorria em torno deles. Depois de algum tempo, entretanto, um dos irmãos foi capaz de vencer seus temores. Enquanto o irmão mais velho se encolhia desamparadamente no bote, paralisado pela vizinhança do desastre, o mais jovem acalmou-se e começou a observar tudo a sua volta, com certa curiosidade. Foi então enquanto tudo considerava, quase que como se não estivesse envolvido, que notou certa regularidade de movimentos nas peças que estavam sendo arrastadas em círculos, juntamente com o bote. Enquanto observava e refletia, ele teve uma “idéia”; uma visão reveladora do processo que estava envolvido; e uma teoria começou a se formar em sua mente. Olhando a sua volta e raciocinando, chegou à conclusão de que os objetos cilíndricos desciam mais lentamente do que os objetos de quaisquer outros formatos e que os menores afundavam mais devagar do que os grandes. Baseado nesse quadro sinótico das uniformidades do processo no qual estava envolvido e reconhecendo a importância dessas uniformidades para sua própria situação, tomou a iniciativa correta. Enquanto o irmão continuava imobilizado pelo medo, ele se amarrou a um barril. Encorajando em vão o mais velho a fazer o mesmo, pulou no mar. O bote com o irmão desapareceu mais rapidamente, sendo, afinal, engolido pelo abismo enquanto o barril a que ele se amarrara afundava muito lenta e tão gradualmente, que à medida que inclinação do funil se tornou menos íngreme, e a rotação da água menos violenta, ele surgiu novamente na superfície do oceano, retornando, afinal, à vida (ELIAS, 1998, pp. 165 – 166)

Ao final dessa pesquisa me sinto como esse pescador que volta à superfície e consegue novamente respirar. Não somente pelo cansaço físico e mental em si, mas, sobretudo, por ter alcançado êxito na produção de dados sobre a realidade social que busquei estudar e, com a ajuda das teorias sociais, fazer leituras que de alguma maneira me ajudaram a elucidar um fenômeno social que era descrito apenas a partir da perspectiva estigmatizante e repressiva.

Pude entender que mesmo que se criem planos e roteiros, é a própria pesquisa quem nos guia em seu desenrolar, porém é preciso ficar atento, como o pescador em meio ao turbilhão, para escolher os melhores caminhos que cada situação nos coloca. Ainda que se adquira com a experiência a malícia de fazer as perguntas certas para as pessoas certas, não há um modelo que ensine à risca como pesquisar. Na verdade, a cada viagem a campo me parecia uma nova investigação, pois eram novos acontecimentos, outros sujeitos e histórias e, da mesma forma, novos problemas e dificuldades.

Apesar dos (des)caminhos no decorrer da investigação posso dizer que obtive mais êxito do que frustração. E a contribuição de cada participante ao longo da pesquisa foi fundamental na produção desse trabalho e, mais ainda, possibilitou que outro olhar fosse lançado sobre uma modalidade criminosa que até então só se apresentava sobre o prisma de argumentos sensacionalistas e punitivistas.

Por isso, acredito que a importância de apresentar um fragmento que seja da imensidão que é esse mercado na Grande Goiânia nos ajuda no processo de desconstrução de falas acusatórias e estigmatizantes que se estabeleceram em relação aos sujeitos que nele se inserem. Mais ainda, soma-se àqueles trabalhos que procuraram compreender a criminalidade no Estado de Goiás e, com isso, contribuir na construção do entendimento sobre o que é a atual sociedade goiana.

Resultados da pesquisa forneceram elementos para a explicação de que os processos acusatórios que se tem em relação ao tráfico de drogas na Grande Goiânia obscurece a multiplicidade de arranjos e de sujeitos que estão por trás dessas atividades. Mais ainda, esses processos acusatórios, concebidos pelo sistema de justiça e pela mídia, e incorporado por todo tecido social, atribuem a

identidade de traficantes e/ou bandidos a determinados tipos sociais que estejam portando drogas, sobretudo se forem negros e moradores das periferias das cidades pesquisadas.

Em outras palavras, a guerra às drogas esconde uma política perversa e seletivista que vitimiza milhares de pessoas todos os anos e tem abarrotado os presídios, entretanto nem o comércio de drogas e nem os homicídios diminuíram, o que nos permite dizer do seu total fracasso enquanto política de segurança pública.

Ao procurar entender o mercado ilegal das drogas por dentro, a partir das falas, das experiências e das vivências dos sujeitos, pude apreender que a maior parte deles não se percebe enquanto traficante de drogas ou bandido. Ao contrário, mesmo tendo a compreensão de que estão envolvidos em um mercado ilegal, eles constroem argumentos que procuram separar a sua imagem da imagem que o senso comum tem do traficante de drogas. Assim, nesse esforço de limpeza moral, dizem que: a) o traficante é ambicioso e não mede esforços em busca de dinheiro e do poder; b) o traficante não possui princípios morais e age sem qualquer relação de respeito e alteridade e; c) o traficante é alguém que ocupa a ponta de cima da distribuição das drogas e dificilmente será pego pela polícia.

Do outro lado, para separar a sua imagem daquela que o senso comum tem dos traficantes eles irão argumentar sobre si que: a) são sujeitos humildes e que apresentam comportamentos que se assemelham aquilo que eles acreditam ser de um cidadão de bem; b) respeitam as pessoas e não se utilizam de comportamentos violentos e; c) se consideram usados por aqueles que estão acima deles na cadeia de distribuição das drogas.

Apesar dessa tentativa de distinção, não negam que de uma maneira ou de outra acabam desempenhando o papel de traficante e, assim, procuram argumentar que existem traficantes e traficantes, voltando a apresentar as características que os distinguiriam. Entretanto, segundo os apontamentos das entrevistas, eles afirmam que tanto para o sistema de justiça criminal quanto para a mídia o traficante de drogas é apenas as pessoas pobres moradores das periferias e, ainda mais, dizem que aqueles que estão na parte de cima desse mercado ilegal recebe algum tipo de proteção, por isso não são investigados e nem midiaticizados.

Constatei também que a comercialização das drogas na Grande Goiânia constrói quatro tipos de estruturas diferentes e que se articula com a própria dinâmica do mercado das drogas. De um lado, na ponta de distribuição das drogas, o atacado, existe uma estrutura que denomino de *produtor-fornecedor* das drogas por onde começa esse mercado e que, na maioria das vezes, repassa as drogas para grupos que chamo de *tráfico organizado* e, com o processo de distribuição, que ramifica e dinamiza esse mercado, chegando ao varejo das drogas, ele ganha dois tipos de dinâmicas que chamo de *tráfico associado* – por meio da relação entre *dono-da-boca* e os *aviãozinhos* – e o *tráfico atomizado*.

O *produtor-fornecedor* é a parte mais obscura na dinâmica de comercialização das drogas desse mercado, como ele ocorre para além do território nacional – Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia – acaba que a repressão fica a cargo da Polícia Federal nas fronteiras que, dificilmente, desbarata grupos inteiros. Por outro lado, descobri que funcionam como organizações bem estruturadas e que comandam grandes carteis do narcotráfico na América Latina.

Pensando nas estruturas presente diretamente do mercado das drogas da Grande Goiânia, o primeiro deles, o *tráfico organizado*, vai se articular, principalmente, por meio de relações verticais de caráter empregatício e que segue uma dinâmica hierárquica de modelo industrial que distribui funções específicas que estão de acordo com a venda da força de trabalho e que segue padrões corporativos de relações comerciais. Nesse núcleo fornecedor das drogas as funções são diversas e dependentes do tamanho das articulações por onde irão percorrer as comercializações dos entorpecentes.

Do outro lado, na sua forma varejo, o mercado das drogas vai se estruturar por meio de duas dinâmicas distintas. Primeiramente, o *tráfico associado* que se atribui a grupos, sobretudo nas periferias, mas não exclusivamente, que atuam em *bocas* e que, por sua vez, constrói verdadeiros exércitos formados por *aviãozinhos* por meio de relações verticais que, apesar de existir certo grau de mando e submissão nessas relações, não possuem caráter empregatício e, por isso, são relações mais autônomas e pouco obrigatórias que estão conexas principalmente por acordos comerciais estabelecidos em torno da fidelidade na compra e venda das drogas. Essas relações de mando e submissão, mesmo

que o pagamento quase sempre seja feito com drogas, se dão muito mais pelo fornecimento das substâncias ilícitas do que o respeito a uma hierárquica de subordinação que pouco existe. Como a relação comercial ocorre quase sempre de maneira fiada percebi que se cria um vínculo entre as partes que se dá pelo fornecimento das mercadorias e das obrigações que esse tipo de relação comercial impõe às partes

A outra estrutura do varejo das drogas, o *tráfico atomizado*, ocorre por toda região da Grande da Goiânia, porém mais vistas entre jovens de classe média, e se estabelece por meio de relações horizontais, e na maioria das vezes os indivíduos irão agir isoladamente e de forma *freelance*, dependendo apenas de suas redes de contatos tanto para conseguirem as drogas quanto para revendê-las, não existindo nenhum tipo de obrigação ou submissão com o fornecedor.

A partir da compreensão de que o *produtor-fornecedor* não se territorializa dentro do mercado ilegal das drogas da Grande Goiânia, mesmo sendo essa estrutura que provê a ponta inicial de distribuição, a sua espacialidade e seu funcionamento ocorre fora do território nacional. Portanto, a dimensão que elucidei neste estudo se deu é em relação ao *tráfico organizado* e o *tráfico associado*.

Como o *tráfico organizado* opera como uma central de distribuição das drogas e, muitas vezes, é liderada por alguém que cresceu a partir da ramificação das *bocas*, ela pode desenvolver um tipo de controle que não é diretamente territorial, mas comercial, sobre regiões, setores e bairros das cidades pesquisadas.

No processo do *tráfico associado*, descobri que muitos *patrões de bocas* eram antes *aviãozinhos* de seus atuais fornecedores que, por sua vez, passaram a coordenar grupos de *tráfico organizado*. Antes de passar a atuar no atacado e de se tornar fornecedor, esse ex-*patrão* ajudou os seus antigos *aviãozinhos*, principalmente os de confiança, a montar pequenas bocas em regiões próximas onde a sua estava instalada e, com isso, aos poucos, ele vai deixando o varejo para atuar no atacado.

Como existe uma relação de lealdade entre o *patrão* e seus *aviãozinhos*, pude perceber que essa fidelidade continua depois dessas mudanças após o crescimento no tráfico e, portanto, o chefe do grupo do *tráfico organizado* fornece

as drogas para essas bocas que estão normalmente localizadas em regiões próximas. Dessa forma, posso dizer que essa dinâmica possibilita que o mercado das drogas seja mais distributivo por todo território goiano, até porque em mesmas regiões das cidades existem outros fornecedores abastecendo outras bocas e essas, por sua vez, coexistem e não precisam disputar o controle territorial.

A dinâmica que se mostrou diferente foi em relação ao *tráfico atomizado*. Por essa estrutura não se territorializar fisicamente, a espacialidade então são as redes de relacionamentos dos sujeitos que trabalham nessa dinâmica de comércio, por isso, pode-se dizer que é uma territorialização simbólica em que os espaços seguem as redes de relacionamento construídas ao longo do tempo e que pode ganhar, até mesmo, espaços físicos em festas, boates etc.

No mercado ilegal das drogas na Grande Goiânia pude perceber os momentos em que se abriu espaço para a produção de mercadorias políticas que estão relacionadas diretamente com o emprego da violência, seja por meio da expropriação de recursos do Estado por alguns de seus agentes ou sem a sua mediação, como o uso de armas por grupos de tráfico.

Assim, percebi que no *tráfico organizado* e no *tráfico associado*, por ganhar territorialidade, cria uma dinâmica em que o uso da violência se torna frequente e, por isso, a necessidade do uso de armas. As armas, segundo os resultados de campo, são utilizadas para: a) resguardar a própria segurança dos indivíduos; b) resguardar o empreendimento ilegal e as mercadorias ilícitas; c) fazer cobranças de dívidas.

Além das armas, pude perceber momentos em que a mercadoria política se dava pelas mãos de agentes do Estado: a) práticas de extorsão por meio de chantagens a traficantes; b) práticas de cobranças de dívidas drogas para algum traficante; c) práticas de corrupção ao receber arrego de algum traficante; d) roubo de drogas e sua respectiva venda e; e) formação de grupos de extermínios.

Entre outros achados importantes da pesquisa, descobri que a cadeia não é o local onde se dá o fim à carreira criminal de quem trafica e nem tão pouco um lugar de resolução dos problemas da criminalidade urbana. Na verdade, ela deve ser considerada como extensão espacial por onde o tráfico de drogas acontece. Além do próprio entendimento que na cadeia é onde essas atividades

ilícitas são intensificadas e o uso de drogas faz parte da normalidade do cotidiano dos presos, ela articula uma relação íntima como o mundo de fora, a rua.

Além disso, constatei que o processo de adesão não imprime apenas uma nova moralidade com a entrada no crime, mas há também uma negociação racional com a moralidade dominante para justificar a adesão deles no tráfico de drogas. Embora a maioria deles argumente que acham errada a comercialização de entorpecentes, seguindo os valores legais e dominantes, eles criam justificativas para amenizar a culpa e, com isso, a sua adesão se tornar relevada. Dessa forma as técnicas de neutralização apontam que as justificativas utilizadas pelos sujeitos passam pela: a) exclusão da própria responsabilidade – problemas familiares, más companhias, dependência química e a necessidade de consumo; b) negação de ilicitude – o comércio de drogas é igual a qualquer outro e o problema não é a venda, mas o abuso das substâncias ilícitas; c) valores morais superiores – prática da atividade criminosa é considerada menor do que o objetivo final, como uma vida melhor para a família, pagar a faculdade e comprar uma casa; d) condenação dos que condenam – por considerarem que o Estado não garante o direito a todos.

Por fim, a dissertação procurou compreender a relação entre o tráfico de drogas e homicídios. Parti da compreensão que a violência é um mecanismo comum dos mercados criminalizados, que, por não possuírem meios legais de resolução de conflitos, se utilizam de recursos mais radicais para solucionar desavenças e desacordos comerciais, e o assassinato de pessoas é o mais extremos deles.

Soma-se ainda, segundo o que se constatou na pesquisa, a presença de uma cultura criminal machista em que a honra e a virilidade são postas em desafio quando os acordos são rescindidos alavancam e disseminam a necessidade de que esses conflitos devem ser solucionados a qualquer preço. Não são apenas drogas, dinheiro e as pessoas que circulam no tráfico, mas também a própria identidade sexual masculina que é colocada em evidência. Quando não se paga uma dívida de droga, ou quando outro indivíduo quer tomar a *boca*, não é o valor monetário em si, mesmo que exista e fica evidente, mas há o aspecto moral da honra desafiada, nesse momento o recurso violento se faz necessário.

Para entender a relação entre homicídios e drogas utilizei a tipologia tripartite de Goldstein. Os resultados encontrados mostram que em cada tipologia tem as suas especificidades, assim: a) o modelo psicofarmacológico: foi compreendido a partir da mudança de comportamento praticado por algum indivíduo após o consumo de alguma substância, podendo agir de forma impulsiva e violenta em relação às outras pessoas. As substâncias que se mostraram com maior poder de alteração para o comportamento violento foram, sobretudo, o álcool e, posteriormente, o crack e a cocaína; b) o modelo econômico compulsivo: foi evidenciado nos crimes praticados por usuários de drogas com o objetivo econômico, como, por exemplo, a prática de roubo, assalto, latrocínio com o objetivo de conseguir dinheiro ou algum bem para comprar drogas e; c) o modelo sistêmico: é a violência que se refere aos padrões específicos de agressividade que são gerados das interações que ocorrem dentro do sistema de comercialização das drogas, assim constatei que ela ocorre por diversos meios (dívidas de drogas, derrame de drogas, disputa internas de grupos de tráfico, disputas de territórios de comercialização, *caguetagem*, vingança, grupos de extermínio e, por fim, queima de arquivo).

A violência, mais especificamente o homicídio, é uma das principais prerrogativas utilizada pelo sistema de justiça criminal e por parte da mídia na propagação do discurso de guerra às drogas e, por isso, demandam que se assevere mais ainda o combate ao tráfico de drogas, pois ambos partem do princípio que esse mercado é o grande responsável pelo crescimento das taxas de homicídios nos últimos anos na Grande Goiânia. Entretanto, constatei na pesquisa, ao analisar 323 casos de assassinatos que foram solucionados e seus autores presos e condenados, que apenas 9% dos homicídios tinham relação direta ou indiretamente com o tráfico de drogas, contrariando diretamente alguns discursos de representantes da Secretaria de Segurança Pública que afirmaram em entrevistas que mais de 70% dos homicídios tinham relação direta com o tráfico de drogas.

As notícias sem embasamentos e o discurso de guerra às drogas sustentam e legitimam cada vez mais uma política de segurança pública extremamente repressiva e que vê no encarceramento sua política máxima de controle social que não abrange somente àqueles que comercializam as substâncias ilícitas, mas também quem as usa. E essa política perversa de

controle social atinge, sobretudo, a população negra e pobre, como evidenciam os estudos sobre o perfil da população carcerária no Brasil.

E quando as informações equivocadas são repassadas e propagadas pela mídia, cria-se em alguns veículos certo sensacionalismo que associa de forma espúria e enviesada os casos de homicídios com o tráfico de drogas antes mesmo de qualquer investigação. Mais ainda, espalha-se por todo tecido social a ideia de que o tráfico e o homicídio são parte de uma mesma moeda, e os sujeitos envolvidos nesse mercado estão sempre em vigilância prontos para matar ou para morrer. Quando na verdade este discurso de guerra às drogas serve, para além de alimentar o mercado privado de segurança e de armas, como uma desculpa esdruxula e sangrenta que o Estado se utiliza para encobrir a sua incapacidade investigativa ou para esconder o seu desinteresse em não querer esclarecer alguns crimes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências Bibliográficas

BEATO Claudio; ZILLI, Luís Felipe. A Estruturação de Atividades Criminosas: um Estudo de Caso. In: *CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública*. Belo Horizonte: 2010

BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas*. Rio de Janeiro: Reavan, 2007.

ELIAS, Norbert. *Envolvimento e Alienação*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1998.

FRANCO, Michele Cunha. *Os dados sobre homicídio doloso em Goiás como um problema sociológico*. Tese de Doutorado em Sociologia – Programa de Pós-

Graduação em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.

GRILLO, Carolina Christoph. *Fazendo o Doze na Pista: Um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média..* Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

Goldstein, P. J., The drugs/violence nexus: a tripartite conceptual framework, *Journal of Drug Issues*, Vol. 15, p. 493 a 506, 1985.

KANT DE LIMA, Roberto. (1989). Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial no Brasil in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10/ 65:8

KARAM, Maria Lúcia. A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In: *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, ano 14, nº 167, São Paulo: Outubro de 2006.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Criminalidade violenta e ordem pública: nota metodológica. *Revista de Sociologia política*, Curitiba, nº 13, novembro de 1999, pp.115-124.

_____. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*. [online]. 2004, vol.19, n.1, pp. 53-84.

_____. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2008.

MEDEIROS, Regina. Redes sociais dos dependentes de substâncias psicoativas. *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Porto Seguro, Bahia, 2008).

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, M. C. de; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MISSE, Michel. *Malandros, Marginais e Vagabundos & A Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro* [Tese de Doutorado]. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

_____. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. *Contemporaneidade e Educação*, vol.1, n. 2, p.93 - 116, 1997.

_____. *Sobre a construção social do crime no Brasil: Esboços de uma interpretação*. 2003, p. 120-146. Disponível no site http://www.segurancacidade.org.br/biblioteca/texto/k6_cscrim.pdf. Acesso em: 07 de junho 2010.

_____. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. (Coleção conflitos direitos e culturas). Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

_____. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. *Contemporaneidade e Educação*, vol.1, n. 2, p.93 - 116, 1997.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

RUGGIERO, Vincenzo, SOUTH, Nigel, *Eurodrugs – drug use, Market and trafficking in Europe*, UCL Press, London, 1995.

_____. The Late-Modern City as a Bazaar: Drug Markets, Illegal Enterprise, and the 'Barricades in *The British Journal of Sociology*, V8.1, 1997.

ROSA, Pablo Ornelas. *Drogas e biopolítica: uma genealogia da redução de danos*. Tese de doutorado em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

SENA, L.L. Homícidios e Tráfico de Drogas: contribuições da análise de segregação socioespacial. In: *Anais II Simpósio de Ciências Sociais: subalternidades, trânsitos e cenários*, 2011.

SOARES, L. E.; MV BILL; ATHAYDE, C. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOUZA, Aknaton Toczec. *Perigo à ordem pública: um estudo sobre controle social perverso e segregação*. Dissertação de mestrado em Sociologia – Curso de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

SOUZA, Dalva Borges de. *Violência, poder e autoridade em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

SOUZA, Dalva Borges de; FRATTARI, Najla. Padrões de homicídios na Região Metropolitana de Goiânia; in: *Homicídios nas regiões metropolitanas do Brasil*. Rio de Janeiro, letracapital, 2013.

SURTHELAND, Edwin; CRESSEY, Donald R. A Theory of Differential Association. In: CULLEN, Francis T.; AGNEW, Robert. *Criminological Theory: Past to Present*. 2. Ed. Los Angeles: Roxbury Publishig Company, 200, pp.131-134.

SYKES, Gresham M.; MATZA, David. Techniques of Neutralization. In: CULLEN, Francis T.; AGNEW, Robert. *Criminological Theory: Past to Present*. 2. Ed. Los Angeles: Roxbury Publishig Company, 200, pp.135-141.

TEIN, P.J. Drugs/Violence Nexus: A Tripartite Conceptual Framework, *Journal of Drug Issues*, v.39, p. 143-174, 1985.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, v.21, n61, p. 153 – 191, 2007.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos Urbanos e a Cidade. *Novos Estudos Cebrap*. 84, julho, p.153 – 173, 2009.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de O.(org). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

_____. Violência e conflito nas grandes cidades contemporâneas. In *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. 2004.

ZACCONE. O Sistema penal e seletividade punitiva no trafico de drogas ilícitas. In *Discursos Sediciosos*, ano 9 V. 14 Rio de Janeiro: Revan, 2004

ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

_____. Teleguiados e chefes: juventude e crime. In: *Religião e Sociedade*. São Paulo. ISER.. Ano 1. n° 15. 1990.

_____. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, Oct. 2009

WACQUANT, Loïc. *Body and soul: notebooks of an apprentice boxer*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

WIEVIORKA. M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social, Rev Sociol USP*, v.09, 1997; pp. 5-42.

Notícias de jornais

Notícia 1

ALVES, Renato. PF prende suspeitos de integrar grupos de extermínio no Entorno do DF. *Correio Braziliense*, 15 fev. de 2011. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/02/15/interna_cidadesdf,237838/pf-prende-suspeitos-de-integrar-grupo-de-extermio-no-entorno-do-df.shtml> Acessado em: 15 de julho de 2014.

Notícia 2

DANTAS, Marcello. Militares atuaram durante 13 anos em suposto grupo de extermínio em Goianira. *Jornal Opção*, 08 jul. de 2013. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/ultimas-noticias/militares-atuaram-durante-13-anos-em-suposto-grupo-de-extermio-de-goianira>> Acessado em: 15 de julho de 2014.

Notícia 3

PINHEIRO, Eduardo; ALVES, Myla. Drogas protagonizam violência. *O Hoje*, 05 de dez. de 2013. Disponível em: <http://www.portalohoje.com.br/homologacao_20052013/cidades/drogas-protagonizam-violencia/> Acessado em: 15 de julho de 2014.

Notícia 4

PIMENTEL, Carolina. Caso de garoto desaparecido após abordagem policial faz 8 anos. *Portal EBC*, 22 abr. de 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/04/caso-de-garoto-desaparecido-apos-abordagem-de-policiais-em-goiania-faz-oito>> Acessado em: 15 de julho de 2014.

Notícia 5

SILVA, Maria José. Desarticulada quadrilha que era comandada do presídio. *O Popular*, 19 fev. de 2014. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/cidades/desarticulada-quadrilha-que-era-comandada-do-pres%C3%ADdio-1.477511>> Acessado em: 15 de julho de 2014.

Notícia6

LIMA, Cristina. Barões que dominam o tráfico. *O Hoje*, 02 mar. de 2014. Disponível em: <http://www.portalohoje.com.br/homologacao_20052013/cidades/baroes-que-dominam-o-trafico/> Acessado em: 15 de julho de 2014.

GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

After – festa particular de madrugada realizada em uma casa ou no motel após outra festa.

Armar casinha – ato de arquitetar um plano para que alguma pessoa vá pega polícia ou por algum inimigo.

Armar castelo – ver “armar casinha”

Bagulho – pode significar alguma droga drogas ou arma.

Bala – ecstasy.

Bebê – aviãozinho.

Biqueira – boca de fumo.

Bucha – quantidade razoável de droga.

Cair – morrer ou ser pego pela polícia.

Cair pra dentro – invadir a área de comercialização de outro.

Cair pro seu lado – arranjar problemas.

Corres – Vender drogas e resolver problemas.

Deduragem – alcaguetagem.

Derrubar – matar ou acabar com os negócios comerciais de outro.

Dolinha – pequena quantidade de droga.

Engordar – ganhar dinheiro.

Farda preta – Policial da ROTAM.

Fazer curva – errar.

Formiguinha – aviãozinho ou vendedor de drogas que atua sozinho.

Fortalecer – ajudar, colaborar.

Gambé – polícia.

Ganhar uma coca – arrego.

General – patrão da boca.

Janjão – cigarro de maconha com crack.

Lá embaixo – Paraguai ou Bolívia.

Lábia – capacidade de se comunicar bem.

Lodim – maconha.

Lombra – efeito do uso da droga.

Meter Bala – matar.

Mocozar – esconder, enterrar as drogas.

Noiado – viciado em crack.

Papel – LSD.

Paga pau – pessoa que admira a outra.

Pagar pau – o ato de admirar alguém.

Pé-de-cana – consome muita bebida alcoólica.

Peça de roupa – drogas.

Pedra – crack.

Picado – pequena quantidade de drogas.

Pitar – fumar.

Pó – cocaína.

Sistema – o tráfico de drogas ou a cadeia.

Soldados – aviõozinhos.

Sussa – tranquilo ou sossegado.

Vermes – polícia.

Vips – pessoas que compram muita quantidade de drogas.

ANEXOS

ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro de entrevista semiestruturado

Roteiro de entrevista

1 – PERFIL

- Qual é o seu nome?
- Qual Idade?
- Até que série você estudou?
- Em que bairro você morava antes?
- Qual seu Estado Civil?
- Tem filhos? Quantos?
- Qual idade de seus filhos?
- Quem toma conta de seus filhos?
- Qual a profissão de seus pais?
- Qual a escolaridade de seus pais?
- Você tem religião? Qual? A partir de quando ingressou nessa religião?
Qual igreja?
- Faça uma narrativa de onde você nasceu, onde você cresceu e de onde sua família é?
- Você tem irmãos?

- Qual a idade de seus irmãos?
- Qual a profissão de seus irmãos?
- Como é sua relação com pai, mãe, irmãos, filhos, maridos?
- Alguma vez você já presenciou algum tipo de violência dentro da sua casa?
- Quando você pensa em sua família o que lhe vem à cabeça?
- Qual idade começou a trabalhar?
- Qual era a sua atividade de trabalho antes de ser presa? Você gostava de seu trabalho?

2 – A ADESÃO AO TRÁFICO

- Conte-me como você começou a trabalhar com drogas?
- O que motivou
 - Financeiro
 - Status
 - Poder
- Era usuário antes de trabalhar com drogas?
- Tornou-se usuário depois de trabalhar com drogas?
- Como entrou?
- Quem o colocou?
- Foi complicada a entrada?
- Qual a idade que possuía quando entrou?

3 – O COMÉRCIO DAS DROGAS

3.1 A forma de trabalho

- De que forma você trabalha?
- Em casa ou na rua?
- Na rua, em que lugares e de que forma (praça, bares, festas)?
- Trabalha sozinho ou tem pessoas que trabalham contigo?
- Se sozinho, por quê?
- Se com mais pessoas, por quê?

- Se há mais pessoas, como se organizam?
 - Como se estrutura a boca?
 - Quais as funções?
 - Como pagava cada um dos membros? Dinheiro ou droga?
- Existem funções específicas de cada um na venda das drogas?
- Como essas pessoas começaram a trabalhar para você?
- São amigos/parentes/família?

3.2 A forma de venda

- De que forma você vende?
- As estratégias de venda?
- Para quem vende?
- Que são seus clientes?
- Vende apenas no bairro ou fora do bairro?
- Como essas drogas chegam até você?
 - De onde é seu fornecedor?
 - Qual é quantidade que você compra?
 - Quais drogas compram?
 - Qual é normalmente o preço delas?
- Vende para conhecidos e desconhecidos?
- Os clientes buscam na sua casa ou você entrega?
- Como você faz as entregas?
- Quem normalmente entrega as drogas? Você ou pessoas que trabalham para você?
- Usa moto taxi para fazer entregas?

3.3 – As drogas que vende

- Quais as drogas que trabalha?
- Quanto é mais ou menos o valor de cada uma delas?
- Dessas drogas, qual traz maior retorno financeiro?

- Os clientes de cada tipo de droga tem comportamento diferente (Ex: clientes de maconha e crack?)
- Com a entrada de crack, houve mudanças na venda das drogas? (Ex: pessoas querendo trocar objetos por drogas?)

3.4 – Os gastos dos ganhos

- Como você gastava o dinheiro que ganhava?
- Você era daqueles que gastava com farras ou conseguia guardar uma grana?
- A sua relação com mulheres quando vendia como era?
- Quais os benefícios de vender drogas?
- Qual a parte ruim de vender drogas?
- Você acredita que a grana que ganha/ganhava com drogas não conseguia tirar num emprego comum?
- Conte-me como se deu a sua prisão?

4 – RELAÇÕES MORAIS

- O que significar ser traficante de drogas para você?
- Você se considera um traficante de drogas?
- Você acha certo ou errado trabalhar com venda de drogas?
- As pessoas que vendem CDs ou DVDs falsificados nas ruas, você acha certo ou errado?
- Como você se sentiria caso alguém oferecesse drogas ao seu filho ou filha?
- Como é a sua relação com os vizinhos? Eles sabem sobre você? Teve algum problema com eles?
- A TV coloca a todo o momento que traficante é uma pessoa má que deve ou morrer ou ser preso, o que você pensa sobre isso que a TV fala sobre quem vende drogas?
- Para você o trafico de drogas na Região Metropolitana de Goiânia é tão violento quanto os jornais e a policia dizem?

- Você acha que deve ser legalizado a venda de drogas? Se sim ou não, por quê?

5 – RELAÇÕES CONFLITUOSAS

- A gente vê diversos conflitos que a mídia coloca em relação às drogas, você já teve algum?
 - Com os clientes (Ex: Problemas de dívidas)
 - Como resolve esse problema?
 - Com fornecedores (Ex: Drogas de má qualidade)
 - Como resolver esses problemas
 - Com outros traficantes (Ex: Disputa de território)
 - Como resolver esse problema?
 - Com pessoas que trabalham para você (Ex: Bagunçar o dinheiro das drogas ou não repassar o valor correto)
 - Como resolver esse problema?
 - Com a polícia (Ex: Na tentativa de fazer arrego, extorsão, permitir que a boca funcione)
 - Como resolver esse problema?
- A gente escuta na pesquisa que existe uma grande presença de violência para resolver problemas que ocorrem no tráfico. Assim, muitos utilizam a arma para resolver esses problemas, você também utiliza ou já utilizou armas?
 - Se sim, como consegue adquiri-las?
 - Existem trocas de armas por drogas?

- Além disso, a gente escuta que existe muita relação da polícia querendo tirar vantagem sobre quem vende drogas.
 - Já aconteceu isso contigo?
 - A polícia já fez alguma chantagem?
 - Já utilizou da polícia pra fazer cobranças de dividas?
 - Se sim, tem alguma vantagem?

- A gente escuta muito que existe uma relação da venda de drogas por toda cidade relacionado ou comandado por alguém dentro do presídio, você acredita que isso é verdade?
 - Já ouviu ou conhece alguma história assim?